



EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

exercício 93

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	2
Macroestrutura da EDP	4
Súmula	6
Situação Económica e Energética	9
A ACTIVIDADE EMPRESARIAL	12
Actividade Comercial	12
Prestação de Serviços de Engenharia e Sistemas	17
Exploração do Sistema Electroprodutor	18
Desenvolvimento do Sistema Electroprodutor	24
Recursos Humanos	31
Desenvolvimento dos Sistemas de Informação	35
Reestruturação da Empresa	36
Evolução Económica e Financeira	37
Considerações Finais	46
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	79
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	80
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	82
PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS	84
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	85
ANEXO ESTATÍSTICO	87



**Relatório e documentos
de prestação de contas
do exercício de 1993**

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	2
Macroestrutura da EDP	4
Súmula	6
Situação Económica e Energética	9
A ACTIVIDADE EMPRESARIAL	12
Actividade Comercial	12
Prestação de Serviços de Engenharia e Sistemas	17
Exploração do Sistema Electroprodutor	18
Desenvolvimento do Sistema Electroprodutor	24
Recursos Humanos	31
Desenvolvimento dos Sistemas de Informação	35
Reestruturação da Empresa	36
Evolução Económica e Financeira	37
Considerações Finais	46
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	79
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	80
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	82
PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS	84
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	85
ANEXO ESTATÍSTICO	87



**Relatório e documentos
de prestação de contas
do exercício de 1993**

O balanço de mais um ano de actividade na vida da Empresa é sempre o momento privilegiado para se aferir do grau de cumprimento dos objectivos e da justeza de estratégias e políticas adoptadas.

O exercício de 1993 foi vivido intensamente por toda a Empresa.

A complexidade e a relevância das metas traçadas assim o exigia. A elas responderam os quadros e demais trabalhadores da Empresa com competência, motivação e grande generosidade, numa demonstração cabal de comunhão com os referidos objectivos.

Esta constatação é particularmente gratificante nesta fase da vida da EDP que se tem caracterizado por uma acentuada dinâmica de mudança. E aqui há que realçar a consolidação de uma nova cultura empresarial, em cujo sentido se deram mais alguns passos significativos em 1993.

Estamos a falar da relação Cliente-Empresa que passou a ter um carácter dominante no exercício da gestão. De facto, em 1993 intensificou-se a formação do pessoal mais directamente envolvido em funções comerciais, reforçaram-se e melhoraram-se os canais de contacto dos Clientes

com a Empresa e procurou-se responder com mais qualidade e presteza às suas necessidades. Enfim, ajustou-se a organização interna dos meios e serviços, sempre no prosseguimento de uma missão nunca terminada que é o estabelecimento de um clima de transparência e de confiança entre Clientes e Empresa.

E desde logo o primeiro indicador de qualidade é a garantia da continuidade do fornecimento. Hoje, já todos nós nos habituámos à rotina de um serviço permanente, tornando quase irreal, por longínqua, a hipótese de falhas de abastecimento. Todavia, é bem real o custo ou no mínimo o incómodo que sentimos quando, por um qualquer imprevisto, ainda somos confrontados com uma interrupção.

Por isso a Empresa tem procurado dar adequado cumprimento a esta finalidade básica que é a de se dimensionar em tempo oportuno para responder às necessidades dos Clientes. Em 1993, com este mesmo objectivo, deu-se continuidade aos grandes empreendimentos em construção, com absoluto respeito pelos programas estabelecidos. Neste relatório proporcionar-se-á informação detalhada sobre as características e a dimensão destes empreendimentos. Permitimo-nos apenas destacar a conclusão do empreendimento do Alto Lindoso e do primeiro grupo da Central Termoelectrica do Pego, este último objecto de alienação parcial no final do ano, com efeitos benéficos apreciáveis na estrutura financeira da EDP.

As questões ambientais estiveram na primeira linha das preocupações da Empresa. É sabido que os grandes empreendimentos acarretam sempre algum desequilíbrio às condições naturais pré-existentes. E se bem que os benefícios superem sempre algum incómodo que se possa gerar com a sua implementação, a EDP não cessa de procurar e adoptar soluções, cada vez mais complexas, para atenuar, ou mesmo eliminar, esses efeitos negativos. Temos nesta matéria uma política activa, de aprofundamento dos estudos de impacto ambiental, de desenvolvimento de iniciativas e não de simples conformidade com o quadro legal vigente.



Conselho de Administração

- 1 - Dr. José Manuel Machado Saldanha Bento
- 2 - Eng.º Rui de Arriaga Féris Cunha
- 3 - Eng.º Arnaldo Pedro F. Navarro Machado
- 4 - Eng.º Joaquim Serrão da Silva Correia
- 5 - Eng.º José Filipe M. Athayde de Carvalhosa
- 6 - Dr. José António de Matos Taborda Farinha
- 7 - Eng.º António Ramos da Silva Vidigal



As metas económicas e financeiras foram plenamente cumpridas. Os bons resultados conseguidos em 1993 inserem-se bem na tendência dos últimos anos, pesem embora os inusitados custos cambiais, decorrentes da desvalorização do escudo, em meados do exercício.

Apraz-nos registar que a EDP é hoje uma empresa sólida, do ponto de vista financeiro, com um domínio apreciável da sua estrutura de custos. A racionalização interna de meios e serviços, o desenvolvimento do sistema integrado da informação e produtividade do factor trabalho não foram seguramente factores dispiciendos na obtenção destes resultados.

Uma referência muito particular para o processo de reestruturação da Empresa. Como é sabido, o Governo publicou em 1991 diplomas legislativos que vieram alterar completamente a organização do sector eléctrico nacional. Pode dizer-se que, no essencial, aqueles diplomas procuram trazer um acréscimo de flexibilidade ao sector. Permitem, nomeadamente, que novos agentes intervenham no mercado e introduzam o estímulo da competitividade em certos domínios da actividade.

O acesso de novos agentes à actividade de produção de electricidade já foi garantido há alguns anos e foi recentemente reforçado com a venda da Central do Pego e, num futuro próximo, com a construção e exploração de uma central de ciclo combinado a gás natural na Tapada do Outeiro. Mas o essencial das alterações previstas incluía a própria reestruturação da EDP cujos estudos foram atribuídos pelo Governo à Empresa, numa manifestação clara de confiança de que muito nos orgulhamos.

Foi na sequência da apresentação das linhas gerais desses estudos e da sua consequente aprovação no início de 1993 que a Empresa se mobilizou internamente no sentido do seu aprofundamento tendo em vista a cisão da EDP e a criação de novas empresas, por autonomização dos diferentes negócios. Tem sido um processo complexo e muito exigente quer para a macroestrutura quer para os quadros da Empresa,

tanto mais que as tarefas não poderiam pôr em causa o nível de desempenho das restantes actividades. Pode dizer-se que o processo foi conduzido em 1993 com total empenhamento e generosidade, tendo-se cumprido todas as etapas dentro dos prazos pré-estabelecidos.

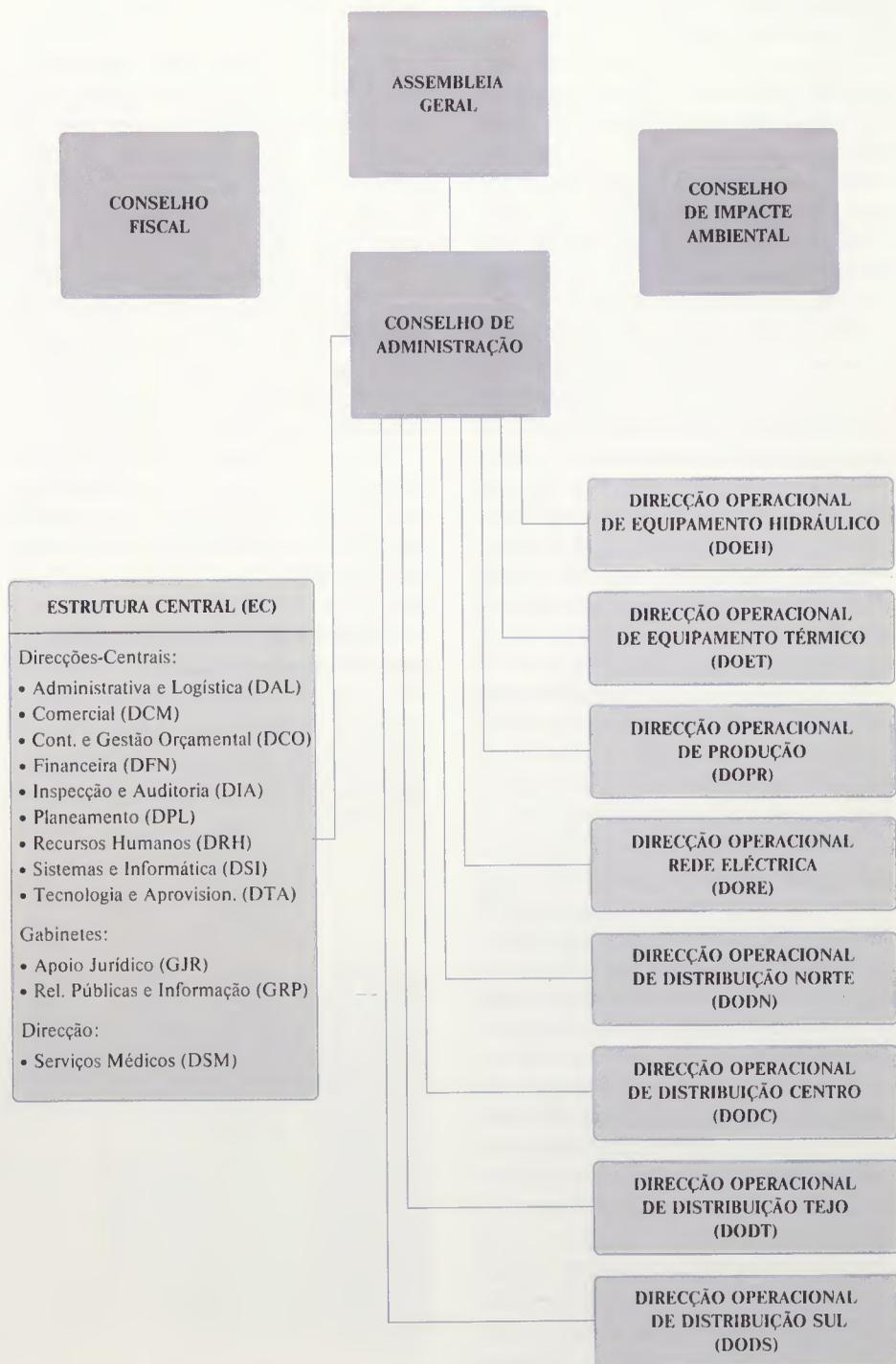
Concluídos os estudos fundamentais, estão criadas as condições para implementar a reestruturação. Prevêmos que tal ocorra no primeiro semestre de 1994; e não temos dúvidas de que a missão da EDP será continuada com o mesmo dinamismo, através do novo modelo organizativo. Não faria aliás sentido que assim não fosse: a reestruturação faz-se, em última análise, para benefício dos Clientes pelo que é de esperar um reforço de eficácia na resolução dos seus problemas, por uma maior autonomia e flexibilidade nas tomadas de decisão.

Aguardamos assim o futuro com confiança. As mudanças anunciadas serão conduzidas com determinação, mas também com prudência e respeito pelas orientações estratégicas que têm presidido à gestão da EDP.

Os resultados positivos alcançados no plano económico e financeiro, bem como na qualidade do relacionamento com as entidades envolvidas, não serão mais do que estímulos para prosseguirmos com igual tenacidade na realização dos objectivos do futuro.



Joaquim Serrão da Silva Correia



Mesa da Assembleia Geral

Prof. Dr. Diogo Homem de Lucena
Presidente

Dr. António Pires Caiado
Vice-Presidente

Jerónimo da Cruz Fonseca
Secretário

Conselho Fiscal

Dr. Sérgio Espadas Antunes
Presidente

Dr. António Moura Rodrigues
Vogal (ROC)

Eng.º Manuel Norton Brandão
Vogal

Eng.º Jorge Martins Borrego
Vogal Suplente

Dr. Severo Praxedes Soares
Vogal (ROC) Suplente

Conselho de Administração

Eng.º Joaquim Serrão da Silva Correia
Presidente

Eng.º Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado
Vice-Presidente

Eng.º José Filipe M. Athayde de Carvalhosa
Vogal

Eng.º Rui de Arriaga Férin Cunha
Vogal

Dr. José António de Matos Tabora Farinha
Vogal

Dr. José Manuel Machado Saldanha Bento
Vogal

Eng.º António Ramos da Silva Vidigal
Vogal

Direção Operacionais

Eng.º Fernando Marques Seabra
Dir.-Geral do Equipamento Hidráulico (DOEH)

Eng.º Rui Bravo Jacinto Martins
Dir.-Geral do Equipamento Térmico (DOET)

Eng.º Hernâni Martins Verdelho
Director-Geral da Produção (DOPR)

Eng.º Henrique Lopes Moreira
Director-Geral da Rede Eléctrica (DORE)

Eng.º Carlos Manuel Carmo Brandão
Director-Geral da Distribuição Norte (DODN)

Eng.º Joaquim da Silva Filipe
Director-Geral da Distribuição Centro (DODC)

Eng.º Francisco de La Fuente Sanchez
Director-Geral da Distribuição Tejo (DODT)

Eng.º Júlio Sarmento Barros
Director-Geral da Distribuição Sul (DODS)

Estrutura Central

Eng.ª Maria do Carmo Rei
Dir. Central Administrativa e Logística (DAL)

Eng.º José Rodrigues Pereira Penedos
Dir. Central Comercial (DCM)

Dr. Manuel Jesus Martins
Dir. Central Contab. e Gestão Orçamental (DCO)

Dr. Humberto da Costa Biu
Dir. Central Financeira (DFN)

Eng.º António Leite Garcia
Dir. Central de Inspeção e Auditoria (DIA)

Eng.º Jorge Ribeirinho Machado
Dir. Central de Planeamento (DPL)

Eng.º Francisco José Cortez Lobão
Dir. Central dos Recursos Humanos (DRH)

Eng.º João Campos Guimarães
Dir. Central de Sistemas e Informática (DSI)

Eng.º José Manuel Cruz Morais
Dir. Central de Tecnol. e Aprovisionamentos (DTA)

Dr. José Melchior Gomes
Dir. Gabinete de Apoio Jurídico (GJR)

Eng.º António Ribeiro dos Santos
Dir. Gabinete Rel. Públicas e Informação (GRP)

Dr. Carlos Mendonça Pires
Dir. Central dos Serviços Médicos (DSM)

SÚMULA

1. A Empresa apresenta no presente exercício uma situação económica e financeira sólida, com todos os indicadores de estrutura e de rentabilidade a evoluírem favoravelmente.

Os resultados líquidos atingiram 18,3 milhões de contos positivos após uma dotação extraordinária de 33 milhões de contos para o Fundo de Pensões e de uma participação nos custos da seca de 5,1 milhões de contos.

Representam um acréscimo de 8,8% em relação ao ano anterior e inserem-se bem na tendência observada nos últimos anos.

O exercício de 1993 sofreu o impacto negativo, do ponto de vista financeiro, decorrente das fortes perturbações verificadas no SME - Sistema Monetário Europeu que se traduziram numa forte desvalorização do escudo. As perdas cambiais da EDP atingiram 66,6 milhões de contos.

Outro factor negativo foi o regime hidrológico ocorrido. Embora menos seco do que o ano de 1992, que aliás havia sido o mais seco de que há memória nos registos da Empresa, o ano de 1993 foi mesmo assim 27% inferior à média, decorrendo daí custos acrescidos de combustíveis.

Por outro lado, a procura de electricidade, registando um ligeiro acréscimo de

0,2%, situou-se abaixo da taxa de crescimento do ano anterior e mesmo das previsões estabelecidas.

Os efeitos conjugados destes factores foram parcialmente atenuados pelo comportamento de algumas variáveis com peso determinante na estrutura de custos. Destacam-se desde logo a estabilidade dos preços dos combustíveis e a redução da taxa juro nominal, no mercado financeiro interno. A tendência do mercado e o aproveitamento da capacidade negocial da Empresa permitiu que a taxa média da dívida da EDP tivesse uma redução da ordem dos três pontos percentuais.

No respeitante às vendas, o valor de 465,8 milhões de contos atingido foi directamente influenciado pela evolução tarifária a qual representou um acréscimo de 2,9% do preço da electricidade para os nossos Clientes, com efeitos desde o início do ano.

As acções de reorganização e modernização da Empresa contribuíram, dentro do previsto, para a contenção de certas naturezas de custos. O investimento realizado pela EDP nestas acções, de valor significativo, começa a gerar, em termos económicos, os benefícios esperados ao mesmo tempo que possibilita à Empresa as respostas funcionais adequadas e a consolidação da sua actuação.

O acréscimo do preço médio da electricidade, uma vez mais inferior à inflação, decorre da política de redução progressiva do preço em termos reais, fazendo participar os Clientes nos ganhos de produtividade, procurando situá-los mais próximos dos preços médio europeus. A Empresa deu, uma vez mais, o seu contributo na concretização desta orientação da política energética. Assim, o acréscimo de tarifas em 1993 foi diferenciado, tendo-se mantido inalterada a tarifa para Clientes industriais. A partir do 4.º trimestre, foram ainda criadas condições tarifárias especiais para Clientes com determinados perfis de consumo que, em termos acumulados, poderão atingir uma redução de 28%.

Central Termoeléctrica do Pego



2. A solidez da estrutura financeira da Empresa, aferida pela relação *dívida de MLP/Capitais próprios*, apresenta um valor que ultrapassa favoravelmente os níveis habituais exigidos pelas instituições financeiras para actividades capital intensivas. Os créditos sobre Clientes, com uma redução de 14 milhões de contos, demonstram o rigor da cobrança na faturação corrente. Em termos absolutos o valor em balanço continua, no entanto, ainda muito elevado em consequência da dívida de um conjunto de Municípios com os quais não foi ainda possível chegar a acordo. Para os Municípios nestas condições continua em vigor o mecanismo de retenção de verbas através do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro. O défice do ex-Fundo de Apoio Térmico, no final do ano, situava-se em 7,6 milhões de contos. O valor deste défice, a ser completamente regularizado até final de 1994, permite que o respectivo adicional seja totalmente eliminado.

No final do ano, a dívida de financiamento era de 876,3 milhões de contos, menos 128 milhões do que no final de 1992. Esta significativa redução decorre essencialmente da venda de 90% da Central do Pego a que correspondeu um recebimento de 155 milhões de contos. A venda da Central do Pego à Tejo Energia, na qual a EDP assegurou uma participação de 10%, culminando um longo processo de negociações, permitiu à Empresa, na sua política de investimentos, reforçar os níveis de dotação para as redes de transporte e distribuição e criar melhores condições de base para os objectivos, sempre presentes, de melhoria da qualidade de serviço.

3. O desenvolvimento do sistema electroprodutor prosseguiu sem atrasos, sendo reforçado em 358 MW de potência hidroeléctrica e 308 MW em centrais termoeléctricas. O acréscimo corresponde essencial e respectivamente à entrada em serviço do último grupo do Aproveitamento do Alto Lindoso e do primeiro grupo do Pego.

Para além de uma grande multiplicidade de obras realizadas nas redes de transporte e de distribuição, destacam-se no sector da produção hidráulica as obras



em curso nos aproveitamentos de Foz Côa, Miranda, Caldeirão e Pracana e, no que respeita a centrais térmicas, a continuação do grupo II do Pego. Em relação a este último empreendimento, a construção do segundo grupo continua a ser assegurada pela EDP, ao abrigo de um contrato de prestação de serviços, tipo chave na mão, definido no âmbito da alienação referida.

O investimento, a custos técnicos, foi de 124,7 milhões de contos, a que acresceram 37,1 milhões de encargos financeiros intercalares.

Dando continuidade a uma política de total aproveitamento dos recursos técnicos e humanos disponíveis, a Empresa intensificou a prestação de serviços ao exterior, quer directamente, quer através da sua associada INTERNEL, em particular no que respeita à actividade dos seus gabinetes de engenharia. Merece especial referência, neste domínio, a prestação de serviços de engenharia civil à empresa espanhola ELCOGÁS, no âmbito do projecto europeu de construção de uma central de gaseificação de carvão integrada com ciclo combinado (Puertollano - Espanha).

4. Prosseguiu a modernização técnica e administrativa com a consolidação dos vários sistemas de informação em desenvolvimento. A extensão em 1992, a todo o território continental, do SEGEC - Sistema Empresarial de Gestão Comercial,

Visita do 1.º Ministro às obras do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Côa.



Antevisão computadorizada da Central de Puertollano.

permitiu no exercício de 1993 congregar esforços na implementação do SIREDD – Sistema Integrado da Rede de Distribuição, tendo-se instalado na Empresa o módulo SGO – Sistema de Gestão de Obras que, como o próprio nome sugere, cria condições para um melhor controlo das obras da distribuição, induzindo um mais rigoroso cumprimento de prazos de execução e racionalização de custos.

Próximo do final do ano aprovou-se o projecto SIGAD – Sistema de Informação de Gestão para Alta Direcção que, de forma integrada com os restantes sistemas, disponibilizará um conjunto coerente de indicadores de gestão nos diferentes níveis de actuação da Empresa. Este esforço de modernização é acompanhado das necessárias alterações orgânicas e funcionais e de um ajustamento e qualificação dos recursos humanos envolvidos. A Empresa contava com 17 152 efectivos no final do exercício, valor 5,9% inferior ao observado no final do ano anterior.

5. O exercício de 1993 ficará inegavelmente associado ao processo de preparação da reestruturação da Empresa. Aprovadas que foram as linhas gerais da reestruturação no início do ano, seguiu-se uma intensa actividade interna envolvendo no processo a macroestrutura, quadros e

demais técnicos especializados. As tarefas a executar, em elevado número e de expressiva complexidade, desenvolveram-se em paralelo com o normal exercício das actividades correntes.

No final do ano, os estudos internos estavam concluídos, em conformidade com o calendário estabelecido. Os quadros da Empresa deram provas de uma elevada competência, total empenhamento e grande generosidade na execução das tarefas a que foram chamados.

A concretização da reestruturação, prevista para o primeiro semestre de 1994, contempla a cisão da EDP com a criação de várias empresas por autonomização dos diferentes negócios. Será uma transformação profunda, mas também prudente e, sobretudo, com a garantia de preservação e continuidade dos patamares de desenvolvimento já conseguidos na EDP.

O modelo de grupo Empresarial, com a condução estratégica centrada numa *holding*, será a via considerada apropriada para continuar a assegurar as linhas de rumo da EDP. No essencial, a reestruturação propiciará a vários níveis benefícios: Grupo, trabalhadores e País, resultantes de uma maior competitividade e de uma acrescida flexibilidade no processo da tomada de decisão.

6. Para o próximo exercício de 1994 espera-se uma melhoria global alicerçada no controlo e conhecimento das variáveis chave com maior peso na formação dos custos e num maior crescimento da procura que o registado em 1993.

Na relação com os nossos Clientes será intensificada a melhoria da nossa prestação de serviço acompanhada de um tarifário, já aprovado, que consagra uma redução nominal de 1,3% em média para os nossos Clientes industriais e um crescimento de 3% para os restantes Clientes, valor abaixo da inflação esperada.

Admitindo a não ocorrência de situações extremas (alterações radicais no mercado de combustíveis, seca com características de calamidade ou perturbações significativas no SME – Sistema Monetário Europeu), o futuro novo Grupo EDP deverá apresentar em 1994 um nível de resultados não inferior ao de 1993.

Âmbito Internacional

De acordo com estimativas apresentadas pela OCDE, o crescimento económico do conjunto dos países que integram esta organização situou-se em cerca de 1% em 1993. O agravamento da recessão económica no Japão e na Europa determinou quebras no Produto Interno Bruto destes países, conduzindo assim a um crescimento global (na OCDE) inferior ao do ano anterior, apesar do bom comportamento registado nos Estados Unidos, em que a produção cresceu quase 3%.

A forte quebra no nível de actividade económica da União Europeia, particularmente marcada desde meados de 1992, continuou a intensificar-se durante o primeiro semestre de 1993, o que conduziu a uma redução de cerca de 0,5% no seu Produto Interno Bruto. Como consequência, o emprego voltou a cair e a taxa de desemprego ultrapassou já os 10%.

A redução do emprego a par das elevadas taxas de juro, conduziram a uma contracção da procura interna superior a 1%, efeito resultante de quebras de 0,5% no consumo privado e de 5% no investimento.

Neste contexto, a taxa de inflação continuou a apresentar um comportamento favorável, tendo ficado aquém dos 4%.

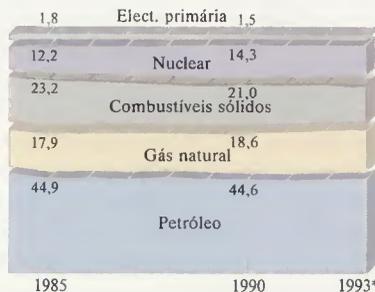
O agravamento da recessão económica conduziu a uma nova quebra no consumo energético da União Europeia. O gráfico junto permite concluir que o consumo de energia tem apresentado acréscimos sistematicamente inferiores aos do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a procura de electricidade tem evoluído mais rapida-

mente que as duas outras grandezas; assim, a intensidade eléctrica medida pela relação entre o consumo de electricidade e o PIB tem vindo a aumentar, enquanto a intensidade energética tem decrescido, o que leva a concluir que a proporção da electricidade no consumo total de energia tem vindo a crescer progressivamente.

Relativamente à oferta de energia, assistiu-se em 1993 a uma nova quebra na importância relativa do carvão, enquanto o gás natural e a energia nuclear apresentaram acréscimos relativamente ao ano anterior; por outro lado, a posição relativa do petróleo manteve-se em cerca de 44%.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E ENERGÉTICA

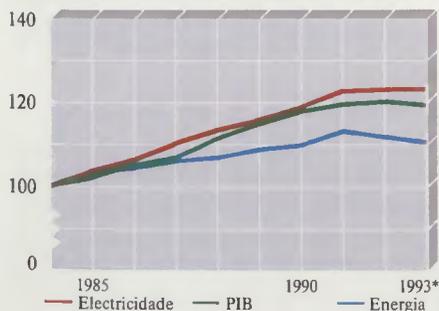
CONSUMO INTERNO BRUTO DE ENERGIA NA UNIÃO EUROPEIA (%)



* Estimativa
Fontes: Eurostat, Energy e Energy in Europe.

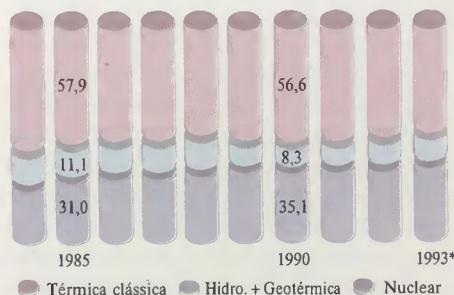
Quando à estrutura da oferta da electricidade, pode constatar-se que o acréscimo verificado na produção nuclear, cuja contribuição se situa em cerca de 36% do total, permitiu uma redução na produção térmica clássica, que determinou uma quebra na sua contribuição para o total.

CONSUMO DE ENERGIA E DE ELECTRICIDADE EM RELAÇÃO AO PIB NA UNIÃO EUROPEIA (Índices)



* Estimativa
Fontes: Eurostat, Energy e Energy in Europe.

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE NA UNIÃO EUROPEIA (%)



* Estimativa
Fontes: Eurostat, Energy e Energy in Europe.

Âmbito Nacional

De acordo com as estimativas apresentadas no Orçamento do Estado para 1994, assistiu-se em 1993 a uma estagnação do nível de actividade económica. Na óptica da produção, este resultado está essencialmente associado à quebra verificada no sector industrial, em que as estimativas do Ministério da Indústria apontam para uma evolução entre 4 a 5 pontos percentuais negativos, em termos reais.

Relativamente às componentes da despesa, apesar da incerteza quanto à evolução do comércio externo, parece poder concluir-se que a procura interna apresentou algum crescimento, ainda que muito moderado. O acréscimo no consumo privado deverá ter ficado aquém dos 2%, o que representa uma redução muito significativa em relação ao crescimento do ano anterior, em que se assistiu a um crescimento de 3,7%. Por outro lado, o investimento deverá ter estagnado em 1993, invertendo-se assim a tendência para a aparente retoma do ano anterior em que o crescimento do investimento quase atingiu os 5%. Em 1993, o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo na construção foi insuficiente para compensar a quebra no sector dos equipamentos.

A estagnação do nível de actividade económica conduziu a uma redução no volume total de emprego, essencialmente associada à diminuição do emprego por conta de outrem, com especial incidência no sector industrial.

Relativamente à inflação, foram registados novos progressos em 1993, na medida em que o Índice de Preços no Consumidor apresentou uma evolução de apenas 6,8%. A redução na taxa de inflação deve-se essencialmente ao comportamento dos preços de bens transaccionáveis que têm vindo a convergir para os níveis dos principais parceiros comerciais; os preços dos bens não transaccionáveis têm reagido mais lentamente.

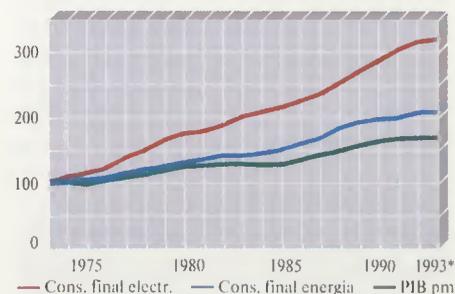
A evolução económica em 1993 conduziu a um abrandamento no acréscimo do consumo de energia, como consequência da estagnação no sector industrial; no caso da electricidade, registou-se mesmo uma quebra no consumo industrial, enquanto as vendas de fuelóleo para a indústria ficaram ao nível do ano anterior.



O sector dos transportes continuou a apresentar acréscimos significativos no consumo de energia, em particular no caso da gasolina, em que se assistiu a um acréscimo de 6%.

O gráfico junto compara as evoluções relativas do PIB, do consumo final de energia e do consumo de electricidade, permitindo concluir que as intensidades energéticas do Produto têm vindo a aumentar, a um ritmo particularmente rápido no caso da electricidade; torna-se assim evidente que a proporção da electricidade no consumo final de energia tem apresentado uma evolução crescente.

CONSUMO DE ENERGIA EM RELAÇÃO AO PIB
(Índices)

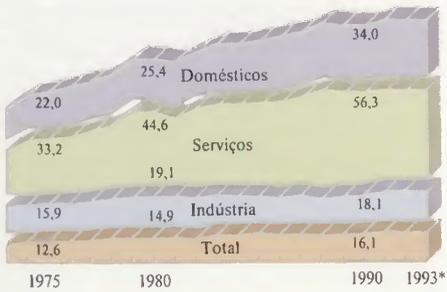


* Estimativa

Fontes: DGE e Contas Nacionais do INE.

Uma análise sectorial mostra que o papel da electricidade tem vindo a crescer mais rapidamente no caso dos consumos domésticos (em que o peso desta forma de energia excede já 35% do consumo energético total) e dos serviços (em que a electricidade corresponde a mais de metade do consumo global de energia).

**PENETRAÇÃO DA ELECTRICIDADE
NO CONSUMO FINAL DA ENERGIA (%)**



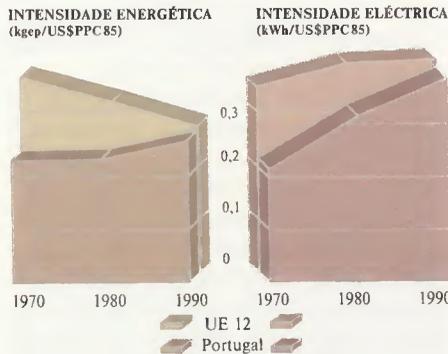
* Estimativa
Fonte: D. G. de Energia.



Os gráficos que se seguem permitem comparar a evolução da intensidade energética em Portugal e no conjunto dos doze países que integram a União Europeia considerando as relações entre os consumos de energia e o Produto Interno Bruto, medido pelas paridades de poder de compra a preços constantes de 1985. Pode assim concluir-se que, apesar da dinâmica na intensi-

dade eléctrica que tem vindo a ocorrer em Portugal ser superior à do conjunto dos países da União Europeia, os valores observados para Portugal em 1990 são ainda um pouco inferiores à média da União Europeia, se bem que com uma tendência clara de aproximação. No caso da intensidade energética, a evolução crescente de Portugal a par do decréscimo no conjunto dos doze países, conduziu também a valores já próximos do consumo de energia por unidade de produto em 1990.

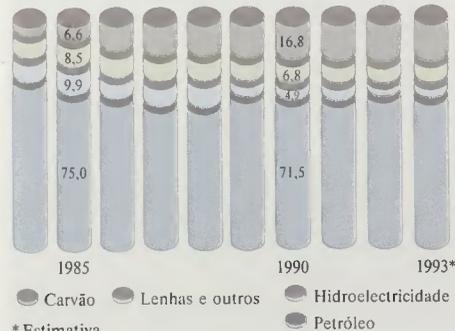
INTENSIDADES ENERGÉTICAS



Fontes: OCDE, UNIPEDE e EURELECTRIC.

Relativamente à oferta de energia, assistiu-se em 1993 a um acréscimo na produção hidroeléctrica, que em 1992 apresentou um nível extremamente baixo, em consequência de condições hidrológicas particularmente adversas. Por outro lado, a entrada em funcionamento do primeiro grupo da central termoeléctrica do Pego, conduziu a um novo acréscimo no consumo de carvão. Nestas condições, foi possível obter uma nova redução na parte do petróleo no consumo de energia primária.

ESTRUTURA DO ABASTECIMENTO ENERGÉTICO DO PAÍS EM ENERGIA PRIMÁRIA (%)



* Estimativa
Fonte: D. G. de Energia

ACTIVIDADE COMERCIAL

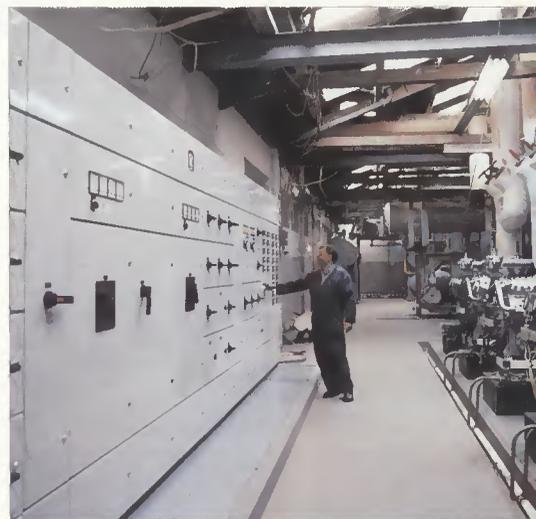
Política Comercial

O serviço ao Cliente sofreu um forte impulso com a cobertura integral do território pelo novo Sistema Comercial – SEGEC. Este Sistema permite aos Clientes tratar dos problemas inerentes à relação comercial em qualquer ponto do território, sem subordinação a lógicas de contacto presencial associadas à área onde se situa a instalação. Ao tornar este contacto praticamente dispensável, o SEGEC não deixa de constituir um forte instrumento para a valorização do atendimento personalizado, associado à qualidade e rigor da informação, e para a melhoria da produtividade, visando reduzir os custos da prestação do serviço.

Continuou-se o diálogo franco com as Associações representativas de interesses dos consumidores, no quadro da abertura da Empresa ao exterior e de aproximação ao Cliente, bem como os trabalhos no sentido da melhoria da legislação de enquadramento da actividade, da formação do pessoal afecto ao atendimento da clientela e da progressiva harmonização dos procedimentos comerciais.

Mantém-se em apreciação a proposta de revisão das Condições Gerais de Venda de Energia Eléctrica em Alta e Média Tensão. No plano da Utilização Racional de Energia (URE), assume especial relevo a realização, pela segunda vez, do concurso designado Prémio EDP, destinado a galardoar os Clientes industriais que se tenham distin-

Ao alto: FRIGOMATO e em baixo: SLAF, empresas distinguidas com o Prémio EDP 93.



guido na introdução de equipamentos ou processos conducentes a uma mais eficiente utilização da energia.

Além das numerosas acções de divulgação do Sistema Tarifário – ele próprio um instrumento de racionalização – a EDP manteve a sua participação em diversas iniciativas dirigidas à actividade empresarial.

Destaca-se, em especial, a continuação da cooperação com o Centro para a Conservação da Energia, através de acções de formação de técnicos da Empresa, de estudos sobre URE na Indústria e Serviços e de preparação de suportes destinados à sensibilização de segmentos da clientela. Regista-se além disto a participação da EDP no grupo de trabalho para a elaboração do Plano Nacional de acções a integrar no Programa de Acção Comunitário para aumentar a eficiência da utilização racional de electricidade (Programa PACE).

Prosseguiu-se com a política de rigor na cobrança da facturação corrente, promovendo-se o pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos legais, bem como a progressiva normalização do cumprimento das obrigações em atraso.

Sistema Tarifário

Revisão do sistema tarifário

O ano de 1993 foi caracterizado por um esforço da empresa no sentido de desagregar dum modo significativo as tarifas do sector produtivo. Esta vontade concretizou-se

pela não subida dos preços para todos os Clientes com potências contratadas superiores a 19,8 kVA (Convenção entrada em vigor em 1 de Janeiro), pela descida significativa das tarifas para Clientes com um determinado perfil de consumo através da aplicação dum desconto antecipador da correcção da distorção tarifária, bem como pela regulamentação da tarifa interruptível (Adenda à Convenção, entrada em vigor em 1 de Outubro). As tarifas para usos sazonais, fundamentalmente destinadas ao sector agrícola, foram também alvo da atenção da Empresa, tendo sido criada uma nova opção tarifária — tarifa sazonal bi-horária para potências até 19,8 kVA — e tendo sido tornadas mais atractivas as opções sazonais existentes.

A Convenção reguladora do tarifário para 1993, assinada entre a EDP e Direcção-Geral de Concorrência e Preços, foi ratificada em 18 de Dezembro de 1992 e entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1993.

Nesta Convenção, que se traduziu por um acréscimo médio dos preços pagos pelos Clientes de 2,9%, não se verificou qualquer acréscimo de preços para Clientes com potências superiores a 19,8 kVA, a quase totalidade do sector industrial, tendo-se verificado um acréscimo médio de cerca de 6% no segmento até 19,8 kVA.

Em conformidade com a política de oferecer aos Clientes um leque mais alargado de opções tarifárias mutuamente vantajosas, foi regulamentada em 1 de Outubro de 1993 por Adenda à Convenção, a tarifa interruptível, destinada a Clientes com possibilidade em reduzirem a carga em pelo menos 4 MW, em períodos definidos pela EDP. Esta tarifa traduz-se por um desconto correspondente à valia da potência interruptível para a EDP, podendo concretizar-se, no máximo, por um desconto de 18% na factura do Cliente que tenha aderido a esta opção.

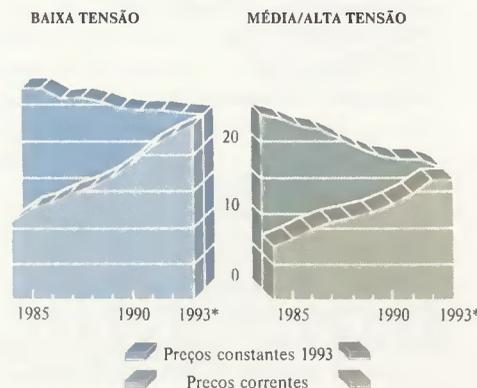
Na mesma Adenda à Convenção, foi fixado um desconto de 10% para Clientes com potências contratadas compreendidas entre 4 e 25 MW e de 12,5% para potências contratadas superiores a 25 MW; em ambos os casos são exigidas utilizações anuais mínimas da potência de 5000 horas, ou, alternativamente, consumos anuais superiores a 30 GWh. Este desconto, que se

destina a antecipar a correcção da distorção da estrutura tarifária existente, mantém-se em 1994, sendo gradualmente reduzido até à respectiva anulação em 1 de Janeiro de 1998.

Evolução dos preços médios

Nos gráficos anexos pode constatar-se a evolução dos preços médios na baixa e na média/alta tensão, quer em termos de preços correntes, quer em termos de preços constantes de 1993.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS PARA O PERÍODO 1984/1993 (ESC/kWh)



* Valor provisório

É patente o decréscimo real sustentado das tarifas desde 1984, traduzido por decréscimos reais médios anuais de 1,5% na Baixa Tensão e de 4,0% na Média e Alta Tensão.

Comparação internacional

Apesar da evolução favorável dos preços da electricidade face à inflação, em 1 de Janeiro de 1993, as tarifas portuguesas não se apresentavam numa posição particularmente favorável em relação a outros países da União Europeia, especialmente no que se refere às tarifas para o sector produtivo. A paridade do escudo nessa data face às moedas dos restantes países, contribuiu bastante para este posicionamento pouco favorável.

No que se refere às tarifas para usos domésticos, Portugal apresentava preços cerca de 17% abaixo da média da União Europeia para os clientes-tipo de menores consumos — 600 kWh por ano; para consumos

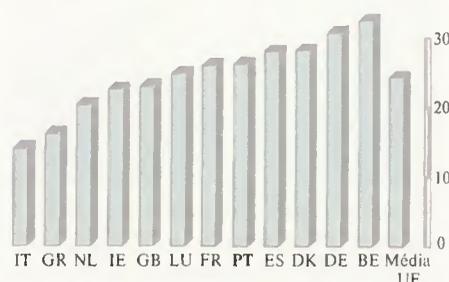
anuais até 3500 kWh, faixa em que se insere a quase totalidade dos consumidores domésticos em Portugal, os preços situavam-se cerca de 10% acima da média da União Europeia.

Relativamente às tarifas para usos industriais, correspondentes à Média, Alta e Muito Alta Tensão, a posição portuguesa é menos favorável.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a comparação com base nos consumidores - tipo domésticos e industriais adoptados pela UNIPEDE que se afiguram mais próximos da realidade portuguesa.

PREÇOS DA ELECTRICIDADE PARA USOS DOMÉSTICOS - Preços médios em 93-01-01 (taxas incluídas) (ESC/kWh)

CONSUMIDOR - TIPO B2
Consumo anual 1700 kWh
Consumo anual de vazio 0 kWh



PREÇOS DA ELECTRICIDADE PARA USOS INDUSTRIAIS - Preços médios em 93-01-01 (taxas incluídas, excepto IVA) (ESC/kWh)

CONSUMIDOR - TIPO B1
Potência contratada 500 kW
Utilização anual 2500 h

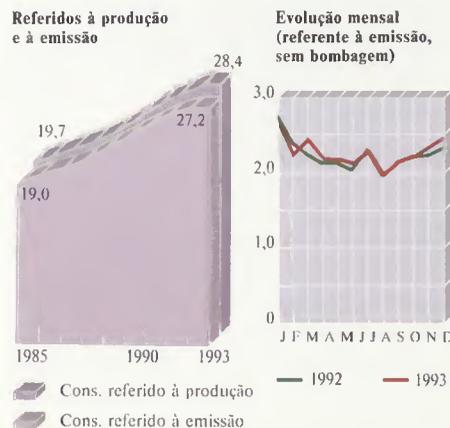


Evolução dos Consumos de Electricidade

Em 1993 verificou-se uma estagnação do consumo referido à emissão, na continuidade do processo de desaceleração que já se vinha a registar nos últimos anos.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do consumo referido à emissão e do consumo referido à produção na última década, bem como as respectivas evoluções mensais em 1993.

EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS (TWh)

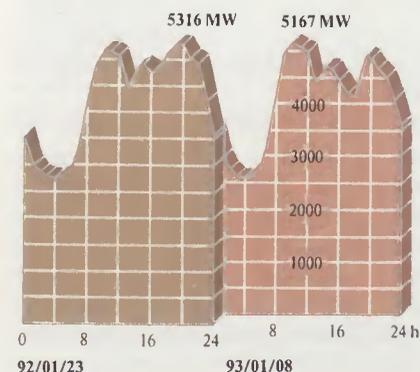


Como se mostra no quadro seguinte as taxas de crescimento em 1993 teriam sido ainda mais baixas se não ocorressem variações de temperatura e do número de dias úteis.

	1992 (GWh)	1993 (GWh)	Varição (%)	Var. corrigida da temperatura e dias úteis (%)
Cons. referido à emissão	27 094	27 154	+0,2	-0,2
Cons. referido à produção	28 444	28 405	-0,1	-0,5

Em todo o caso vale a pena registar que, embora a evolução da procura global de electricidade tenha sido sistematicamente negativa ao longo do ano, os dois últimos meses de 1993 apresentaram taxas positivas, como que a indiciar uma ténue inversão de tendências que, a confirmar-se, seria concordante com uma certa expectativa de retoma da economia.

DIAGRAMA DE CARGA DOS DIAS DE PONTA ANUAL

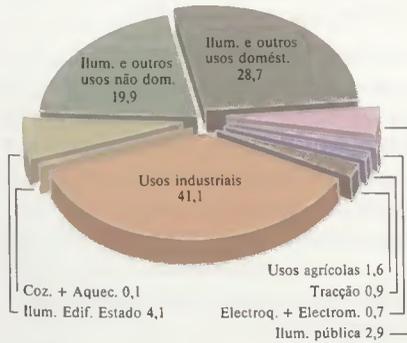


Registou-se a 8 de Janeiro o dia de ponta do ano, com o valor 5167 MW, a que corresponde um decréscimo de 2,8% em relação à ponta do ano anterior também verificada em Janeiro.

Repartição dos consumos de electricidade

Na repartição dos consumos por sectores de actividade verifica-se que o consumo industrial representa um pouco menos de metade do consumo total. Esta proporção baixou em relação ao ano anterior, como consequência de um crescimento negativo da procura deste grupo de Clientes. Como é natural, os efeitos da recessão económica transpareceram mais rápida e intensamente nos consumos da actividade industrial do que nos sectores dos serviços e domésticos.

CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS (%)



Saliente-se no entanto que a entrada na rede de vários produtores independentes com recurso à cogeração terá também pesado na estrutura de consumos através de uma substituição dos fornecimentos da rede pública à actividade industrial, por produção própria.

Facturação de Energia Eléctrica

A facturação da energia eléctrica atingiu, em 1993, o montante global de 493,9 milhões de contos, correspondendo 184,4 milhões de contos a fornecimentos de energia em muito alta, alta e média tensão e 309,5 milhões de contos a fornecimentos em baixa tensão.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento global de 5,0% no montante da facturação. O decréscimo relativo

FACTURAÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (a)

	(milhões de contos)				
	1989	1990	1991	1992	1993
Fornecimentos em MAT / AT / MT	141,9	159,4	186,5	201,0	184,4
Fornecimentos em BT	150,0	180,8	219,2	269,2	309,5
TOTAL	291,9	340,2	405,7	470,2	493,9

(a) Incluindo o adicional para o ex-FAT e excluindo o IVA.

aos fornecimentos em muito alta, alta e média tensão foi da ordem dos 8,3%, verificando-se nos fornecimentos em baixa tensão um aumento de cerca de 15,0%.

Como seria de esperar, o que se observou anteriormente quanto à evolução da estrutura dos consumos é plenamente confirmado pelos valores da facturação no último quinquénio. Note-se que em 1988 o valor da facturação em baixa tensão representava 49% do total, passando esta percentagem para 57% e 63%, respectivamente em 1992 e 1993.

Cobrança e Recuperação de Dívidas em Atraso

Apesar de se ter mantido, em 1993, a tendência para a recuperação dos créditos sobre Clientes, o seu montante continua a justificar a manutenção de uma política de rigor na cobrança da facturação.

No final de 1993, o total dos créditos da Empresa, resultantes da facturação por fornecimento de energia eléctrica, era de 141,3 milhões de contos. Este valor, embora



corresponda ainda a cerca de 28% da facturação de electricidade do ano, representa uma melhoria já que equivale a uma redução de 5 pontos percentuais da correspondente relação verificada em 1992.

Neste domínio, a diversidade de situações, a natureza das acções desenvolvidas e os resultados alcançados justificam uma análise separada dos grandes conjuntos de Clientes.

DÍVIDAS DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE

(milhares de contos)

	1992	1993
Estado e Organismos Oficiais	7 088,0	7 274,6
Autarquias Locais	63 696,7	58 262,7
Outros Distribuidores	490,7	429,8
Sector Empresarial Público e Nacionalizado	10 352,5	8 534,1
Sector Empresarial Privado e Particulares	73 627,5	66 786,8
TOTAL	155 255,4	141 288,0

No que respeita às Autarquias Locais, no ano de 1993 e através do mecanismo de retenção de verbas do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, foram recebidos 1,4 milhões de contos, representando cerca de 2,2% do montante global da dívida das Autarquias em finais de 1992. Este mecanismo é aplicado, como se sabe, a Autarquias que não subscreveram ainda acordos de regularização com a EDP.

Para o conjunto dos Municípios, a redução total da dívida em cerca de 5,4 milhões de contos (-8,5%) reflecte fundamentalmente aquela recuperação (via FEF) e o cumprimento dos acordos de pagamento.

Relativamente às dívidas do Estado e dos Organismos Oficiais, o seu agravamento é da ordem dos 3%, continuando, em significativo número de casos, a verificar-se dificuldades na observância dos prazos legais de pagamento.

No Sector Empresarial Público e Nacionalizado, verificou-se um decréscimo do valor da dívida da ordem de 1,8 milhões de contos (-17,6%), enquanto no Sector Empresarial Privado e Particulares se registou um decréscimo de cerca de 6,8 milhões de contos (-9,3%).

Globalmente, a redução ronda os 14 milhões de contos (-9%) o que, para um acréscimo da facturação próximo dos 24 milhões de contos, comprova uma recuperação lenta mas sustentada dos créditos atrasados.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DOS CLIENTES DE ELECTRICIDADE

(%)

	Variação em relação a 1992	Repartição por classes de Clientes	
		1992	1993
Estado e Organismos Oficiais	2,6	4,6	5,2
Autarquias Locais	- 8,5	41,0	41,2
Outros Distribuidores	-12,4	0,3	0,3
Sector Empresarial Público e Nacionalizado	-17,6	6,7	6,0
Sector Empresarial Privado e Particulares	- 9,3	47,4	47,3
TOTAL	- 9,0	100,0	100,0

Mantém-se o forte peso da dívida das Autarquias na dívida global à EDP (cerca de 41%). Esta situação é particularmente grave se atendermos a que este valor é, na sua maior parte, constituído por dívida vencida e registada há longo tempo nas contas da Empresa.

Relações com os Municípios

As relações com os Municípios durante o ano de 1993 foram positivamente marcadas pela celebração, ao abrigo da legislação em vigor, de mais dois contratos de concessão, os quais abrangiam, no final do ano 270 dos 275 Municípios do Continente.

Apesar de se ter reduzido em duas unidades o número de Municípios relativamente aos quais se encontrava accionado o mecanismo alternativo, legalmente previsto, de retenção de verbas do FEF, uma parte significativa da dívida global ainda se encontrava concentrada neste conjunto, sobressaindo, pela expressão dos respectivos montantes, as dívidas dos Municípios da área do Grande Porto.



A prestação de serviços de engenharia a outras entidades tem vindo a ganhar crescente relevância de ano para ano, configurando-se hoje como actividade estratégica na Empresa.

A experiência acumulada ao longo de vários anos na concepção, gestão e realização dos grandes projectos do sector eléctrico, levou a concentrar nos seus gabinetes de engenharia um enorme potencial em meios humanos e técnicos. É esta capacidade que se tem procurado aplicar, quer no País, quer no estrangeiro, numa altura em que está em curso a flexibilização do sector e a consequente entrada de novos agentes no mercado.

Para manter um elevado grau de racionalidade na utilização destes recursos, a Empresa tem vindo a dispensar uma particular atenção a esta área de actividade. Neste sentido, a sua estrutura organizativa tem vindo a ser adaptada às novas realidades, procurando intervir neste mercado específico com sentido comercial e competitivo.

Actuando directamente ou através da sua associada INTERNEL, a Empresa prosseguiu em 1993 esta política com a concretização de diversos serviços, alguns dos quais de significativa dimensão.

Destaca-se pela sua importância a prestação de serviços de engenharia à empresa espanhola ELCOGÁS, envolvendo a elaboração de todo o projecto de construção civil da Central de Ciclo Combinado com Gaseificação de Carvão, em Puertollano. Trata-se de um contrato, adjudicado à EDP na sequência de concurso internacional e que se prolongará por vários anos até se completar a construção da Central.

No final do ano a EDP foi convidada a integrar o consórcio promotor da construção da Central de Tratamento de Resíduos Urbanos dos Municípios de Lisboa, Amadora, Loures e Vila Franca de Xira. Para este projecto, em regime de prestação de serviços, iniciou já um estudo de classificação de sítios e a preparação do processo de concurso para a construção da Central.

Da cooperação com outras entidades em 1993 podem ainda citar-se a título de exemplo:

- a preparação do caderno de encargos para a ampliação da Central do Belo Jardim, nos Açores;
- a conclusão do processo de avaliação do impacte ambiental da futura Central de Ciclo Combinado na Tapada do Outeiro;
- a avaliação técnica do estudo de impacte ambiental do gasoduto para a empresa TRANSGÁS;
- a continuação do estudo de impacte atmosférico das emissões da Central Térmica de Macau;
- o parecer sobre o galgamento da barragem de Mabubas, em Angola;
- a avaliação de terrenos para a reinstalação da Aldeia da Luz, para a Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva.

A procura de um mercado consolidado neste domínio de actividade levou ainda a Empresa em 1993, a elaborar e a apresentar múltiplas propostas de prestação de serviços nas disciplinas de engenharia para as quais se encontra particularmente vocacionada. Muitas destas propostas foram apresentadas em consórcio com os mais importantes Gabinetes de Engenharia nacionais, o que constitui de algum modo o reconhecimento da competência e da qualidade dos nossos recursos.

Através da associada EDINFOR, a qual opera a generalidade dos sistemas da EDP, tem-se vindo a disponibilizar a capacidade de processamento informático numa óptica de *outsourcing* a um conjunto de entidades, sendo de realçar a prestação de serviços de facturação de gás e de águas a qual abrange já cerca de 500 000 clientes, mediante a utilização de *software* desenvolvido para o efeito. Área igualmente importante é a do *finishing* a qual detém já os seus clientes próprios, nomeadamente na área dos telefones celulares.

Realça-se também a prestação de serviços de consultadoria e de *outsourcing* na área informática a dois grandes grupos industriais.

**PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS
DE ENGENHARIA
E SISTEMAS**

**EXPLORAÇÃO
DO SISTEMA
ELECTROPRODUTOR**

Produção de Electricidade

A capacidade de produção da EDP foi reforçada em 1993 com a entrada em serviço do último grupo do Alto Lindoso, do aproveitamento hidroeléctrico do Touvedo, da Central de Sabugueiro II, do novo e dos antigos grupos do aproveitamento de Pracana, após a sua remodelação total.

No final do primeiro trimestre o parque termoeléctrico passou a contar com o primeiro grupo da Central do Pego a que corresponde uma potência de 308 MW. Conforme previsto, esta central foi alienada em Novembro e passou a partir de então a ser explorada pelo seu novo proprietário, a TEJO ENERGIA, como primeira unidade do chamado Sistema Vinculado, não pertencente à EDP.

O reforço da capacidade centrou-se, portanto, na produção hidráulica que registou no ano um aumento líquido de 358 MW. Assim, a potência instalada total no final do ano era de 7282 MW, correspondendo 3727 MW a aproveitamentos hidroeléctricos (51% do total) e 3555 MW a centrais termoeléctricas (49% do total). No conjunto, o Sistema Vinculado Nacional passou a contar com uma potência instalada de 7590 MW, equivalente à potência instalada na EDP mais o primeiro grupo do Pego, pertencente à TEJO ENERGIA.

Central Hidroeléctrica do Alto Lindoso (2 x 350,0 MVA)



Ao sistema hidroeléctrico em serviço corresponde uma produtividade média anual de 11 200 GWh que se pode reduzir a 6700 GWh, em ano seco, ou atingir 15 600 GWh, em ano húmido.

O conjunto das centrais termoeléctricas do Sistema Vinculado, tendo em atenção as limitações de colocação da produção no diagrama de consumos durante as horas nocturnas, permite garantir uma produção de 24 200 GWh.

POTÊNCIAS INSTALADAS NO SISTEMA PRODUTOR EM 31 DE DEZEMBRO (MW)

Ano	EDP			Outros produtores térmicos vinculados	TOTAL
	Hidráulica	Térmica	SUB-TOTAL		
1984	2 778	2 299	5 077		5 077
1985	2 813	2 599	5 412		5 412
1986	2 883	2 899	5 782		5 782
1987	2 957	3 199	6 156		6 156
1988	3 030	3 199	6 229		6 229
1989	3 065	3 543	6 608		6 608
1990	3 069	3 555	6 624		6 624
1991	3 067	3 555	6 622		6 622
1992	3 369	3 555	6 924		6 924
1993	3 727	3 555	7 282	308	7 590

A capacidade instalada mostrou-se suficiente para responder às necessidades da procura em 1993, apesar de o ano ter sido relativamente seco, do ponto de vista hidrológico. De facto, o coeficiente de produtividade hidroeléctrica foi 27% inferior à média dos regimes, mas a influência negativa no nível de produção hidráulica foi eficazmente suprida pela produção de origem térmica.

A produção total de 27 917 GWh (excluída a produção do Pego a partir da alienação) ultrapassou o valor de 1992 em 1,2%. Para este total contribuiu a produção hidroeléctrica com 8387 GWh, valor que representa um aumento de 69% em relação ao anterior que havia sido muito mais seco.

A produção termoeléctrica atingiu 19 530 GWh ou 19 636 GWh se incluírem 106 GWh que correspondem à produção do Pego após venda. No total, este valor representa menos 13,2% do que em 1992, uma vez mais porque a seca em 1993 foi bastante menos rigorosa.

No quadro seguinte mostra-se a evolução da produção nos últimos dez anos, evidenciando-se também as contribuições das importações, dos autoprodutores e do Pego,

PRODUÇÃO ANUAL DE ENERGIA ELÉCTRICA

(GWh)

Ano	EDP			Outros prod. térmicos vinculados	Saldo Importador	Auto produtores	TOTAL
	Hidráulica	Térmica	SUB-TOTAL				
1984	9 748,8	8 334,1	18 082,9		711,6	25,8	18 820,3
1985	10 703,3	6 838,7	17 542,0		2 245,8	27,8	19 815,6
1986	8 421,7	10 272,5	18 694,2		1 885,1	34,5	20 613,8
1987	9 061,5	9 408,4	18 469,9		3 024,4	46,1	21 540,4
1988	12 167,3	8 444,9	20 612,2		2 390,1	49,6	23 051,9
1989	5 966,9	17 978,6	23 945,5		1 164,6	36,0	25 146,0
1990	9 186,0	17 281,2	26 467,2		37,1	57,7	26 562,0
1991	9 049,6	18 514,5	27 564,1		92,0	84,5	27 740,5
1992	4 957,9	22 627,0	27 584,9		1 340,9	130,0	29 055,8
1993	8 386,7	19 529,9	28 022,5	105,9	175,2	481,9	28 679,6

REPARTIÇÃO DA PRODUÇÃO ANUAL DE ENERGIA ELÉCTRICA

(%)

Ano	EDP			Outros prod. térmicos vinculados	Saldo Importador	Auto produtores
	Hidráulica	Térmica	SUB-TOTAL			
1984	51,8	44,3	96,1		3,8	0,1
1985	54,0	34,5	88,5		11,3	0,1
1986	40,9	49,8	90,7		9,1	0,2
1987	42,1	43,7	85,7		14,0	0,2
1988	52,8	36,6	89,4		10,4	0,2
1989	23,7	71,5	95,2		4,6	0,1
1990	34,6	65,1	99,6		0,1	0,2
1991	32,6	66,7	99,4		0,3	0,3
1992	17,1	77,9	94,9		4,6	0,4
1993	29,2	68,1	97,3	0,4	0,6	1,7

após alienação (produtor térmico vinculado, não pertencente à EDP). É de realçar o aumento muito significativo da recepção proveniente de autoprodutores e produtores independentes; as entregas à rede da EDP são efectuadas ao abrigo do Dec.-Lei 189/88 e situam-se em 1993 em 482 GWh, o que representa um aumento de 271 % relativamente ao ano anterior.

A contribuição percentual dos vários meios para a satisfação da procura total de energia eléctrica comprova que o último quinquénio correspondeu a uma sucessão

de regimes hidrológicos secos; a contribuição das centrais térmicas situou-se invariavelmente acima dos 65 % quando, num regime médio, é de esperar uma contribuição abaixo dos 60 %.

A repartição da produção térmica pelas várias centrais é apresentada no quadro seguinte. Na comparação com 1992 notar-se-á uma acentuada redução de produção das centrais termoeléctricas de custo variável mais elevado, como consequência das diferentes condições hidrológicas observadas.

PRODUÇÃO E EMISSÃO DAS CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS

(GWh)

	1992		1993		Variação (%)	
	Produção	Emissão	Produção	Emissão	Produção	Emissão
Tapada do Outeiro	977,7	915,1	334,5	311,3	-65,8	-66,0
Carregado	4 263,3	4 037,9	2 413,7	2 269,4	-43,4	-43,8
Pego	42,4	30,8	1 497,5	1 377,8	3 428,3	4 373,6
Alto de Mira	0,2	-3,1	0,2	-0,2	28,4	-92,5
Barreiro	427,5	392,1	399,9	366,4	-6,5	-6,6
Setúbal	7 069,9	6 708,9	5 342,9	5 064,0	-24,4	-24,5
Sines	9 844,6	9 275,0	9 540,4	9 012,5	-3,1	-2,8
Tunes	1,3	0,7	0,7	0,4	-43,2	-34,5
TOTAL EDP	22 627,0	21 357,4	19 529,9	18 401,7	-13,7	-13,8
Outros produtores térmicos vinculados				105,9		
TOTAL		21 357,4		18 507,6		-13,3

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS PARA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE

Centrais	1992			1993			Variação (%)		
	(tec)		(tep)	(tec)		(tep)	Carvão	Fuelóleo	Gasóleo
	Carvão	Fuelóleo	Gasóleo	Carvão	Fuelóleo	Gasóleo			
Tapada do Outeiro	115 401	191 173	24	42 221	63 753	48	-63,4	-66,7	100,1
Carregado		935 403			535 115			-42,8	
Pego*	21 091	8 177	3	472 468	10 548	3			-24,9
Alto de Mira			95			112			18,3
Barreiro**		139 071			130 580			-6,1	
Setúbal		1 481 035			1 122 498			-24,2	
Sines	3 030 188	4 082	1	2 939 898	4 642	2	-3,0	13,7	100,0
Tunes			436			251			-42,3
SUB-TOTAL	3 166 680	2 758 941	560	3 454 587	1 867 136	417	9,1	-32,3	-25,5
TOTAIS	3 166 680	2 759 501		3 454 587	1 867 552		9,1	-32,3	

* Consumo de combustíveis até alienação da Central.

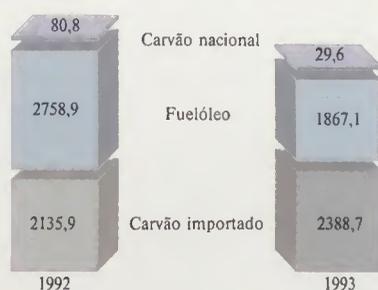
** Inclui 33 909 e 42 186 tep de fuel consumidos na Central do Barreiro, respectivamente, em 1992 e 1993 na produção de vapor industrial.

A Central de Sines manteve uma produção próxima da plena utilização e, na Central do Pego, a produção foi significativamente condicionada pelo regime de ensaios a que foi submetida.

Globalmente, a taxa de utilização da potência disponível das centrais térmicas foi de 74,2%.

O maior ou menor recurso à produção de origem térmica tem naturalmente reflexos na estrutura de consumos de combustíveis. No quadro anterior mostram-se as quantidades consumidas em cada central em 1992 e 1993; como se pode observar (ver gráfico junto), a estrutura de consumos em termos de valor energético alterou-se em 1993, com maior predominância do carvão.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS (ktep)

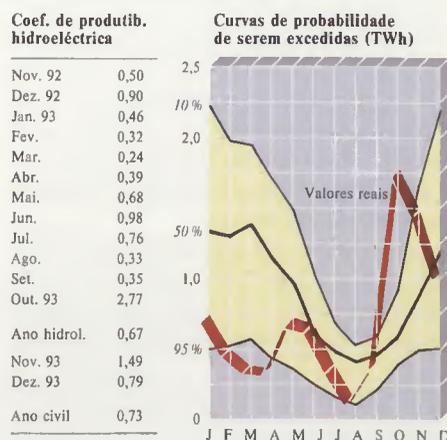


A hidraulicidade do ano 1993 está caracterizada no quadro e gráfico seguintes.

O coeficiente de produtividade foi de 0,73 a que corresponde um défice de afluência hidroeléctrica de cerca de 3170 GWh, relativamente à média dos regimes.

O armazenamento nas albufeiras que se situava no início do ano em 44% do correspondente valor máximo foi prudentemente conduzido ao longo do ano vindo a situar-se em 31 de Dezembro em 56%, não obstante a produção bastante elevada atribuída a este tipo de aproveitamentos a partir de meados de Outubro.

AFLUÊNCIAS AO TOTAL DO SISTEMA



Importação de Energia Eléctrica

O movimento físico das trocas de energia eléctrica com o estrangeiro apresentou em 1993 um saldo importador de 175,2 GWh, valor bastante reduzido quando comparado com o já referido défice de afluências hidroeléctricas. Esta compra, pouco significativa, a que houve que recorrer entre meados de Março e princípio de Maio foi sempre efectuada a um preço superior ao

custo variável das centrais a fuelóleo mas naturalmente inferior aos das centrais de turbinas a gás.

Nos meses de Novembro e Dezembro houve ocasião de proceder a uma pequena venda de energia a Espanha de 7,6 GWh.

Sempre que possível e se mostrou economicamente vantajoso efectuaram-se durante o ano de 1993, à semelhança aliás de anos anteriores, algumas trocas de energia em espécie com a Espanha.

Qualidade de Serviço e Garantia de Fornecimento

É óbvio que o objectivo último da Empresa é prestar aos seus Clientes um serviço de elevada qualidade. A realização deste objectivo é antes de mais uma atitude de gestão, um comportamento estratégico cujos resultados se vão expressando na conquista de patamares de qualidade em todas as vertentes da actividade da Empresa, com particular destaque para o relacionamento com os Clientes.

A primeira faceta da qualidade do serviço é a garantia de fornecimento. A EDP continuou em 1993 a assegurar as acções adequadas para que, em cada momento, estivesse disponível a electricidade necessária aos seus Clientes, quer através de um desenvolvimento oportuno do sistema electroprodutor, quer mantendo em perfeitas condições de funcionamento o actual sistema em exploração.

O Tempo de Interrupção Equivalente nos sistemas de produção e de transporte em 1993 foi apenas de 6 m e 26 s passando a constituir um novo mínimo deste indicador.

Tempo de interrupção equivalente

1988	24 m 14 s
1989	57 m 23 s
1990	32 m 36 s
1991	13 m 36 s
1992	8 m 12 s
1993	6 m 26 s

É claro que o nível excepcional deste indicador de qualidade só foi possível graças a exigentes programas de manutenção dos equipamentos e a uma adequada gestão dos sistemas de produção e de transporte.

Aprovisionamentos e Normalização

Combustíveis para produção de electricidade

O preço internacional do petróleo atingiu, no final de 1993, o seu mais baixo valor desde 1988, fixando-se o barril *brent* no mercado londrino em 13.43 USD, sendo de 18 USD no início de 1993, preço pouco diferente do verificado antes do 1.º choque petrolífero ocorrido em 1973. Em 1992 os preços máximo e mínimo tinham-se situado em 21.55 USD e 17.10 USD o barril, respectivamente. As causas para esta evolução poderão ser encontradas no excesso de oferta de petróleo, fruto da dificuldade dos países produtores de chegarem a acordo para a fixação de menores quotas de produção, aliada a uma diminuição da procura, a nível internacional.

O mercado de produtos petrolíferos acompanhou, como seria de esperar, esta evolução de baixa de preços do crude.

O aprovisionamento de fuelóleo para o parque térmico da EDP processou-se com normalidade, beneficiando-se da baixa de preços internacionais, os quais atingiram em 1993, no mercado do Mediterrâneo, a cotação máxima de 81 USD/t e a mínima os 51 USD/t, contra 100 USD/t e 59 USD/t, respectivamente, em 1992.

Para a EDP esta baixa de preços foi porém absorvida pela forte desvalorização do escudo ocorrida em 1993. O preço médio anual do fuel adquirido foi de 73.83 USD/t (11 604\$00/t) contra 86.12 USD/t (11 584\$00/t) em 1992.

Quanto ao mercado internacional de carvão nas várias regiões do globo, o mesmo foi naturalmente afectado pela continuação da recessão económica mundial de 1992, com uma evidente retracção dos consumos de carvão (*steam coal* e *coking coal*).

Na Europa, esta retracção dos consumos de carvão ficou a dever-se não só aos efeitos da recessão, mas também à maior penetração do gás na produção de electricidade.

Do lado da oferta, a situação político-social na Rússia afectou consideravelmente o nível da sua produção e das exportações, o que se traduziu numa deslocação da procura para o mercado da África do Sul, sobretudo no 2.º semestre de 1993.

Como consequência da retracção dos consumos, conjugada com ofertas adicionais de carvão devido à penetração de novos

produtores, os níveis de preços de contrato e de *spot* em 1993 foram inferiores aos de 1992.

Na EDP, o carvão importado atingiu 3654 kt a um preço médio CIF Sines de 43.14 USD/tec contra 51.65 USD/tec em 1992, ou seja, uma redução de 16,5%.

Da totalidade de carvão importado, 77% foi adquirida por meio de contrato a termo e 23% no mercado *spot*.

No total, as aquisições de combustíveis fósseis ascenderam a 1,9 milhões de toneladas de fuelóleo, 3,6 milhões de toneladas de carvão importado e a 190 mil toneladas de carvão nacional.

Na composição do custo final do fuelóleo cerca de 89% corresponde ao custo do produto e o restante ao transporte e colocação nas centrais.

Para o carvão, a repartição foi de 67% para o produto e o restante para o transporte e colocação na central.

A partir de 30 de Novembro de 1993, com a venda da Central do Pego, o abastecimento de carvão à Central deixou de ser da responsabilidade da EDP. Até àquela data foram transportadas cerca de 500 kt de carvão por caminho de ferro.

No mercado de transporte marítimo de granéis secos, verificou-se uma subida acentuada dos fretes durante a primeira metade do ano, alicerçada numa forte procura de transporte de cereais, mas o mercado tendeu rapidamente para a normalização no segundo semestre, tendo-se regressado em Dezembro a valores semelhantes aos verificados em Janeiro.

A EDP contratou no mercado de ocação, em 1993, um total de 12 viagens, pelas quais se realizou o transporte de 1500 kt de carvão. Em valores médios anuais, em 1993 o mercado situou-se cerca de 20% acima dos valores verificados no mercado *spot* em 1992. Todavia, uma adequada gestão na utilização dos contratos e no fretamento de navios no mercado de ocasião, fez com que o preço médio de transporte em 1993 tenha sido de 7.16 USD/tm contra 7.17 USD/tm em 1992.

A política de aprovisionamento delineada e eficazmente desenvolvida ao longo do ano, caracterizou-se por uma correcta actuação nos mercados internacionais de combustível, garantindo que se alcanças-

sem, a cada momento, as melhores condições comerciais e se optimizasse, conjuntamente, os vectores da qualidade e do preço.

Aprovisionamento técnico e administrativo

Reconhecendo-se as vantagens de um aprovisionamento centralizado no que respeita a equipamentos de interesse comum na Empresa, prosseguiu-se em 1993 com a realização de contratos desta natureza. Destacam-se, neste domínio, os primeiros contratos de fornecimento plurianual celebrados entre a EDP e os fabricantes de cabos isolados, disjuntores diferenciais, contadores de energia eléctrica e transformadores de potência trifásicos MT/BT. No cumprimento destes contratos foram já sensíveis as melhorias no que se refere às condições comerciais de aquisição, à qualidade técnica dos produtos, à implementação de sistemas de gestão de qualidade pelos fabricantes e ao cumprimento dos prazos de entrega.

Prosseguiu o trabalho de qualificação de fornecedores dando-se especial relevo à qualificação de prestadores de serviços de trabalhos em tensão (TET), na sequência da decisão da Empresa em abrir ao exterior a contratação destes serviços. Ainda neste âmbito e em ligação com a entrada em funcionamento do sistema de Gestão de Obras (SGO) foram preparados os procedimentos de enquadramento e iniciada a qualificação do conjunto de empreiteiros abrangidos pelo regime de contratação dito de *empreitada contínua*.

O esforço de reorganização dos armazéns iniciado em fins de 1991 teve já resultados apreciáveis em 1992 e 1993.

Com o mesmo objectivo, foram completadas no exercício as auditorias aos sistemas de gestão de stocks e de fornecedores tendo-se informatizado alguns procedimentos manuais ainda existentes. Como consequência destas acções foi possível melhorar o acompanhamento do funcionamento dos armazéns e a busca da origem de desvios ou de resultados anormais.

A reorganização dos armazéns foi completada com o reforço da formação dos respectivos trabalhadores e com a actualização de manuais de procedimentos.

O sucesso destes esforços pode ser apreciado pela redução das quebras e sobras verificadas nas contagens de existências físicas, efectuadas pela auditoria interna, que caíram para menos de 1% do valor das existências contadas.

**Actividade laboratorial;
Normalização técnica**

As acções nas áreas de aprovisionamentos, qualificação de fornecedores, laboratórios e investigação e desenvolvimento foram levadas a cabo em estreita articulação, como é habitual com as acções de normalização técnica.

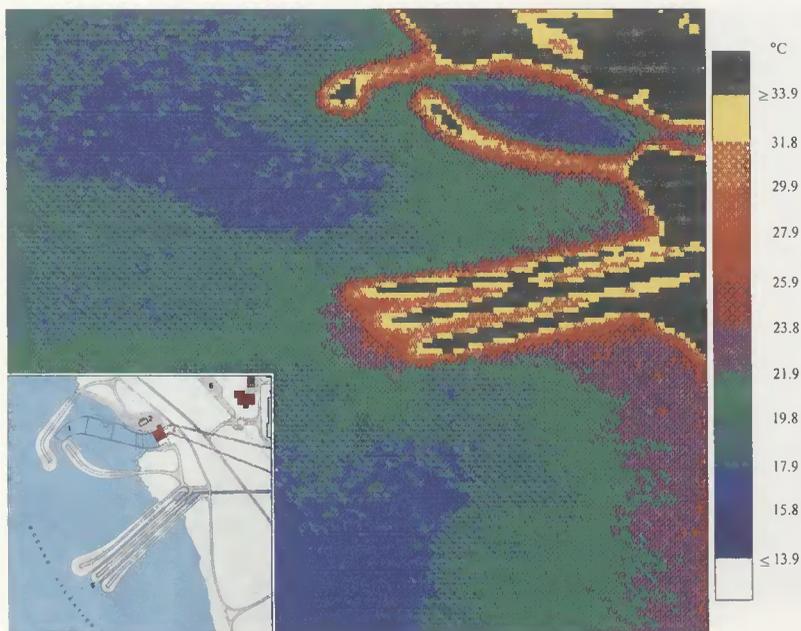
Assim, foram aperfeiçoadas especificações de equipamento para iluminação pública, cabos e aparelhagem de alta tensão e retomaram-se as especificações de transformadores de medição. Prosseguiu-se a colaboração com fabricantes para o desenvolvimento de aparelhos para concretização da qualidade de serviço e dos diagramas de carga de instalações, aparelhos que se destinam a fornecer informação de ajuda ao planeamento de redes.

Em 1993 os Laboratórios, além do habitual apoio às actividades fundamentais da Empresa, incrementaram sensivelmente a prestação de serviços a entidades externas.

No domínio interno, merecem destaque os seguintes trabalhos:

- inspecção termográfica, por helicóptero, da água de refrigeração da Central de Sines, bem como de linhas de alta tensão;
- início de verificação sistemática dos sistemas de medição nas subestações;
- alargamento da vigilância preventiva de transformadores de potência por análise cromatográfica dos gases dissolvidos no óleo;
- colocação em serviço de dois equipamentos para quantificação do nível de poeiras nas zonas envolventes de centrais térmicas;
- caracterização de equipamento eléctrico de alta tensão e apoio na realização de electrodos de terra para solução de problemas originados por descargas atmosféricas.

Facto de particular relevância foi a acreditação do Laboratório de Metrologia



pelo IPQ - Instituto Português de Qualidade, como organismo de verificação metrológica.

Termograma dos canais de rejeição da Central Termoeléctrica de Sines.

Cobertura de Riscos e Seguros

A política de cobertura de riscos e seguros em 1993 não sofreu alterações em relação ao ano anterior.

As Centrais Térmicas e Hidráulicas continuam seguras, por valores de substituição, contra riscos de incêndio e elementos da natureza e riscos de avaria de máquinas.

Para o risco de sismo existe um limite de indemnização no montante de 34 milhões de contos (agregado anual); está em curso a contratação de uma cobertura adicional que reforce este limite de indemnização.

Para cobertura das suas responsabilidades perante a comunidade em geral, a Empresa possui um seguro de responsabilidade civil de 20 milhões de contos.

A provisão para cobertura de danos não reembolsáveis, por caberem dentro do âmbito das franquias, atingia no final de 1993 o montante de 1350 mil contos, após um reforço de cerca de 500 mil contos realizado no exercício.

A Empresa mantém, naturalmente, os seguros de acidentes de trabalho e de acidentes pessoais que beneficiam directamente os seus trabalhadores.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR

Planeamento a Longo Prazo

Durante o ano de 1993 desenvolveram-se numerosos estudos relacionados com a expansão do sistema electroprodutor nacional, sendo de destacar:

- os realizados no âmbito da análise da evolução do sistema electroprodutor durante o decénio 1996-2005 para cenários diferenciados de composição do parque electroprodutor e de crescimento dos consumos de electricidade;
- a análise detalhada das condições de exploração simulada do sistema no médio prazo;
- os estudos referentes à análise técnico-económica da reconversão da central de Setúbal para a queima de Orimulsion, para vários cenários de queima deste novo combustível, incluindo a opção de instalação de equipamentos de dessulfuração em dois dos grupos da central;
- os estudos destinados à preparação de um novo plano de expansão a longo prazo do sistema electroprodutor.

De acordo com a expansão prevista para o sistema electroprodutor desenvolveram-se estudos relacionados com projectos de aproveitamentos hidroeléctricos, nomeadamente:

- actualização dos estudos de avaliação económica dos aproveitamentos de Foz Côa, reforço de potência de Picote (Picote II) e Fridão, com diversas análises de sensibilidade à valia eléctrica;
- actualização do cálculo da valia eléctrica do aproveitamento de fins múltiplos de Alqueva, envolvendo estudos de sensibilidade à variação do nível de pleno armazenamento;
- revisão do dimensionamento dos aproveitamentos da cascata do Tâmega a montante de Fridão, nomeadamente o volume útil e o nível de pleno armazenamento de Vidago e Padroselos;
- avaliação do impacto ambiental provocado no sistema Cávado, pela ligação Cávado/Tâmega;
- avaliação das consequências para Portugal, em termos de hidroelectricidade, da realização do Plano Hidrológico Nacional Espanhol;
- actualização dos estudos estatísticos da série de aflúncias aos aproveitamentos hidroeléctricos existentes e previstos (série 1953/1991).

Continuou o envolvimento da EDP no processo conducente à atribuição de alvarás de utilização de água para produção de electricidade em pequenas centrais, através da análise dos respectivos projectos e emissão de pareceres técnicos.

No domínio das energias renováveis continuou a acompanhar-se a evolução das tecnologias eólica e fotovoltaica e colaborou-se com o Centro para a Conservação de Energia na realização dum estudo de viabilidade técnico-económica de utilização daquelas energias em alternativa à rede eléctrica nacional, cuja 1.ª fase ficou concluída no final do ano.

Através da representação da EDP na Comissão de Elaboração do Plano Energético Nacional, foram desenvolvidos estudos relativos ao sector eléctrico, nomeadamente a caracterização técnica e económica de pequenas centrais utilizando recursos renováveis (mini-hídricas, eólica e fotovoltaica), no âmbito de programas de expansão do parque electroprodutor nacional.

Na rede de transporte realizaram-se as análises técnico-económicas de várias alternativas de ligação à rede do aproveitamento



do Alqueva e da central de ciclo combinado a gás natural da Tapada do Outeiro. Concluiu-se um estudo conjunto com a Red Eléctrica de España sobre o comportamento das interligações Portugal-Espanha nos horizontes 1996 e 2000, o qual levou a concluir pelo interesse numa nova interligação a 400 kV no Douro Internacional no início do próximo século.

Tendo em vista, por um lado, o reforço da alimentação da cidade de Lisboa e, por outro, o abastecimento dos consumos da zona norte da península de Setúbal, cujo crescimento se deverá acentuar fortemente após a construção da nova ponte sobre o Tejo, foram realizados o enquadramento técnico-económico da extensão dos 220 kV às subestações de Palhavã e de Sacavém e o estudo de várias alternativas de desenvolvimento da rede na península de Setúbal.

Entretanto, avançou-se com uma rede alvo para o ano 2005 e reformulou-se a rede do ano 2015, face às novas informações proporcionadas pelos estudos anteriormente referidos.

Aproveitamentos Hidroeléctricos

No decurso de 1993 entraram em serviço os seguintes grupos geradores, nos aproveitamentos hidroeléctricos de Alto Lindoso, Touvedo, Pracana e Sabugueiro II.

Aproveitamento	Grupo	Potência (MW)	Data de entrada em serviço	
			Experimental	Industrial
Alto Lindoso	Grupo 1	317,0	—	93.02.26
Touvedo	Grupo	22,0	—	93.05.28
Pracana	Grupo 2	7,5	—	93.08.30
Pracana	Grupo 1	7,5	—	93.10.25
Pracana	Grupo 3	26,0	93.04.20	—
Sabugueiro II	Grupo	10,0	—	93.10.01

No final do ano encontravam-se em curso de construção os seguintes aproveitamentos hidroeléctricos, sendo de 395 MW a potência total a instalar:

Aproveitamento	Curso de água	Tipo de aproveitamento	Data prevista de entrada em exploração	N.º de grupos	Potência (MW) (a)	Fase de construção	Produtibilidade média anual (GWh)
Pracana (b)	Ocreza	Albufeira	1994	1	26	Final	23
Caldeirão	Caldeirão	Albufeira	1994	1	32	Final	44
Miranda II (b)	Douro	Fio de água	1995	1	193	Intermédia	223
Foz Côa	Côa	Albufeira	1998	2	144	Inicial	330 (c)

a) Potência total nos veios das turbinas sob a queda de dimensionamento.
 b) Reforço de potência. As características indicadas referem-se ao novo grupo.
 c) Incluindo a contribuição da bombagem.



Visita do 1.º Ministro ao Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Lindoso, aquando da sua inauguração.

No escalão do Alto Lindoso concluiu-se a generalidade das obras de engenharia civil e trabalhos diversos de acabamentos. Foram também concluídos o fabrico e montagem dos equipamentos hidro e electromecânico, tendo o grupo 1 entrado em serviço industrial em 93.02.26. Foi efectuada a desmontagem do estaleiro, tendo-se procedido à sua desactivação no mês de Dezembro.

No escalão de Touvedo concluiu-se também a generalidade das obras de engenharia civil e trabalhos diversos de acabamentos. Concluiu-se o fabrico e montagem dos equipamentos, tendo o grupo entrado em serviço industrial em 93.05.28. Foi efectuada a desmontagem das instalações do estaleiro, e procedeu-se à sua desactivação no mês de Dezembro.

No escalão de Pracana foi concluída a totalidade das obras de engenharia civil na barragem e na ampliação da central, tendo sido executados trabalhos complementares de drenagem das fundações e de tratamento

dos betões da barragem. Foi completado o sistema de observação de estruturas na barragem e na central e instalado um sistema de transmissão automática de dados via satélite. Entraram em serviço todos os grupos, encontrando-se em fase terminal a montagem da instalação complementar de produção e foi implementado o sistema de automação e telecomando.

Relativamente ao aproveitamento de fins múltiplos do Caldeirão, concluíram-se em finais de Setembro todos os trabalhos condicionantes do enchimento da albufeira, cujo início se verificou no dia 19 de Outubro, para se atingir o nível de pleno armazenamento em 26 de Dezembro. A empreitada principal de engenharia civil encontra-se praticamente concluída, estando em curso a empreitada de acabamentos da central. Entretanto, prosseguiram as montagens dos diferentes equipamentos, merecendo destaque o início dos ensaios do grupo gerador em meados de Outubro. A sua entrada em serviço experimental terá lugar no decurso do mês de Janeiro de 1994.

No escalão de Sabugueiro II foram concluídas as actividades relacionadas com a empreitada principal de construção civil, dos equipamentos hidromecânicos e electromecânicos, e da instalação complementar de produção. O grupo gerador entrou em serviço experimental em 24 de Março de 1993 e em serviço industrial em 1 de Outubro de 1993. Procedeu-se ainda ao primeiro enchimento da barragem do Lagoacho e executaram-se as obras de adaptação do canal de Desterro à restituição das centrais de Sabugueiro II.

No reforço de potência do escalão de Miranda desenvolveram-se os trabalhos inseridos na empreitada principal de engenharia civil, tendo-se concluído as escavações do poço da central e da galeria em avanço da restituição, os betões da estrutura do edifício da central, do revestimento do poço da central e do envolvimento do difusor e iniciado os betões da estrutura de comunicação vertical do poço. Iniciaram-se as montagens relativas aos fornecimentos do grupo gerador, da ponte rolante da central e das tampas móveis da central. Iniciaram-se os aprovisionamentos dos equipamentos relativos à instalação complemen-

tar de produção e prosseguiu o fabrico dos equipamentos do grupo gerador e do equipamento hidromecânico da tomada de água e da restituição. Procedeu-se, ainda, à adjudicação do transformador principal.

No escalão de Foz Côa, foram concluídas as obras de construção da derivação provisória do rio Côa, as estradas de acesso ao coroamento da barragem e as escavações de 1.ª fase da fundação da barragem. Nas instalações de estaleiro foram construídos e entraram em serviço o posto médico e o escritório. Procedeu-se à apreciação das propostas apresentadas por sete consórcios internacionais para a realização da empreitada principal de engenharia civil.

Na área de estudos e projectos, além da assistência técnica a todos os empreendimentos em construção, foi concluído o projecto-base de Fridão e, na sequência de decisão governamental de relançamento do empreendimento do Alqueva, foi efectuada a revisão do orçamento da componente hidroeléctrica, tendo sido efectuado o estudo prévio do contraembalse de jusante (açude de Pedrógão) e iniciados os demais estudos conducentes à revisão do projecto-base.

Foi iniciada e encontra-se em fase final de elaboração a revisão do projecto-base do reforço de potência do Escalão de Picote e prosseguiram diversos outros estudos associados a aproveitamentos hidroeléctricos, nomeadamente os de reabilitação das centrais de Cefra e Guilhofrei e o de captação de afluentes do rio Lima para a primitiva Central do Lindoso.

Centrais Termoeléctricas

No domínio das centrais termoeléctricas, a actividade da Empresa em 1993 centrou-se essencialmente no prosseguimento da construção da Central do Pego, localizada no concelho de Abrantes.

Nesta primeira fase, o projecto consta de dois grupos com uma potência de cerca de 300 MW cada.

Com a conclusão e entrada em serviço industrial do primeiro grupo em Março de 1993 deu-se por findo um programa de mais de cinco anos de actividade, sem qualquer

atraso. Como se referiu anteriormente, este grupo deu já um precioso contributo em 1993 para resposta à procura de electricidade.

Simultaneamente prosseguiu também a bom ritmo a construção do Grupo II, cujo serviço industrial está previsto para 1 de Outubro de 1995.

O projecto global da Central comporta 4 grupos para queima de carvão importado, não havendo ainda previsões seguras quanto ao arranque da segunda fase (Grupos III e IV). A potência total da central, quando completa, será pois de cerca de 1200 MW, ou seja o equivalente a um terço da actual capacidade térmica instalada.

Como trabalhos mais importantes realizados durante 1993 destaca-se, quanto ao Grupo I, a realização dos respectivos ensaios de rendimento e verificação de garantias que permitiram confirmar um rendimento efectivo do grupo de 39,3% à carga nominal, superior em cerca de 1% ao rendimento de projecto.

Quanto ao Grupo II, prosseguiu a montagem do gerador de vapor e do equipamento da torre de refrigeração e iniciou-se a montagem do turbo-grupo e dos sistemas eléctricos de média, baixa tensão e corrente contínua do Grupo.

Com a venda da Central à Tejo Energia — Consórcio liderado pela National Power, inglesa, em que a EDP mantém uma participação de 10% — a nova empresa proprietária passou a constituir uma produtora vinculada do Sistema Eléctrico Nacional tendo na data da compra da Central assinado com a EDP um contrato de venda de energia por um período de 28 anos. Ficou porém assegurada a continuidade do projecto, cabendo à EDP completar a construção do 2.º Grupo da Central, mas a partir de agora mediante um contrato de fornecimento tipo chave-na-mão.

Nas Centrais em exploração foram efectuados vários trabalhos de vulto com importante intervenção da engenharia da própria Empresa, tendo em vista a melhoria das condições de funcionamento. Assim o exige a melhoria sustentada dos indicadores de qualidade de serviço, com a preocupação permanente de optimização de custos, respeitando simultaneamente as condicionantes ambientais e de segurança.



Primeiro grupo da Central Termoeléctrica do Pego (308 MW)

Para além das intervenções visando especificamente a área do ambiente — domínio que se abordará em capítulo próprio — referem-se, como acções mais significativas:

- a ampliação do parque de armazenamento de fuelóleo da Central de Setúbal, com a construção de mais um reservatório de 50 000 m³;
- a conclusão da ampliação do cais de descarga de combustível da Central do Carregado;
- a realização de obras complementares na Central de Sines.

Encontram-se também em estudo ou fase de concurso várias outras beneficiações do parque termoeléctrico, de que se destacam:

- os estudos e preparação de consultas para a revitalização das instalações de desmineralização e tratamento de efluentes da Central de Setúbal;
- os estudos para construção de um novo cais de descarga de combustível na Central de Setúbal;
- a continuação dos estudos de reconversão da Central do Barreiro, tendo em vista a queima de gás natural; e
- o estudo para a queima exclusiva de fuelóleo na Central da Tapada do Outeiro.

Rede de Transporte e Interligação

Em 1993 o desenvolvimento da Rede de Transporte incidiu fundamentalmente no reforço da alimentação às redes de distribuição, quer através da abertura de novos pontos de entrega às redes a 60 kV, como é o caso das subestações 220/60 kV de Moga-douro, no Nordeste Transmontano, e do Torrão, na zona de Entre-os-Rios, e da instalação de transformação 400/60 kV na subestação de Fanhões, a norte de Lisboa, quer mediante o aumento de potência instalada em subestações já existentes, casos de Riba d'Ave, com um 2.º transformador 400/60 kV, e de Ermesinde, onde um transformador de 50 MVA foi substituído por uma unidade de 126 MVA.

Em consequência, a potência de transformação em serviço na Rede de Transporte foi acrescida de 605 MVA (cerca de 4%).

No que se refere a linhas, são de destacar a linha a 400 kV, Riba d'Ave-Recarei II com 34,1 km, elemento importante para segurança de abastecimento da região do Minho, e o ramal a 220 kV de ligação em T da linha Fanhões-Alto Mira I a Carriche, com 3,9 km, fundamental para a melhoria das condições de alimentação da zona central da cidade de Lisboa. É ainda de referir a concretização da abertura da linha Rio Maior-Cedillo na central do Pego, com a

consequente melhoria das condições de ligação à rede do primeiro grupo daquela central.



Rede de Distribuição

A actividade na Rede de Distribuição caracterizou-se pela realização de uma grande multiplicidade de obras em todo o território continental, visando sobretudo o reforço e a substituição de redes para melhoria da qualidade de serviço e a resposta às necessidades de novos Clientes.

A prioridade que a Empresa tem atribuído a este sector foi bem visível em 1993 em que o respectivo investimento representou cerca de 46% do total investido pela EDP e mais 22% do que no ano anterior.

Questões Ambientais

As questões ambientais assumem na actualidade uma dimensão que estava longe de se suspeitar há anos atrás. Não são problemas que interessem apenas a grupos ecologistas, departamentos governamentais ou órgãos de comunicação mais ou menos especializados. Trata-se de matéria que toca à população em geral que vai estando cada vez mais consciente das realidades e por isso se dispõe a uma intervenção mais forte no estabelecimento de políticas adequadas neste domínio.

Subestação de Fanhões
(400/220/150/60 kV)



A EDP tem, quanto às questões ambientais, uma política clara: mais do que cumprir as disposições legais, assume uma atitude voluntarista no sentido de atenuar, ou mesmo eliminar, eventuais impactos negativos associados à realização dos seus empreendimentos.

Naturalmente que o aparecimento de novos projectos, principalmente os de grande envergadura, representam sempre um desequilíbrio da Natureza. Muitas vezes os aspectos positivos suplantam os negativos, mas tal não tem constituído justificação para um menor empenhamento da EDP na eliminação destes últimos. Acção que por vezes se tem revelado difícil de fazer passar na opinião pública, não tanto porque não sejam tomadas as medidas adequadas, mas sobretudo pela imagem historicamente associada ao sector da electricidade, onde em relação às centrais térmicas e ao carvão persiste a ideia de sujidade e de poluição. Não é assim necessariamente e as centrais da EDP aí estão a demonstrá-lo: a sua realização é sempre precedida de rigorosos estudos ambientais, a sua exploração é permanentemente monitorada quanto aos níveis das emissões atmosféricas e há preocupações de natureza paisagística de modo a inserir o mais possível os empreendimentos na Natureza.

Esta política que vem já de alguns anos, reafirma-se em cada exercício, quer na construção dos novos empreendimentos, quer na melhoria dos que se encontram em exploração. Em 1993 assim aconteceu uma vez mais, sendo de destacar algumas acções significativas neste domínio:

- a introdução de melhorias nos sistemas de queima dos grupos;
- a instalação e montagem de estações de tratamento de efluentes líquidos nas centrais;
- a adjudicação da rede de monitorização e controlo das emissões atmosféricas (centrais do Carregado e Tapada do Outeiro);
- a aquisição de um laboratório móvel de controlo e medida de emissões atmosféricas;
- a instalação de despoeiradores electrotácticos na Central de Setúbal e início dos trabalhos preparatórios para instalação de idênticos sistemas na Central do Carregado;
- a montagem de equipamento de medição em contínuo das emissões atmosféricas das centrais do Carregado e de Setúbal; e



- a colocação em serviço da rede de controlo da qualidade do ar com *interface* com a Comissão de Gestão do Ar Barreiro/Setúbal.

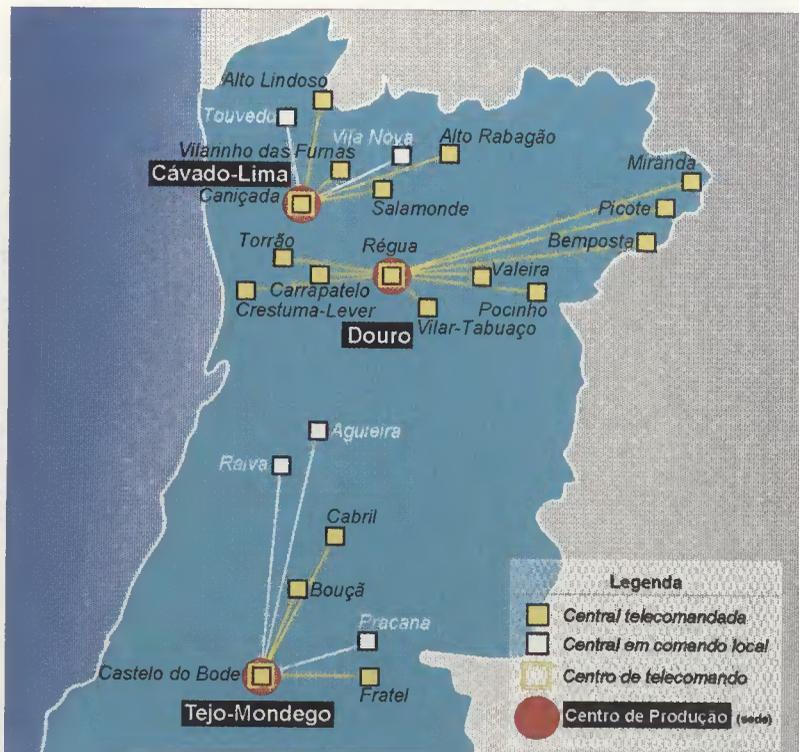
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

A actividade de investigação e desenvolvimento tecnológico tem na EDP uma expressão prática permanente que se traduz na introdução nas suas instalações das mais modernas tecnologias existentes a nível internacional, no sector da electricidade.

Em 1993 concretizaram-se mais algumas acções neste sentido. Refere-se, designadamente:

- a entrada em serviço dos sistemas de telecomando dos aproveitamentos de Carrapatelo, Torrão, Crestuma e Alto Lindoso, tendo a sua condução passado a ser assegurada pelos Centros de Telecomando da Régua e de Caniçada, respectivamente;
- a entrada em serviço do sistema automático de recolha, tratamento e transmissão dos dados de observação do Aproveitamento de Pracana, o que permitiu acompanhar permanentemente o 1.º enchimento da barragem, operação especial-

Operação de telecomando das centrais hidroeléctricas.



- mente importante, tendo em conta a natureza da reparação a que foi submetida;
- a utilização de um *robot* submarino para inspecções subaquáticas a equipamento e elementos de obra dos aproveitamentos de Paradela e Castelo do Bode;
- as acções no domínio das centrais térmicas privilegiando os sistemas de informação, os métodos e processos de trabalho e a vigilância do comportamento dos materiais.

No que respeita à Telecontagem — leitura automática de contadores domésticos — vale a pena sublinhar a entrada em serviço experimental de uma instalação piloto localizada em Lisboa e desenvolvida em colaboração tripartida EDP, INETI – Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores. Esta instalação piloto, assim como uma outra adquirida no mercado internacional, presentemente em funcionamento experimental em Almada, deverão permitir analisar os aspectos críticos, funcionais e tecnológicos de uma instalação de telecontagem.

À semelhança de anos anteriores, a actividade de I&D em 1993 exerceu-se essencialmente através da participação da Empresa em múltiplos projectos, com intervenção igualmente da universidade e de centros de investigação nacionais e estrangeiros, nomeadamente no âmbito de programas comunitários de I&D. De um modo geral, esses projectos visam o aumento de fiabilidade e eficiência das instalações, equipamentos e materiais, bem como a redução do respectivo impacto ambiental. Referem-se, a título de exemplo, no âmbito Comunitário:

- os projectos inseridos no Programa BRITTE/EURAM (CORD, VIDA, AMASS, CONCA, SIMON, etc.);
- os projectos inseridos no Programa SPRIT (CLEANER, PRIMA, TESS);
- os projectos inseridos no Programa JOULE (JOUF, JOULE II).

Entre as entidades com as quais foi mais intensa a colaboração da EDP, no domínio da I&D, terá que se destacar o INETI, o INESC e o IST – Instituto Superior Técnico, a nível nacional, e a Agência Internacional de Energia, a UNIPED e a UE – União Europeia a nível internacional.

O reajustamento quantitativo e qualitativo dos Recursos Humanos continuou a acompanhar a modernização técnica e administrativa da Empresa.

A conclusão das negociações de revisão do Acordo de Empresa com redução de 346 para 128 categorias profissionais permitiu uma simplificação da estrutura do enquadramento e uma melhor adequação das funções às necessidades de polivalência que a moderna organização das actividades requer.

No âmbito do Projecto de Recursos Humanos, desenvolveram-se dois programas dizendo um respeito ao levantamento e aferição da cultura da Empresa e outro associado às vertentes de gestão previsional e mobilidade interna, ambos dirigidos aos quadros superiores.

Continuou a recompensar-se, sob a forma pecuniária, a qualidade do desempenho e, em ligação também com a assiduidade, procedeu-se a uma distribuição da comparticipação nos resultados do exercício.

Com o objectivo de melhorar a coerência da informação e a harmonização de procedimentos, compatibilizando funções e rentabilizando equipamentos e recursos humanos envolvidos, lançou-se em fase experimental e de âmbito restrito a alguns departamentos de Lisboa e Porto, um Sistema de Gestão de Presenças e Absentismo (SGPA) integrado no Sistema Informático de Pessoal e Remunerações.

A actividade da formação continuou a desempenhar importante papel na adequação profissional dos efectivos à evolução organizacional e à modernização técnica e administrativa da Empresa, com especial relevo para a modernização técnica na Distribuição em que se procurou dar resposta às exigências de implementação do SIREN - Sistema Integrado das Redes de Distribuição. Do mesmo passo aumentou-se a polivalência nos postos de trabalho.

A prevenção dos acidentes de circulação rodoviária mereceu particular relevância em 1993, tendo sido preparadas as bases de uma campanha de segurança rodoviária a desenvolver em 1994.

No capítulo das realizações a nível nacional para promoção da segurança, salienta-se

o 2.º Encontro de Medicina e Segurança no Trabalho da EDP, associado ao Ano Europeu da Segurança, culminando um conjunto de 25 Encontros realizados no âmbito das Direcções Operacionais da Empresa, envolvendo 3250 trabalhadores.

No domínio das realizações a nível internacional, refere-se a participação da EDP nos trabalhos da UNIPED na área da Prevenção e Segurança, bem como a colaboração com a AISS (Associação Internacional da Segurança Social), com vista à uniformização das normas de segurança para trabalhos em instalações eléctricas ou na sua proximidade. A EDP participou, igualmente, com congéneres da Espanha, França, Itália e Bélgica, na apresentação de um colóquio sobre segurança rodoviária nas empresas do sector eléctrico que decorreu em Estrasburgo, no âmbito do Ano Europeu da Segurança.

Evolução de Efectivos

O decréscimo do número global de efectivos traduziu-se numa redução de 18 229 em 31.12.92 para 17 152 em 31.12.93, ou seja 5,9%.

Os quadros da página seguinte ilustram a evolução do efectivo durante o ano de 1993, e a alteração qualitativa da sua estrutura profissional.



A ACTIVIDADE EMPRESARIAL

EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS 1990-1993 (Efectivos em 31 Dez.)

	1990	1991	1992	1993			93.12.31	93-92 (%)
				Entradas	Saídas	Saído		
Quadro Permanente	20 165	18 783	18 020	119	1 150	-1 031	16 989	- 5,7
Contrato a Termo	320	295	209	-	-	-46	163	-22,0
TOTAL	20 485	19 078	18 229			-1 077	17 152	- 5,9

NÚMERO DE TRABALHADORES POR CARGOS DE DIRECÇÃO / CHEFIAS SUPERIORES E CATEGORIA PROFISSIONAL

Categoria Profissional	1990		1991		1992		1993	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores / Chefias Superiores	778	3,8	795	4,2	759	4,2	749	4,4
Quadros Superiores	1 254	6,1	1 151	6,0	1 207	6,6	1 169	6,8
Quadros Médios	307	1,5	325	1,7	313	1,7	276	1,6
Chefias Intermédias	933	4,6	875	4,6	804	4,4	792	4,6
Profissionais Altamente Qualificados	1 771	8,7	1 830	9,6	1 868	10,3	1 784	10,4
Profissionais Qualificados	6 162	30,0	5 791	30,4	5 658	31,0	5 444	31,7
Profissionais Semi-Qualificados	7 728	37,7	7 034	36,9	6 628	36,4	6 140	35,8
Profissionais não Qualificados	1 232	6,0	982	5,1	783	4,3	635	3,7
Contratos a Termo	320	1,6	295	1,5	209	1,1	163	1,0
TOTAL	20 485	100,0	19 078	100,0	18 229	100,0	17 152	100,0

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO

Grupo Etário (anos)	1993			Estrutura (%)			
	Homens	Mulheres	TOTAL	1990	1991	1992	1993
18	1	0	1				
19 a 25	127	39	166	29,5	25,7	22,7	19,1
26 a 30	493	157	650				
31 a 35	1 973	486	2 459				
36 a 40	3 415	645	4 060	35,6	39,2	42,3	45,3
41 a 45	3 211	499	3 710				
46 a 50	2 189	365	2 554				
51 a 55	1 877	230	2 107				
56 a 60	1 184	55	1 239	34,9	35,1	35,0	35,6
61 a 65	181	10	191				
> 65	13	2	15				
TOTAL	14 664	2 488	17 152	100,0	100,0	100,0	100,0



Fundo de Pensões

A contribuição total de 1993 para o Fundo de Pensões foi de 34 733 mil contos; cerca de um milhão referente aos serviços do ano e o restante como dotação extraordinária para cobertura de responsabilidades atribuídas a anos anteriores.

As aplicações financeiras efectuadas pelas Sociedades Gestoras do Fundo tiveram, em 1993, uma rentabilidade de 16%.

O Fundo atingia, em 31/12/93, um montante de 73 milhões de contos. Este esforço financeiro traduz a firme determinação da Empresa na cobertura das responsabilidades com pensões, tanto no que respeita aos actuais pensionistas, como aos trabalhadores no activo.

O esforço prosseguirá até completa cobertura das responsabilidades.

Prevenção e Segurança

Seguindo a tendência dos últimos anos, em 1993 os resultados da segurança, traduzidos pela estatística dos acidentes de trabalho, voltaram a registar uma melhoria significativa, expressa na diminuição do índice de frequência (número de acidentes por milhão de horas de trabalho) para um valor próximo de 13,5, o que representa uma diminuição de 9% relativamente ao ano anterior. Também o índice de incidência melhorou significativamente: cerca de 22 acidentes por 1000 trabalhadores, contra 26 no ano anterior. Houve a lamentar 3 acidentes mortais em serviço, 2 por electrocussão e 1 resultante de queda em altura.

A análise dos acidentes e em particular a análise dos acidentes eléctricos, e a sua prevenção, constituíram objectivo essencial da actividade desenvolvida pelos técnicos da Prevenção e Segurança, em colaboração com as hierarquias e as Comissões de Segurança. Desenvolveram-se acções de prevenção activa contra os acidentes de trabalho e doenças profissionais, através da realização de auditorias de segurança a instalações e estaleiros, com vista à detecção e correcção de situações de deficiência em matéria de higiene e segurança.

Prosseguiu a campanha de informação e sensibilização junto dos empreiteiros, com o objectivo de acompanhar e de implementar o cumprimento das disposições sobre Medicina e Segurança dos Cadernos de Encargos. Com o arranque do aproveitamento de Foz Côa procedeu-se à organização do Serviço de Medicina do Trabalho previsto no Plano de Medicina e Segurança no Trabalho deste Aproveitamento.

No capítulo da higiene industrial salienta-se a continuação da campanha de protecção contra o ruído que abrangeu praticamente todas as instalações da Empresa. Esta campanha procurou, por um lado, sensibilizar os trabalhadores expostos para usarem o seu equipamento de protecção individual, e por outro, permitiu detectar



algumas situações de risco e corrigi-las com a tomada de medidas de protecção colectiva integradas.

No domínio da ergonomia, dando seguimento a um conjunto de acções preparatórias realizadas no ano anterior, deu-se início a uma campanha com o objectivo de informar e sensibilizar os trabalhadores sobre os cuidados a ter na instalação e utilização de equipamentos dotados de écran de visualização.

Na protecção contra incêndios prosseguiu a adaptação dos sistemas de segurança e de emergência em diversas instalações. Prosseguiram os contactos com as entidades da Protecção Civil com vista a melhorar a eficácia dos Planos de Emergência das instalações na resposta a um eventual sinistro.

Prepararam-se os procedimentos e demais regulamentação normativa dos Trabalhos em Tensão com vista ao seu alargamento às redes de 60 kV, tendo-se realizado diversos trabalhos experimentais.

Prosseguiu a campanha de prevenção contra o consumo excessivo de álcool, tendo-se abrangido praticamente todos os titulares de postos de trabalho considerados de maior risco face ao efeito do álcool; deu-se continuidade a esta campanha, agora destinada aos restantes trabalhadores.



A formação em segurança, através de acções de informação e sensibilização abrangeu cerca de 2500 trabalhadores no conjunto da cadeia hierárquica — quadros, chefias intermédias e executantes — tendo algumas destas sessões sido também frequentadas por pessoal de empreiteiros. Salienta-se ainda a realização de diversas acções de formação e informação sobre Auditorias de Segurança, com vista a generalizar esta prática na Empresa.

Formação

Na concretização do Plano de Formação para 1993, realizaram-se internamente 683 acções de formação profissional, 380 centrais e 303 locais, envolvendo respectivamente, 4450 e 4175 participantes, dos quais cerca de 95% estiveram envolvidos em acções de qualificação e reciclagem.

Complementarmente, continuou a recorrer-se ao exterior — no País e no estrangeiro — para a formação em temas de especialização através de acções diversas, nomeadamente em gestão, novas tecnologias e cursos de pós-graduação.

Durante 1993 mantiveram-se os apoios financeiros à Formação Profissional através do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Fundo Social Europeu. No âmbito deste Fundo, obtiveram-se contribuições em 1993 no valor de 243 mil contos para apoio a programas de formação inseridos em processos de valorização dos recursos humanos, envolvidos fundamentalmente em situações de reestruturação e modernização tecnológica na Empresa. Este financiamento representa uma redução de 39% em relação ao ano anterior, resultante fundamentalmente de, em meados do ano, se ter verificado o encerramento de alguns programas operacionais de formação por parte do IIEFP.

A prestação de serviços de formação a entidades nacionais conheceu em 1993 um acréscimo significativo, destacando-se 19 cursos para Trabalhos em Tensão, operadores de produção térmica e segurança no trabalho, registando-se também a frequência de diversas acções internas por 17 participantes externos.

Através da INTERNEL, mantiveram-se ainda as acções de apoio aos PALOP's, nomeadamente Moçambique e Cabo Verde, tendo sido realizados 11 cursos e prestado apoio à instalação do centro de formação da ELECTRA em S. Vicente.

Continuou a colaboração com instituições universitárias, concedendo-se diversos estágios a estudantes nacionais e estrangeiros.

De referir ainda a manutenção do esforço de reapetrechamento da Direcção de Formação da Empresa, nomeadamente com o desenvolvimento e produção de novos meios didácticos para apoio a esta actividade.



A Empresa continuou a desenvolver o seu Sistema Integrado de Informação inserido na estratégia de modernização técnica e administrativa que tem contribuído para as acções de reorganização funcional e de racionalização de estruturas.

Em 1993 prosseguiu a consolidação da estrutura essencial deste Sistema com a contribuição decisiva da empresa associada, EDINFOR.

O SEGEC – Sistema Empresarial de Gestão Comercial tem sido aquele que mais tem mobilizado a Empresa nos últimos anos, quer pelo seu carácter estruturante, quer por constituir o instrumento privilegiado do diálogo com os seus clientes. Concluída a sua implementação em toda a EDP, em 1992, o exercício de 1993 foi o da consolidação efectiva das funções essenciais. Os benefícios deste Sistema são notórios quer internamente, pela riqueza de informação que proporciona, quer externamente pela eficácia e rapidez das respostas geradoras de confiança junto da clientela.

Com carácter igualmente estruturante, o SIREN – Sistema Integrado de Redes de Distribuição, teve desenvolvimentos apreciáveis em 1993. Concebido, dada a sua complexidade, para ser implementado por módulos ou subsistemas, em 1993 alargou-se a quase toda a Empresa o Subsistema de Gestão de Obras – SGO, prevendo-se a sua conclusão no 1.º trimestre do ano em curso. Um outro subsistema, o Sistema de Gestão de Incidentes foi implementado numa área piloto, prevendo-se a sua gradual extensão em 1994 ao mesmo tempo que se prosseguirá com o desenvolvimento dos restantes módulos.

Pode dizer-se que o SIREN terá para as áreas técnicas da Distribuição a relevância que o SEGEC tem para a função comercial.

Em 1993 iniciaram-se as primeiras experiências de aplicação do EDI – Electronic Data Interchange. Embora com alguma dificuldade, especialmente ligada à morosidade com que foi possível estabelecer as telecomunicações, conseguiu-se iniciar a utilização do EDI, na área de encomendas, com três fornecedores da Empresa. A sua generalização contribuirá para minimizar documentos trocados, acelerar processos e

diminuir existências em armazéns. A generalização está, porém, condicionada à preparação dos fornecedores no que respeita à adopção desta nova tecnologia.

Com vista a permitir o levantamento e registo do Cadastro dos bens da Empresa, de forma organizada e integrada, constituiu-se em 1993 uma equipa de projecto com vista à adaptação do actual Sistema de Património. Os trabalhos de parametrização do novo *software* prolongar-se-ão pelo ano em curso.

Finalmente há que fazer referência ao lançamento de um novo sistema no final de 1993 e que ganhou uma acrescida pertinência com a proximidade da transformação da EDP em estrutura de grupo empresarial. Trata-se do SIGAD – Sistema de Gestão para Alta Direcção com o qual se pretende estruturar um conjunto de indicadores para gestão, servindo de forma coerente os diferentes níveis hierárquicos do futuro grupo EDP. Os trabalhos de especificação e desenvolvimento deste sistema concentrar-se-ão sobretudo em 1994.

Inspeção e Auditoria Interna

Durante o exercício, foram desenvolvidas acções de inspeção e auditoria, conduzidas por departamento especializado, prosseguindo-se objectivos de aperfeiçoamento dos procedimentos e métodos adoptados e de maior rigor no cumprimento das normas internas.

Foram realizadas inspecções globais a Centros de Distribuição e de Produção, tendo em vista a apreciação dos diferentes aspectos da sua gestão e efectuaram-se várias inspecções temáticas. De entre estas, destacam-se auditorias a sistemas informatizados, tais como os subsistemas Encomendas, Fornecedores, Gestão de Vencimentos, Património e Gestão Orçamental.

Considerando a importância de que estas acções se podem revestir como contributo para a melhoria da qualidade global do funcionamento da Empresa e do serviço que presta aos seus Clientes, foi instituído um sistema mais eficaz de controlo de implementação das recomendações das auditorias efectuadas.

DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

**REESTRUTURAÇÃO
DA EMPRESA**

O ano de 1994 constituirá um marco na organização do sector eléctrico nacional. A unidade económica EDP transformar-se-á, ainda no decurso do 1.º semestre, no Grupo Empresarial EDP, reforçando-se assim a autonomia das áreas de negócio que hoje integram a actividade da EDP.

Esta profunda alteração na estrutura organizativa vem culminar um longo processo iniciado com a transformação da EDP em sociedade anónima (Dec.-Lei 7/91) e com a publicação de dois diplomas básicos sobre a reorganização do sector eléctrico nacional: os Dec.-Lei 99/91 e 100/91. Estes normativos estabelecem as linhas mestras da mudança as quais poderão resumir-se no anunciado objectivo de maior flexibilização, entrada de novos agentes no sector e desenvolvimento de factores de competitividade onde tal se justificasse.

Foi na sequência deste enquadramento legislativo que em Abril de 1993 foram aprovadas as orientações gerais da reestruturação da EDP. E numa cabal demonstração de confiança na Empresa, todo o processo foi desenvolvido internamente ao longo de 1993.

O processo foi longo e complexo pela multiplicidade de aspectos e consequências

que se impunha acautelar. Além de que num sector como o da electricidade, as mudanças nunca poderão permitir rupturas na realização da finalidade básica que é o fornecimento de electricidade em permanência.

Os estudos foram realizados em 1993 dentro do calendário pré-estabelecido. Na sua concretização interveio toda a macroestrutura da Empresa e uma grande parte dos seus quadros e técnicos especializados, todos dando provas de grande empenho e generosidade. No final do ano estavam criadas as condições para, ultrapassadas algumas questões externas à Empresa, se poder concretizar a reestruturação.

No essencial, pode dizer-se que a reestruturação consiste na cisão da EDP e na conseqüente criação de várias empresas que corresponderão sensivelmente às actuais unidades de negócio definidas na organização EDP. Surgirá assim uma estrutura de grupo empresarial, o Grupo EDP, emergindo uma empresa *holding* que assumirá o comando estratégico do Grupo.

Um processo de mudança que aponta para uma continuidade de operações e uma estratégia comum será assim a melhor garantia de que serão preservados os desenvolvimentos positivos já alcançados pela EDP. Nem de outro modo se compreenderia a reestruturação; por definição ela faz-se porque se acredita que dela resultarão maiores benefícios para o Grupo, para os trabalhadores e para o País. Ou seja, a cisão da EDP há-de induzir competitividade onde ela for possível, maior eficiência na gestão e maior flexibilidade no processo de tomada de decisão, sem se perder a visão global e estratégica do Grupo dentro do sector eléctrico.

Neste contexto há que esperar ganhos na exploração económica do Grupo e dela beneficiarão também os Clientes porque se manterá a actual política de os fazer partilhar nos ganhos de produtividade, pela redução possível das tarifas.



Financiamento

Política de financiamento

No decurso do exercício, dois factos da maior importância marcaram a vida financeira da Empresa: a agitação cambial e a venda da Central do Pego.

Quanto ao primeiro, o volume de endividamento externo e a respectiva carteira de divisas geraram valores elevados de diferenças de câmbio potenciais; o segundo permitiu reforçar a redução da dívida global, além de ter influenciado durante todo o ano a política de tesouraria seguida.

As desvalorizações da moeda nacional não tiveram maior expressão em termos de resultados em virtude de a composição da carteira de divisas da Empresa assentar em grande parte nas moedas da União Europeia, o que limitou os prejuízos potenciais. No último trimestre do ano, porém, verificou-se uma recuperação cambial que se consolidou através da realização de duas operações de *swap* para a moeda nacional no montante de trinta e dois milhões de contos.

O deslislamento da data da venda da Central do Pego e a consequente incerteza quanto à data de recebimento dos fundos respectivos conduziu a que as necessidades pontuais de tesouraria fossem cobertas por operações financeiras de curto prazo, domésticas e externas, em regime de rotação até ao pagamento efectivo em Dezembro. Decorrentemente, no final do exercício, não se dispunha praticamente de endividamento financeiro de curto prazo.

Nas operações de financiamento a longo prazo refere-se a mobilização dos fundos contratados com o BEI em 1993 e o acordo para um novo empréstimo deste banco, no valor de 30 milhões de contos a utilizar até 1995.

O relativo desafogo na tesouraria permitiu o exercício de *call option* da 18.ª emissão de obrigações no valor de 15 milhões de contos.

No final de Novembro, data de concretização efectiva da alienação de 90% da Central do Pego, a tesouraria central recebeu cerca de 155 milhões de contos. Este ele-

vadíssimo montante permitiu a amortização do financiamento de curto prazo e também o pagamento antecipado de empréstimos de médio e longo prazo (30 milhões de contos no mercado doméstico e 15 milhões de contos no mercado externo).

A realização financeira global da empresa permitiu financiar o seu investimento e em simultâneo reduzir o endividamento global, mantendo-se a tendência verificada nos últimos anos:

	(Milhões de contos)	
	Investimento (custos totais)	Redução de Endividamento
1990	126,9	19,3
1991	159,1	8,2
1992	179,9	23,0
1993	161,8	128,0*

* Inclui efeito da venda da Central do Pego.

Financiamento global

O decréscimo da dívida global em 1993 foi, como se referiu, fortemente influenciado pela venda da Central do Pego. No quadro da página seguinte mostra-se que o montante em dívida passou de 1004,3 milhões de contos no final de 1992 para 876,3 milhões de contos no final de 1993.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Cerimónia de entrega ao Governo dos contratos de venda e exploração da Central do Pego.



A ACTIVIDADE EMPRESARIAL

(Milhões de contos)

	Saldo em 92.12.31	Movimentos em 1993		Saldo em 93.12.31	%
		Utilizações	Reembolsos		
Mercado Interno					
– Curto Prazo	37,3	99,6	135,9	1,0	0,1
– Médio e Longo Prazo	494,4	40,7	110,8	424,3	48,4
Soma (MI)	531,7	140,3	246,7	425,3	48,5
Mercado Externo					
– Curto Prazo	12,9	79,8	78,0	14,7	1,7
– Médio e Longo Prazo	459,7	53,5	76,9	436,3	49,8
Soma (ME)	472,6	133,3	154,9	451,0	51,5
TOTAL	1 004,3	273,6	401,6	876,3	100,0

A redução de 128 milhões de contos decompõe-se como segue:

(Milhões de contos)

Mercado Interno		
– Crédito bancário	– 73,9	
– Crédito obrigacionista	– 32,5	– 106,4
Mercado Externo		
– Crédito bancário		
Custo histórico	– 65,4	
Diferenças de potenciais	+ 43,8	– 21,6
– Diferença global		– 128,0

No que respeita à evolução da estrutura da dívida por mercados, notar-se-á um ligeiro agravamento da parte do mercado externo (51,5%) em relação a 1992. Tal ficou a dever-se exclusivamente às desvalorizações cambiais verificadas que agravaram em 8,4% as responsabilidades da Empresa com a actualização da dívida em 31 de Dezembro de 1993.

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA, POR MERCADOS

(%)

	1989	1990	1991	1992	1993
Mercado Interno	36,5	39,6	51,2	52,9	48,5
Mercado Externo	63,5	60,4	48,8	47,1	51,5

De resto, a política financeira seguida continuou a ser a de concentrar a maior parte da dívida externa em divisas do SME, em princípio mais estáveis e de menor risco.

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA, POR DIVISA

(%)

Divisas	1989	1990	1991	1992	1993
UE (s/ PTE)	44,6	49,7	65,3	77,2	74,6
– ECU	16,7	17,6	21,8	25,4	27,9
– DEM	18,4	20,2	28,6	35,9	28,6
– Outras	9,5	11,9	14,9	15,9	18,1
USD	24,6	21,8	9,5	8,2	10,3
JPY	9,5	8,9	14,2	2,9	4,8
CHF	21,3	19,6	11,0	11,7	10,3

Como se pode observar no quadro anterior, tem-se registado neste domínio uma evolução sustentada no último quinquénio.

A redução percentual do conjunto das moedas do SME em 1993 resulta apenas das operações de *swap* concretizadas e que transferiram para moeda nacional avultadas responsabilidades anteriormente tituladas em DEM.

Proseguiu a tendência de redução das taxas de juro nominais. A EDP procurou utilizar os produtos financeiros disponíveis no mercado que, no respeito das políticas adoptadas, melhor contribuíssem para baixar a taxa de juro média da dívida da EDP. Esta circunstância e o aproveitamento da sua capacidade negocial conduziu a um decréscimo da taxa de juro média em mais de 3 pontos percentuais, com predominância do mercado interno cuja redução foi de 4,3%.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO MÉDIAS

(%)

	1991	1992	1993
Mercado Interno	19,8405	16,8934	12,6910
Mercado Externo	8,5186	8,5066	6,7547
MÉDIA	14,2913	12,9590	9,6415

A importância crescente do indexante LISBOR no mercado doméstico que, por se tratar de uma taxa derivada das forças de mercado melhor o reflecte, conduziu durante o ano à negociação de alguns empréstimos no sentido de substituir os respectivos indexantes, menos flexíveis, por aquele.

Tesouraria

Como já referido, apenas em termos pontuais se tornou necessário financiar as actividades da Empresa com dinheiro fresco, utilizando-se, na generalidade, operações de mercado monetário, rapidamente cobertas por excedentes. Os recursos disponíveis foram aplicados no mercado, gerando proveitos financeiros globais de 831,0 milhares de contos.

Na realidade, o recebimento e consequente uso dos fundos provenientes da venda da Central do Pego foram os aspectos mais relevantes do movimento de tesouraria do ano. As consequências da utilização destes fundos vão seguramente fazer-se sentir favoravelmente ao nível dos encargos financeiros futuros.

Em termos globais a Tesouraria Central movimentou cerca de 2 biliões de contos; e o movimento cambial realizado atingiu 157,7 milhões de contos: a negociação de câmbios levada a cabo conduziu a uma redução de gastos de 241,8 milhares de contos relativamente às taxas de câmbio oficiais (fixing do Banco de Portugal).

Apoio financeiro da União Europeia

A ajuda da União Europeia recebida, a fundo perdido, no âmbito dos Fundos Estruturais, destinou-se essencialmente a apoiar projectos na área da Rede de Transporte e Distribuição de Energia (através do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e dos programas da União Europeia nele inseridos) e através de acções de formação (FSE – Fundo Social Europeu).

Relativamente ao FEDER e para além duma participação de 53 mil contos referente a alguns pequenos projectos da Rede de Distribuição aprovados em 1989, foi através do PROTEDE (Programa Operacional de Transporte e Distribuição de Energia) e do PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa) que se concretizou mais fortemente o apoio comunitário, se bem que referido a projectos em curso já que, em 1993, não foram aprovadas novas candidaturas.

Através do PROTEDE foram recebidos cerca de 3 milhões de contos para realização de projectos tendo como objectivo a expansão da rede eléctrica bem como a melhoria da qualidade do serviço.



Do PEDIP, que também financia infraestruturas da Rede de Transporte e Distribuição inseridas em áreas industriais, foram recebidos 242 mil contos.

Despesas de Investimento

Investimento do exercício

O regime de quase exclusividade com que a Empresa tem actuado no sector eléctrico nacional – condição que vigorou de facto até ao presente exercício – tem-lhe conferido responsabilidades fundamentais no domínio do interesse público. No passado, foi a completa electrificação do território e a uniformização tarifária. Em permanência, mantém-se a responsabilidade pela expansão do sistema electroprodutor na justa medida das necessidades dos clientes. E tudo isto de forma evidentemente equilibrada entre os subsectores de produção, transporte e distribuição de electricidade, com total respeito pelas exigências crescentes de preservação do ambiente.

A actividade de investimento representa, assim, um segmento fundamental da actuação da Empresa, quer pela sua dimensão – o sector é, por natureza, muito capital intensivo – quer pela política de administração directa deste investimento em determinados domínios onde tal se justifica.

Em 1993 uma vez mais assim aconteceu e o investimento global atingiu 161,8 milhões de contos, incluindo os respectivos encargos financeiros intercalares.

INVESTIMENTO EM 1993 (Milhares de contos)

Actividades	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Total
ELECTRICIDADE	115 792	36 971	152 763
Aprov. Hidroeléctricos	17 576	18 452	36 028
Centrais Termoelectricas	28 493	12 577	41 070
Rede de Transporte	11 965	2 209	14 174
Rede de Distribuição	57 758	3 733	61 491
OUTROS	8 927	157	9 084
TOTAL	124 719	37 128	161 847

A custos técnicos, ficou aquém do investimento realizado no ano anterior. Em parte porque tal começa a ser conciliável com a desaceleração do crescimento dos consumos de electricidade que se tem observado desde o início da década de 90; em parte também pelo respeito de restrições orçamentais e outros objectivos financeiros.

Em todo o caso, é visível o reforço do investimento no subsector da distribuição, com um acréscimo de 22% em relação a 1992 e representando 46% do total. Apraz-nos registar esta evolução na medida em que traduz uma prioridade assumida pela Empresa com vista a reforçar a qualidade do serviço prestado aos clientes e a conter as perdas em níveis aceitáveis.

Na rede de transporte que, como é sabido, faz a ligação dos grandes centros produtores aos centros de consumo, o investimento situou-se nos 12 milhões de contos, um pouco mais do que em 1992.

Na produção deu-se continuidade aos grandes empreendimentos em construção, destacando-se o investimento na Central Termoelectrica do Pego, com 22 milhões de contos, e nos seguintes empreendimentos hidroeléctricos:

Foz Côa	2,2 milhões de contos
Miranda II	4,7 milhões de contos
Alto Lindoso	3,0 milhões de contos
Touvedo	1,2 milhões de contos
Caldeirão	1,9 milhões de contos
Pracana	1,7 milhões de contos
Sabugueiro	0,7 milhões de contos

São ainda de sublinhar os investimentos realizados no domínio das infraestruturas informáticas com cerca de 4,7 milhões de contos. Trata-se de uma aposta muito firme da Empresa no desenvolvimento dos seus

sistemas de informação, em particular, nas vertentes mais associadas à relação directa com os Clientes.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO, POR SECTOR DE ACTIVIDADE - Custos Técnicos, Preços Correntes

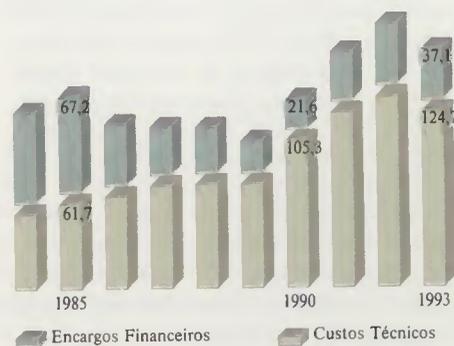
Actividades	1992		1993	
	mil contos	%	mil contos	%
ELECTRICIDADE	129 551	95,3	115 792	92,8
Aprov. Hidroeléctricos	30 542	22,5	17 576	14,1
Centrais Termoelectricas	41 082	30,2	28 493	22,8
Rede de Transporte	10 549	7,8	11 965	9,6
Rede de Distribuição	47 378	34,8	57 758	46,3
OUTROS	6 401	4,7	8 927	7,2
TOTAL	135 952	100,0	124 719	100,0

Evolução do investimento

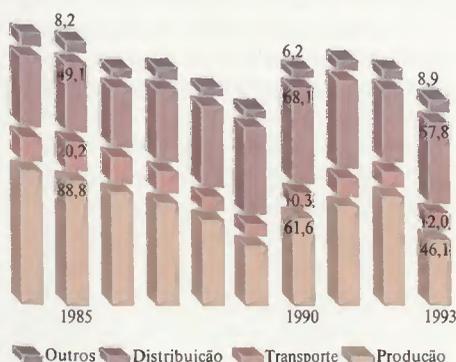
A evolução do investimento na última década pode ser observada nos dois gráficos seguintes. O primeiro deles mostra o peso dos encargos financeiros intercalares no valor global, sendo de destacar os exercícios de 1984/1985 em que os custos de financiamento atingiram níveis particularmente elevados na EDP.

No segundo gráfico apresenta-se a distribuição do investimento a custos técnicos pelos diferentes subsectores de actividade, a preços de 1993. No decénio o investimento médio anual, a custos técnicos, foi de 145 milhões de contos, com o subsector da produção a concentrar o maior esforço, nos primeiros anos deste período. Nos últimos exercícios a tendência é de uma progressiva preponderância da distribuição, mais firme no exercício de 1993, pelas razões já atrás referidas.

INVESTIMENTO TOTAL DA EDP (Preços correntes) - milhões de contos



INVESTIMENTO DA EDP A CUSTOS TÉCNICOS
(Preços constantes de 1993) milhões de contos



Desinvestimento

Já no final do exercício a EDP alienou a Central Termoelétrica do Pego. Operação decidida há algum tempo, a sua concretização acabaria por ser algo retardada face à complexidade dos interesses a acautelar. De facto, os contratos estabelecidos comportam algumas vertentes inovadoras, no contexto nacional: em primeiro lugar, porque a EDP continua a assegurar a realização do projecto, no que respeita ao segundo grupo ainda em construção; em segundo lugar, porque foi simultaneamente acordado que a electricidade produzida pela Central seria totalmente adquirida pela EDP, em determinadas condições.

O encaixe desta venda em 1993 foi de cerca de 155 milhões de contos, utilizados, em grande parte, na redução do endividamento da Empresa.

No que respeita a desinvestimentos de activos não necessários à actividade principal da EDP, há que registar algum abrandamento em 1993, dada a recessão observada no mercado do património imobiliário. Em todo o caso, foi acordada a venda de algumas dezenas de habitações, na sua grande maioria aos respectivos ocupantes, e de alguns lotes de terrenos sobrantes, por um montante aproximado de 470 mil contos.

Prosseguiram entretanto as operações de actualização da titularidade de vários imóveis e o desenvolvimento de projectos de valorização de algumas grandes áreas disponíveis. O objectivo é, naturalmente, o de comercialização destes imóveis em oportunidades mais interessantes de mercado.

Realização Económica e Financeira em 1993

O exercício de 1993 ficou marcado, em termos financeiros, pelas fortes perturbações ocorridas a meio do ano no Sistema Monetário Europeu. Estas perturbações saldaram-se, como é sabido, por um realinhamento da paridade das moedas e por um alargamento da respectiva banda de flutuação. O escudo desvalorizou-se; o resultado para a Empresa foi uma perda cambial de mais de 66 milhões de contos.

Por outro lado, 1993 não foi ainda um ano médio em termos de condições hidrológicas. Nos últimos meses ocorreram de facto fortes precipitações, mas não foram suficientes para compensar um primeiro semestre relativamente seco. Em termos anuais, o regime foi 27% inferior à média, obrigando por isso a recorrer mais intensamente às centrais termoelétricas e, conseqüentemente, a um consumo acrescido de combustíveis e outros encargos variáveis de 7,4 milhões de contos. Regista-se a propósito que a Empresa tem sido confrontada com uma sucessão de regimes secos desde 1989, com efeitos particularmente gravosos em 1992 que se revelou o exercício mais desfavorável, em termos hidrológicos, de que há memória nos registos da EDP.

A procura da electricidade reflectiu, como não podia deixar de ser, o ambiente de recessão da economia nacional. Confirmando uma tendência já observada em 1992, o crescimento dos consumos de electricidade foi praticamente nulo. Não pôde, por isso, contar-se com esta variável para compensar de algum modo o facto de o acréscimo tarifário autorizado ser inferior à inflação.

Apesar das condições descritas, as contas da Empresa em 1993 apresentam um resultado líquido de 18 266 milhares de contos, após uma dotação extraordinária de 33,8 milhões de contos para o Fundo de Pensões. Ficou, porém, a EDP inibida de reforçar o Fundo de Correção de Hidraulicidade como havia previsto no seu orçamento para 1993.

O resultado líquido corresponde a um aumento de 8,8% em relação ao ano anterior e, tendo em conta, as condições particularmente adversas do exercício, mostra bem a apreciável solidez económica e financeira da Empresa.

É certo que para estes resultados continuou a contribuir favoravelmente o comportamento de algumas variáveis exógenas como é o caso da estabilidade dos preços dos combustíveis e a significativa redução das taxas de juro.

Todavia são já sensíveis os progressos registados ao nível interno, onde se têm operado alterações de carácter estrutural e, portanto, de efeitos mais duradouros. É de destacar a evolução da produtividade do factor trabalho, os esforços de racionalização da exploração do sistema electroprodutor e o acentuado desenvolvimento do sistema integrado de informação. Neste último caso, têm sido evidentes os benefícios decorrentes de uma informação progressivamente mais rápida e de melhor qualidade. As decisões da gestão são tomadas com maior oportunidade e há condições para se corrigirem *trajectórias*, em tempo útil, em domínios onde tal se justifique.

Por outro lado, os esforços de gestão continuaram a ser direccionados para o controlo de variáveis fundamentais na estrutura dos custos de exploração. Neste âmbito, justificaram uma particular atenção os consumos de materiais e serviços, a gestão dos armazéns, o aprovisionamento dos combustíveis e a função financeira. Para todas estas variáveis se fará referência mais detalhada noutra espaço deste relatório.

Balanço

Como se pode verificar no quadro e gráfico seguintes, a estrutura do balanço em 1993 reflecte claramente uma apreciável solidez financeira da Empresa.

A solvabilidade total tem vindo a registar melhorias sucessivas desde 1989, passando de 1,42 neste ano para 2,08 em 1993. As instituições financeiras verão aqui uma garantia folgada de que a EDP dispõe de condições para satisfazer os seus compromissos financeiros.

O mesmo se pode dizer a partir da relação passivo de MLP/capitais próprios que se situa já muito aquém da unidade e pode tomar-se como o indicador particularmente favorável numa empresa de actividades capital-intensivas, como é o caso da EDP.

O imobilizado encontra-se adequadamente coberto por capitais permanentes — relação 0,94 no final de 1993 — e o capital circulante mantém sensivelmente o peso que já representava na estrutura do balanço de 1992. Significa isto que não se verificaram alterações substanciais no valor global dos créditos sobre Clientes que constituem a parcela de maior expressão no activo circulante.

O valor das existências baixou cerca de 3,4 milhões de contos como reflexo de uma continuada acção no sentido da racionalização dos armazéns, a que se juntou uma significativa concentração de investimentos nos últimos meses do ano. No final do ano os stocks de materiais representavam cerca de 3 meses de consumo enquanto no final de 1992 representavam 5,6 meses.

Onde não se registou evolução significativa foi na dívida atrasada de algumas Autarquias. Tem-se por isso atenuado o risco financeiro com a constituição de um adequado nível de provisões.

O défice do ex-Fundo de Apoio Térmico diminuiu para 7,6 milhões de contos. Apesar de o respectivo adicional estar a ser apli-

BALANÇO COMPARATIVO

(Milhares de contos)

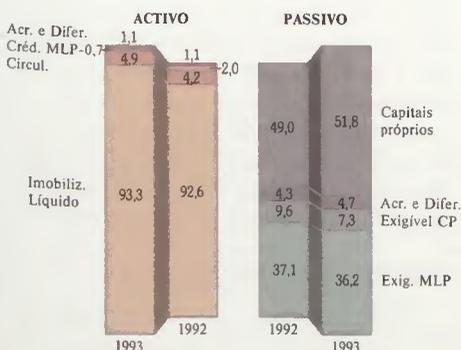
	1989	1990	1991	1992	1993	
					Valor	Acresc. (%)
Activo	1 634 388	1 996 428	2 022 336	2 364 019	2 247 210	- 4,9
Imobilizado (liq.)	1 249 670	1 654 567	1 738 198	2 189 091	2 095 643	- 4,3
Circulante	110 231	119 659	117 925	100 315	111 080	10,7
Créditos MLP	251 708	199 142	135 332	47 530	15 285	-67,8
Acresc. e Diferimentos	22 779	23 060	30 881	27 083	25 202	- 6,9
Passivo	1 160 062	1 160 159	1 179 711	1 205 823	1 082 733	-10,2
Exigível MLP	918 180	844 065	910 739	876 704	814 161	- 7,1
Exigível CP	199 893	273 371	192 071	227 780	163 759	-28,1
Acresc. e Diferimentos	41 989	42 723	76 901	101 339	104 813	3,4
Capitais Próprios	474 326	836 269	842 625	1 158 196	1 164 477	0,5
Passivo + Capitais Próprios	1 634 388	1 996 428	2 022 336	2 364 019	2 247 210	- 4,9

cado em 1994 apenas aos clientes de baixa tensão, com uma taxa reduzida para 4%, esta será uma situação que ficará totalmente regularizada no exercício em curso.

A dívida de financiamento passou de 1004,3 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1992 para 876,3 milhões no final de 1993. Esta evolução reflecte os esforços que têm vindo a ser feitos desde há alguns anos no sentido da redução do endividamento, mas foi também sensivelmente influenciada em 1993 com o encaixe da venda do Pego. Com efeitos contrários, regista-se o volume de investimentos realizado no ano e, sobretudo, a actualização da dívida externa por força das variações cambiais.

O Fundo de Correção de Hidraulicidade diminuiu para 8,2 milhões de contos, por força de se ter utilizado uma parte do saldo transitado de 1992 (10 milhões de contos) na cobertura dos sobrecustos da EDP derivados do regime hidrológico ocorrido.

ESTRUTURA DO BALANÇO (%)



Custos e proveitos

As vendas de energia eléctrica aumentaram 6,4% em relação a 1992. Este aumento corresponde a uma evolução da procura global de 0,2% e a um acréscimo tarifário de 4,8%. O crescimento ligeiramente superior ao que seria expectável do efeito conjugado daqueles factores ficou a dever-se tão só a alterações na estrutura das vendas dos dois exercícios sucessivos. A título de exemplo, refere-se a integração na EDP, em meados de 1992, dos ex-Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto com efeitos imediatos na facturação.

Como se pode observar na demonstração de resultados resumida (ver quadro



da página 45) os *proveitos inerentes ao valor acrescentado* aumentaram 7,3% enquanto que os *consumos corrigidos* — corrigidos do efeito da hidraulicidade — registaram um acréscimo de 11,1%. Notar-se-á que esta evolução é, em parte, explicada pela actividade de investimento, evidenciada quer pelo crescimento dos *trabalhos para a própria empresa* quer pelo crescimento dos consumos de *materiais diversos*.

Na actividade de exploração da Empresa têm um peso determinante os combustíveis, os encargos com pessoal, a função financeira e os custos com a utilização dos investimentos, medidos estes, como se sabe, pelo valor das amortizações.

A redução de 12,7% nos encargos com combustíveis ficou a dever-se a uma diminuição da mesma ordem de grandeza na produção térmica, já que não se observaram alterações sensíveis nos respectivos preços unitários.

Nos encargos com pessoal observou-se um crescimento inferior ao da tabela salarial acordada, evolução que tem naturalmente a ver com redução de efectivos do ano.

No que respeita à função financeira, a evolução favorável das taxas de juro foi completamente contrariada pelas perdas cambiais do exercício que atingiram 66,6 milhões de contos. Os encargos financeiros líquidos, atribuíveis à actividade de exploração, foram por isso superiores ao valor de 1992 em cerca de 45%.

No conjunto, estas variáveis — combustíveis, pessoal, amortizações e função finan-

ceira — representaram em 1993 cerca de 80% do valor das vendas o que, embora constituindo um agravamento em relação ao ano anterior, deixou margem para o nível de resultados apresentados.

Amortizações e provisões

Durante o exercício não ocorreram alterações nos critérios e nas taxas de reintegração dos imobilizados.

O aumento do valor das amortizações deve-se exclusivamente à reavaliação do activo corpóreo e à transferência para exploração de novos imobilizados entretanto concluídos. Quanto à reavaliação, recorda-se que ela teve por referência os imobilizados em serviço em 31 de Dezembro de 1992, mas os seus efeitos sobre o cálculo das amortizações só puderam ser tidos em conta em 1993, por limitações fiscais.

Em termos globais não se tornou necessário reforçar as provisões para créditos de cobrança duvidosa. O agravamento de algumas situações pontuais foi totalmente compensado por recuperações.

Mantendo a política do ano anterior, os créditos de cobrança duvidosa, aceites como tal fiscalmente, encontram-se completamente provisionados. Estão igualmente cobertas por provisões as perdas potenciais associadas a outros créditos sobre clientes em geral, de acordo com critérios de prudência que a experiência aconselha.

Consideram-se suficientes as provisões constituídas para cobertura das menos-valias potenciais em investimentos financeiros.

Para responder ao acréscimo de risco com franquias, decorrentes da renegociação de alguns prémios de seguro, a provisão para outros riscos e encargos foi reforçada com cerca de 500 mil contos.

Correcção da Hidraulicidade

Os resultados líquidos da Empresa estão, como habitualmente, corrigidos do efeito da hidraulicidade.

O ano de 1993 foi em termos hidrológicos, 27% inferior à média dos regimes. Por este motivo a EDP viu-se obrigada a recorrer mais intensamente à produção de origem termoeléctrica e à importação de electricidade, com um sobrecusto de combustíveis e outros encargos variáveis de 7,4 milhões de contos em relação ao que ocorreria em condições médias.

O mecanismo da Correção da Hidraulicidade que se encontra em vigor foi definido pelo Dec.-Lei 338/91 de 10 de Setembro. Além da regularização anual daqueles sobrecustos nas contas da Empresa, o mecanismo contempla a constituição de um fundo com um determinado nível de referência capaz de absorver, no futuro, os efeitos negativos equivalentes à sucessão mais gravosa de regimes hidrológicos, ocorrida nos últimos 30 anos.

A preços de 1993, aquele nível de referência foi fixado em 74 milhões de contos. No entanto, no final do ano, o saldo da conta situava-se apenas em 8,2 milhões de contos. Apesar das contribuições anuais da EDP, incluindo um reforço extraordinário de 10 milhões de contos em 1992, a ocorrência de uma sucessão de regimes secos desde 1989 foi extremamente gravosa para a exploração do sistema electroprodutor e atrasou de forma decisiva a constituição do referido fundo.

O valor anual da Correção da Hidraulicidade é, em síntese, a soma algébrica do diferencial de encargos de produção, no montante de 7355,9 mil contos, dos encargos financeiros associados que, no exercício, foram favoráveis ao fundo em 469,5 mil contos, e da contribuição anual da Empresa no montante de 5070,8 mil contos. Ou seja, um valor anual negativo de 1815,6 mil contos que, deduzido ao saldo de 10 milhões de contos no final de 1992, explica o já referido saldo de 8,2 milhões de contos no final de 1993.

Trabalhos para a própria empresa

Parte importante do investimento de 1993 foi realizada com meios internos.

De acordo com as regras contabilísticas, os custos directos e indirectos evidenciados na demonstração de resultados e com aplicação no investimento são compensados em proveitos na conta de *trabalhos para a própria Empresa*.

Esta componente do investimento atingiu em 1993 cerca de 82,5 milhões de contos e teve, no último quinquénio, a evolução que se apresenta no quadro seguinte.

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA
(milhões de contos)

	1989	1990	1991	1992	1993
Mat. diversos e F.S.E.	16,8	17,9	23,5	19,3	25,4
Encargos de Estrutura	15,7	18,7	17,2	18,3	20,0
Encargos Financeiros	23,0	21,5	33,9	44,0	37,1
TOTAL	55,3	58,1	74,6	81,6	82,5

Meios libertos líquidos

O cash-flow atingiu no exercício o montante de 120,9 milhões de contos, mais 16,9% do que em 1992.

Note-se, no entanto, que os recursos internos libertos ultrapassaram largamente aquele valor já que algumas componentes dos custos, de que se destacam as perdas cambiais, não corresponderam a saídas imediatas de fundos.

A evolução do cash-flow no último quinquénio permite observar um crescimento sustentado, embora com um recuo em 1992 por força da ocorrência de dois factores particularmente desfavoráveis: a contabilização de mais de 30 milhões de contos de incobráveis e os efeitos da seca naquele ano.

MEIOS LIBERTOS LÍQUIDOS

	1989	1990	1991	1992	1993
Resultados Líquidos	0,2	10,3	14,3	16,8	18,3
Amortizações	54,8	57,4	74,7	79,7	104,1
Provisões (líquidas)	23,1	17,4	39,3	6,9	-1,5
TOTAL	78,1	85,1	128,3	103,4	120,9

Aspectos Fiscais e Parafiscais

A EDP está sujeita, como qualquer outra sociedade comercial, ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC).

Não foi porém considerada qualquer estimativa para o referido imposto em 1993 por dispor ainda de prejuízos acumulados nos exercícios anteriores que, ao abrigo da lei, deduzirá à matéria colectável, anulando-a totalmente.

A EDP aguarda entretanto uma decisão da Administração Fiscal sobre um requerimento-exposição apresentado oportunamente visando o reconhecimento como custo fiscal dos custos extraordinários apurados com o saneamento do balanço em 1988.

No exercício de 1993 a Empresa liquidou a favor dos Municípios um montante de cerca de 16,7 milhões de contos a título de rendas de concessão e de centros electroprodutores.

No final do exercício não existiam dívidas vencidas à Segurança Social.

CONTA DE RESULTADOS

(Milhares de contos)

	1989	1990	1991	1992	1993		
					Valor	Acresc. (%)	
Vendas e Prestações de Serviços	274 068	323 902	390 912	440 898	468 888	6,3	
Trabalhos para a própria Empresa (a)	32 274	36 525	40 666	37 696	45 352	20,3	
Produtos e Trabalhos em Curso	(98)	26	(218)	55	23	- 58,0	
Outras Receitas Correntes	1 943	1 721	1 640	2 314	2 038	- 11,9	
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	308 187	362 174	433 000	480 963	516 301	7,3	
Compra e Importação de Electricidade	5 895	745	2 950	11 042	9 223	- 16,5	
Combustíveis	61 739	53 949	55 677	60 461	52 812	- 12,7	
Materiais Diversos	19 249	21 258	23 955	21 597	26 994	25,0	
Correcção de Hidraulicidade	(15 960)	(5 422)	(4 797)	(22 424)	(7 356)	- 67,2	
Fornecimento e Serviços Externos	14 364	19 921	25 408	33 166	37 495	13,1	
Impostos Indirectos	313	424	440	8 365	5 472	- 34,6	
Consumos Corrigidos	(-)	85 600	103 633	112 207	124 640	11,1	
Valor Acrescentado Bruto	(=)	222 587	329 367	368 756	391 661	6,2	
Despesas com o Pessoal	(-)	54 725	62 102	69 116	79 707	4,3	
Outros Encargos de Exploração	(-)	5 248	7 723	20 501	22 355	- 50,5	
Outros Proveitos de Exploração	(+)	422	231	582	786	57,8	
Excedente Bruto de Exploração	(=)	163 036	201 705	240 332	290 385	17,2	
Despesas Financeiras	(-)	164 168	195 044	213 633	177 855	205 327	15,4
Receitas Financeiras	(+)	24 979	27 069	58 704	30 628	27 031	- 11,7
Imputação despesas financ. a T.P.E.	(+)	22 978	21 587	33 882	43 957	37 128	- 15,5
Juros FAT, Corr. de Hidraulicidade	(+)	19 911	22 386	10 129	7 878	2 746	- 65,1
Resultados Extraordinários e de exercícios anteriores	(+)	11 372	7 440	(1 122)	(48 912)	(31 092)	- 36,4
Cash-Flow		78 108	85 143	128 292	103 367	120 870	16,9
Amortizações	(-)	54 784	57 411	74 749	79 703	104 147	30,7
Provisões (Líquidas)	(-)	23 153	17 453	39 293	6 877	(1 543)	- 122,4
RESULTADO LÍQUIDO		171	10 279	14 250	16 787	18 266	8,8

a) Sem encargos financeiros.

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

Perspectivas para 1994

Espera-se para 1994 um nível de desempenho económico e financeiro semelhante ao ocorrido em 1993, se as variáveis chave com maior peso na formação dos custos da EDP não tiverem significativas alterações em relação aos valores verificados no presente exercício.

Prosseguindo a política definida de fazer participar os Clientes nos ganhos de produtividade, a Empresa acordou com a Direcção-Geral de Concorrência e Preços o tarifário de energia eléctrica para 1994 que representa reduções significativas do preço médio, em termos reais. De facto, a tarifa para os fornecimentos a tensão superior a 19,8 kV, onde se inclui praticamente a totalidade dos consumidores industriais, desceu 1,3 %, em média e em termos nominais, enquanto para os restantes fornecimentos cresceu 3 %, também em termos nominais, quando se prevê uma inflação entre 4 % e 6 %.

Com a previsível retoma da economia, espera-se que a procura da electricidade apresente um crescimento positivo e pouco superior a 1993.

Prevê-se um investimento anual de cerca de 120 milhões de contos. Com a mesma orientação seguida em 1993, aumentará em termos relativos a parte do investimento nas áreas do transporte e da distribuição com o objectivo do acréscimo da qualidade do serviço.

Em 1994 ocorrerá a reestruturação da Empresa cujos estudos internos, à data da finalização deste relatório, se encontravam concluídos.

Em síntese, e no pressuposto de que não ocorrerão em 1994 imprevistos (alterações acentuadas no mercado dos combustíveis, seca com características de calamidade ou perturbações expressivas no SME), o futuro Grupo EDP, continuação natural da actual unidade económica, apresentará em 1994 um nível de resultados não inferior ao apresentado em 1993.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 25º dos Estatutos da EDP, propõe que o resultado líquido do exercício

de 1993 no valor de 18 266 011 821\$00 tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	1 826 600 000\$00
Para Dividendos	9 200 000 000\$00
Para Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes.....	24 810 000\$00
Para Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	2 771 000 000\$00
Para Reserva para Investimento	1 826 600 000\$00
Para Resultados Transitados	2 617 001 821\$00

Nota Final

Na conclusão do Relatório do Exercício de 1993 o Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento e apreço pela dedicação e elevado envolvimento que os quadros e restantes colaboradores demonstraram no desempenho das suas funções, essenciais para os resultados atingidos.

O Conselho agradece o apoio recebido das entidades governamentais e da Administração Pública em geral e, designadamente, pela influência directa em acções fundamentais desenvolvidas pela Empresa, dos Ministérios da Indústria e Energia e das Finanças e do Banco de Portugal. Uma palavra de agradecimento é igualmente devida ao sistema financeiro em geral pela confiança que continuou a depositar na Empresa.

O Conselho de Administração manifesta o seu especial reconhecimento ao Conselho Fiscal pela elevada disponibilidade e prestímosa colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1994

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Serrão da Silva Correia — *Presidente*

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro

Machado — *Vice-Presidente*

José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa

Rui de Arriaga Féris Cunha

José António de Matos Taborada Farinha

José Manuel Saldanha Bento

António Maria Ramos da Silva Vidigal



Aldeia de Balocas (Seia).

Demonstrações Financeiras

ÍNDICE

Balço Analítico em 31 de Dezembro de 1993..	50
Demonstração de Resultados	52
Demonstração de Resultados por Funções.....	54
Anexo ao Balço e Demonstração de Resultados	54
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 1993.....	74
Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa em 1993	74
Mapa de Origem e Aplicação de Fundos	75
Varição dos Elementos dos Fundos Circulantes.....	75

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO ANALÍTICO
EM 31 DE DEZEMBRO
DE 1993

Notas	Exercícios			
	1993			1992
	AB	A/P	AL	AL
ACTIVO				
IMOBILIZADO:				
03.a./10	Imobilizações incorpóreas:			
	3 915 897 358	3 381 030 573	534 866 785	3 19 017 772
	250 469 054	80 103 790	170 365 264	148 969 923
	30 256 294	750 000	29 506 294	29 506 294
	12 500 000		12 500 000	12 500 000
	6 956 182	3 131 177	3 825 005	1 643 230
	4 216 078 888	3 465 015 540	751 063 348	5 11 637 219
03.b./10.	Imobilizações corpóreas:			
	72 616 159 280	53 217 750 815	19 398 408 465	22 954 994 659
	7 172 004 230		7 172 004 230	7 122 811 737
	44 514 130 317	14 481 336 165	30 032 794 152	30 256 388 737
	3 140 792 580 737	1 254 168 253 643	1 886 624 327 094	1 827 094 799 806
	9 313 445 527	6 723 743 584	2 589 701 943	2 363 770 090
	2 249 793 772	1 868 687 404	381 106 368	372 994 777
	24 220 114 875	12 143 638 543	12 076 456 332	6 963 872 732
	14 975	2 247	12 728	14 226
	12 737 061 389	217 015 956	12 520 045 433	4 079 593 356
	580 215 529	261 691 072	318 524 457	319 648 917
	110 005 127 672		110 005 127 672	278 807 479 289
	194 792 590		194 792 590	164 558 805
	5 312 875 944		5 312 875 944	5 248 757 822
03.d./10.	Imobilizações de cambio			
	4 081 062 617		4 081 062 617	4 077 746 632
	1 231 813 327		1 231 813 327	1 171 011 190
	3 429 708 316 827	1 343 082 139 429	2 086 626 177 398	2 185 749 684 953
03.c./10	Investimentos financeiros:			
	9 563 034 861	8 000 000 000	1 563 034 861	639 827 390
	1 966 839 459		1 966 839 459	741 660 460
	4 790 018 822	53 467 302	4 736 551 519	1 447 479 519
	16 319 893 141	8 053 467 302	8 266 425 839	2 828 967 369
CIRCULANTE:				
Existências:				
03.e./41	Matérias-primas, subprod. e consumo			
	15 912 713 515		15 912 713 515	19 836 201 077
42.	Produtos e trabalhos em curso			
	289 302 085		289 302 085	286 242 347
	78 646 966		78 646 966	163 749 328
	16 280 662 566		16 280 662 566	20 266 192 752
48.a./23	Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo:			
	44 352 409 096	40 600 000 000	3 752 409 096	4 815 446 811
	3 156 083 977		3 156 083 977	291 824 010
	8 377 042 504		8 377 042 504	9 086 149 204
48.e.	Acionistas (Sócios)			
	55 885 535 577	40 600 000 000	15 285 535 577	33 336 779 239
03.k./48.dii	Défice do ex-FAT			
	69 933 224 902	6 457 799 263	63 475 425 639	74 580 457 691
23.	Clientes c/c			
	120 279 637		120 279 637	19 516 077
23.	Clientes - títulos a receber			
	28 993 941 497	28 993 941 497		
	3 664 222 820		3 664 222 820	1 808 883 142
03.k./48.dii	Estado e outros entes públicos			
	7 575 107 854		7 575 107 854	
48.c.i.i.	Défice do ex-FAT			
	16 726 430 409	159 903 346	16 566 527 063	3 632 895 741
	127 013 207 119	35 611 644 106	91 401 563 013	80 041 752 651
Títulos negociáveis:				
	600 000 000		600 000 000	
	600 000 000		600 000 000	
Depósitos bancários e caixa:				
	2 796 795 744		2 796 795 744	7 642 689
	2 796 795 744		2 796 795 744	7 642 689
48.b.	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
	12 182 781 572		12 182 781 572	14 114 744 962
	13 018 983 771		13 018 983 771	12 968 065 840
	25 201 765 343		25 201 765 343	27 082 810 802
Total de Amortizações				
	1 346 600 622 271		1 346 600 622 271	
Total de Provisões				
	84 211 644 106		84 211 644 106	
Total do Activo				
	3 678 022 255 205	1 430 812 266 377	2 247 209 988 828	2 364 018 887 699

DIRECCÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE
E GESTÃO ORÇAMENTAL
O Técnico de Contas
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE
E GESTÃO ORÇAMENTAL
Manuel de Jesus Martins

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Unidade: Escudos

	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
	Exercícios		
	1993	1992	
CAPITAL PRÓPRIO:			
36./37./40	Capital	250 000 000 000	250 000 000 000
03.c./48.m	Ajust. partes de cap. em filiais e assoc.	547 570 280	
12./39.	Reservas de avaliação	782 580 865 651	782 506 284 514
40.	Reservas:		
	Reservas legais	86 437 715 520	85 465 111 470
	Outras	25 669 590 637	25 063 849 634
40.f.	Resultados transitados	974 956 908	- 1 626 343 826
	Subtotal	1 146 210 698 996	1 141 408 901 792
40.g.	Resultados líquido do exercício	18 266 011 821	16 787 088 541
	Total do Capital Próprio	1 164 476 710 817	1 158 195 990 333
PASSIVO:			
48.f.	Provisões para riscos e encargos:		
	Outras provisões p/ riscos e encargos	1 253 688 481	755 164 973
Dívidas a terceiros - Médio L/ Prazo:			
29.	Empréstimos p/ obrigações - não convert.	126 185 000 000	145 340 000 000
29.	Dívidas a instituições de crédito	643 265 007 250	682 188 746 554
29.	Outros credores	11 916 824 645	11 501 831 411
03.l./48.d.	Correcção de Hidraulicidade	8 184 439 084	10 000 000 000
03.d.	Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos	3 957 418 000	3 957 418 000
03.b.ii.	Conta de regularização - (DL 344-B/82)	19 398 408 465	22 954 994 659
		812 907 097 444	875 948 990 624
Dívidas a terceiros - Curto Prazo:			
	Empréstimos p/ obrigações - não convert.	5 250 000 000	17 511 500 000
	Dívidas a instituições de crédito	104 388 188 398	165 982 774 717
	Adiantamentos por conta de vendas	75 000	315 857
	Fornecedores c/c	12 306 127 367	12 286 299 419
	Fornecedores - Fiat. em recepção e conf.	2 489 316 591	1 872 252 261
	Adiantamentos de clientes		1 781 364
	Fornecedores de imobilizado c/c	19 131 345 347	10 348 152 249
	Estado e outros entes públicos	2 647 762 282	2 192 297 244
48.c.i.	Outros credores	17 546 416 913	17 583 501 206
		163 759 231 898	227 779 674 317
48.b.	Acrescimos e Diferimentos:		
	Acrescimos de custos	36 048 056 208	52 755 764 380
	Proveitos diferidos	68 765 203 980	48 583 303 072
		104 813 260 188	101 339 067 452
	Total do Passivo	1 082 733 278 011	1 205 822 897 366
Total do Capital Próprio e do Passivo			
		2 247 209 988 828	2 364 018 887 699

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Joaquim Serrão da Silva Correia - Presidente
Arnaldo Peiro Figueiredo Navarro Machado - Vice-Presidente
José Filipe de Mendonça Ajudade de Carvalho
Rui de Atriaga Férin Cunha
José António de Matos Taborda Farinha
José Manuel Saldanha Bento
António Ramos da Silva Vidigal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Notas	CUSTOS E PERDAS			
	Exercícios			
	1993	1992		
41.	Custo das existências vendidas e consumidas			
	Electricidade	9 222 560 623	11 042 239 206	
	Combustíveis p/ produção de electricidade	52 812 044 184	60 460 834 043	
	Materiais diversos	26 994 194 796	21 596 883 559	93 099 956 808
	Fornecimentos e serviços externos		37 495 175 556	33 166 142 921
	Custos com o pessoal			
43.	Remunerações:			
	Remunerações dos órgãos sociais	80 070 186	76 240 797	
	Remunerações do pessoal	53 536 620 253	47 825 018 016	
03.j.	Encargos sociais:			
	Complemento de pensões de reforma	3 699 345 447	4 394 791 395	
	Prémios para pensões	936 187 000	966 618 000	
	Encargos s/ remunerações	13 214 573 825	12 202 949 550	
	Custos de acção social	4 253 225 554	6 496 509 419	
	Outros	3 987 004 674	4 457 138 424	76 419 265 601
10.b.	Amortizações do exercício	104 146 838 348	79 700 968 944	
34.	Provisões do exercício	498 523 508	104 645 361 856	5 875 927 791
	Impostos:			
	Impostos indirectos	5 471 908 416	8 364 902 820	
	Impostos directos	56 738 304	83 430 263	
	Outros custos e perdas operacionais	552 304 659	431 803 375	
3.b./48g	Rendas de concessões e c. electroprodutores	16 675 194 441	12 205 664 043	
3.l./48.di	Correcção hidraulicidade - Agravamento	5 070 799 000	32 446 055 494	53 531 855 995
	A - Custos e Perdas Operacionais	338 703 308 774	341 794 118 060	
45.	Custos e perdas financeiras			
	Juros	115 698 272 748	138 030 178 938	
10.b./34.	Amortiz. e provis. de aplic. e invest. financ.	2 147 216	1 001 745 714	
	Diferenças de câmbio	86 427 062 758	34 743 652 782	
	Out. custos e perdas financ. e similares	3 001 257 066	5 071 714 626	178 855 292 060
	C - Custos e Perdas Correntes	544 032 048 562	520 649 410 120	
46.	Custos e perdas extraordinárias			
	Dívidas incobráveis	1 374 526 295	34 560 060 451	
	Perdas em existências	107 936 357	291 236 152	
	Perdas em imobilizações	1 241 364 270	1 101 339 873	
	Aumento de amortizações e provisões	12 943 523	5 601 145	
	Correcções relativ. a exercícios anteriores	2 426 195 122	616 883 849	
	Outros custos e perdas extraordinárias	38 668 720 404	20 658 948 674	57 234 070 144
	E - Custos e Perdas do Exercício	587 863 743 533	577 883 480 264	
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	
	G - Custos Totais	587 863 743 533	577 883 480 264	
	Resultado líquido do exercício	18 266 011 821	16 787 088 541	
	TOTAL	606 129 755 354	594 670 568 805	
	Resultados Operacionais (B)-(A)			
	Resultados Financeiros [(D)-(B)] - [(C)-(A)]			
	Resultados Correntes (D)-(C)			
	Resultados Antes de Impostos (F)-(E)			
	Resultado Líquido do Exercício (F)-(G)			

DIRECÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL

O Técnico de Contas
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL

Manuel de Jesus Martins

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Unidade: Escudos

Notas	PROVEITOS E GANHOS			
	Exercícios			
	1993	1992		
44.	Vendas			
	De energia eléctrica	464 327 622 451	436 442 482 796	
	Outras	1 440 674 715	1 556 539 224	
	Prestações de serviços	3 119 251 695	468 887 548 861	440 897 638 310
42.	Variação da produção			
	Produtos e trabalhos em curso:			
	Existências finais	289 302 085	266 242 347	
	Existências iniciais	266 242 347	23 059 738	55 298 483
48.i.	Trabalhos para a própria empresa	82 480 202 344	2 313 844 490	81 653 109 965
	Proveitos suplementares	2 038 860 976	532 556 082	373 894 682
48.h.	Subsídios à exploração	532 556 082	373 894 682	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	253 005 724	123 786 325	
03.l./48.d.i.	Correcção hidraul. - dif. do exerc. - Proveito	7 355 886 052	10 180 308 834	25 235 391 330
	B - Proveitos e Ganhos Operacionais	561 571 119 777	547 841 438 088	
45.	Proveitos e ganhos financeiros			
	Rendimentos de participações de capital	26 687 386	20 053 210	
	Rendim. de tit. negoc. e out. aplic. financ.	1 032 321 264	394 094 698	
	Outros juros e proveitos similares	5 978 562 916	6 453 162 610	
	Diferenças de câmbio favoráveis	19 992 947 808	23 761 018 750	
03.k./48.d.ii.	Juros s/ defluc. do ex-FAT	2 746 617 829	6 392 863 148	
03.l./48.d.i.	Juros de correcção de hidraulicidade	0	1 484 982 725	38 506 175 141
	D - Proveitos e Ganhos Correntes	591 348 256 980	586 347 613 229	
46.	Proveitos e ganhos extraordinários			
	Ganhos em imobilizações	3 821 644 243	435 795 374	
	Reduções de amortizações e de provisões	2 066 005 976	7 889 616	
	Correcções relat. a exercícios anteriores	1 085 721 390	346 191 358	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	7 808 106 765	14 781 498 374	8 322 955 576
	F - PROVEITOS TOTAIS	606 129 755 354	594 670 568 805	
		222 867 811 003	206 047 320 028	
		- 175 551 602 585	- 140 349 116 919	
		47 316 498 418	65 698 203 109	
		18 266 011 821	16 787 088 531	
		18 266 011 821	16 787 088 541	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Serrão da Silva Correia - Presidente
Arnaldo Pedro Figueirêdo Navarro Machado - Vice-Presidente
José Filipe de Mendonça Aihayde de Carvalho
Rui de Arriaga Ferin Cunha
José António de Matos Taborda Fortinha
José Manuel Saldanha Bento
António Ramos da Silva Vidigal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Unidade: Milhares de contos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Funções de Exploração		1993	1992
Vendas e Prestação de Serviços	(+)	468 888	440 898
Custos da Função Produção	(-)	131 823	138 945
Custos da Função Transporte	(-)	12 070	10 267
RESULTADOS BRUTOS	(=)	324 995	291 686
Custos da Função Distribuição	(-)	109 540	92 708
Custos das Actividades Complementares	(-)	1 046	995
Custos da Função Administrativa	(-)	10 139	9 706
Custos da Função Informática	(-)	2 391	1 926
Custos Complementares de Assistência	(-)	12 579	12 730
Reforço de Provisões	(-)	499	5 876
Outros Proveitos Operacionais	(+)	2 041	2 385
RESULTADOS OPERACIONAIS	(=)	190 842	170 130
Proveitos Financeiros	(+)	29 777	38 506
Custos Financeiros	(-)	173 303	142 938
RESULTADOS CORRENTES	(=)	47 316	65 698
Proveitos e Ganhos Extraordinários	(+)	14 781	8 323
Custos e Perdas Extraordinários	(-)	43 832	57 234
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	(=)	18 266	16 787
Imposto sobre o rendimento do exercício	(-)		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(=)	18 266	16 787
FUNÇÕES DE INVESTIMENTO (TPE) (*)		82 480	81 653
Na Produção		38 817	45 277
No Transporte		6 415	6 070
Na Distribuição		37 248	30 306

(*) Parte realizada com meios da própria empresa.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

00 - Introdução

a) Objecto e detentores do capital

A EDP - Electricidade de Portugal, S.A., tem por objecto o estabelecimento e exploração do serviço público de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica em Portugal, é totalmente detida pelo Estado Português (sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos) e as acções representativas do seu capital só poderão ser transmitidas para outros entes públicos (conforme Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro).

b) Regime de preços

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) são fixados por convenção negociada entre a Empresa e a Direcção-Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei n.º 18-A/89, de 12 de Janeiro.

De acordo com legislação complementar (Decreto-Lei n.º 202/86), está estabelecido um adicional à tarifa de venda de energia eléctrica, que se destina a amortizar o saldo do ex-Fundo de Apoio Térmico.

c) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecimento em legislação (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios, admitindo-se no entanto a possibilidade da sua concessão à EDP. Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 48.g).

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração pela EDP.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (Notas 03.b.ii e 10.c.ii), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 03.b.ii).

d) Correção de Hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei n.º 338/91) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado, e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se.

As tarifas são calculadas tendo em conta os custos de exploração de um ano em condições hidrológicas médias.

Assim, neste contexto e para evitar distorções de grande significado nos resultados, os encargos com combustíveis e importação de electricidade, contabilizados na Demonstração de Resultados, são corrigidos positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável (Nota 48.d).

e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As Notas números 05, 09, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 30, 33, 35, 38 e 47 não estão incluídas neste anexo, por não serem aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e, especialização dos exercícios (excepto como indicado na Nota 03.1).

02 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Na Demonstração de Resultados os valores do exercício não são comparáveis com os do exercício anterior, no que se refere às situações enumeradas seguidamente, em virtude de as mesmas só terem ocorrido no presente exercício.

a) Remunerações do pessoal

Os custos referentes a “Pensões de Reforma Antecipada” passaram neste exercício a ser contabilizados nesta rubrica, tendo sido contabilizados até 1992 em “Custos de acção social”, estes custos ascenderam no exercício a 3 107 311, aumentando nesta medida o valor desta conta.

b) Custos de acção social

Os custos referentes a “Pensões de Reforma Antecipada” deixaram neste exercício de ser contabilizados nesta rubrica, tendo passado a contabilizar-se em “Remunerações do pessoal”, estes custos ascenderam no exercício a 3 107 311, diminuindo nesta medida o valor desta conta.

03 - Critérios contabilísticos e valorimétricos

a) Imobilizações incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição ou produção, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

Não se efectua a amortização de trespasses.

b) Imobilizações Corpóreas

i) Imobilizações de propriedade da EDP

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores resultantes da reavaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de similares reavaliações, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como, encargos de estrutura, como indicado nas alíneas h) e i) desta mesma nota.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Art. 39.º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela amortização das participações (registadas em Reserva para Investimento as recebidas até 31 de Dezembro de 1990, e em Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para o Investimento as recebidas após 1 de Janeiro de 1991) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos conforme alínea g) desta mesma nota e Nota 18.b.i).

ii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, conforme referido na alínea c) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas (nota 10.c.ii), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da reavaliação efectuada no exercício de 1992, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 46.c), pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores – Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes (Nota 48.g). Os períodos de concessão, que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, poderão ser revogados com um aviso prévio de 2 anos.

c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em partes de capital em filiais e associadas, estão mostrados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial aos valores do exercício de 1992, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, com excepção da Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia, que está mostrada pelo valor do custo, líquido de uma provisão para fazer face a esperadas perdas de valor.

Os investimentos em imóveis estão mostrados pelo valor resultante da reavaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de similares reavaliações, líquidos das amortizações acumuladas.

Os restantes investimentos financeiros estão mostrados pelo valor de custo.

Os rendimentos são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam, excepto no caso de dividendos de acções que apenas são reconhecidos quando recebidos.

d) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afectada)

Estão valorizados a custo de construção, incluindo-se nestes ainda os encargos de estrutura, como indicado na alínea i) desta mesma nota.

Não são efectuadas amortizações sobre o valor atribuído à parte dos aproveitamentos que não está afectada à produção de energia eléctrica.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Agueira, Raiva e Alqueva, é determinado pela aplicação das seguintes percentagens provisórias aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço:

Agueira e Raiva	50%
Alqueva	65%

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo.

e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

f) Dívidas de e a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se quase inteiramente com financiamentos externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.

No final do ano os saldos a pagar e a receber em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (Nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas como indicado na alínea h) desta mesma nota.

g) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com emissões de obrigações, bem como, com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos — Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos (Nota 48.b).

h) Encargos Financeiros e Diferenças de Câmbio

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 11).

As diferenças de câmbio têm tratamento idêntico aos encargos financeiros, este critério, adoptado desde o exercício de 1986, tem justificação contabilística na especificidade do financiamento da EDP, e numa mais correcta expressão patrimonial e económico-financeira da Empresa.

i) Encargos de Estrutura Central e Regional

Os encargos gerais dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos internos — Nota 48.i) são imputados aos diversos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais da Estrutura Central e Regional são repartidos entre o investimento (Encargos de Estrutura Central e Regional — Nota 48.i) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

j) Pensões de Reforma e Sobrevida

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Estas responsabilidades vão sendo reduzidas enquanto a Empresa continuar a pagar os complementos dos reformados e pensionistas existentes à data de 1 de Janeiro de 1989 e pelas dotações que vão sendo efectuadas a um Fundo de Pensões constituído em 1989. É intenção da Empresa cobrir integralmente a sua responsabilidade através de dotações anuais ao Fundo (iniciadas em 1989) durante um período máximo de 10 anos (Nota 31.a).

O Fundo de Pensões suporta os complementos pagos ao pessoal reformado desde 1 de Janeiro de 1989, tendo os complementos pagos no ano ao pessoal reformado em anos anteriores a 1989 sido suportados pela Empresa e debitados a resultados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o Estatuto Unificado de Pessoal, o pessoal da Empresa tem a possibilidade de optar pela pré-reforma quando se encontre nas condições nesse Estatuto definidas.

k) Ex-Fundo de Apoio Térmico

O adicional à tarifa de venda de energia eléctrica é, nos termos da legislação que o regula, contabilizado directamente a crédito do ex-Fundo de Apoio Térmico. Como indicado na Nota 48.d.ii, o ex-Fundo é debitado anualmente por encargos financeiros, que são considerados como proveitos da Empresa. O valor líquido movimentado anualmente a crédito destina-se a recuperar o défice acumulado em exercício anteriores.

l) Correção de Hidraulicidade

Em conformidade com o indicado na Nota 00.d, a Empresa corrige anualmente os seus resultados líquidos, de modo a que correspondam à média das condições hidrológicas.

O valor anual da correção de hidraulicidade, constituído por custos ou proveitos, engloba:

- O diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência;
- Os custos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da correção de hidraulicidade;
- Uma parcela, que constituirá um proveito ou custo, correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos igual a um adequado nível de referência;

O saldo acumulado emergente dos custos e proveitos englobados no valor anual da correção de hidraulicidade, conforme indicado na Nota 48.d.i, é mostrado numa conta de passivo a médio e longo prazo.

04 - Câmbios utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal — cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1993/12/31, conforme se indicam de seguida:

USD	176,812	MOP	22,213	DKK	26,102
DEM	101,850	NLG	91,039	IEP	249,381
FRF	29,987	BEF	4,8908	GRD	0,70902
GBP	261,551	CHF	119,459	CAD	133,091
ESP	1,2391	JPY	1,5832	ATS	14,486
XEU	197,202	SEK	21,234	FIM	30,540
ITL	0,10314	NOK	23,519	ZAR	52,042
				AUD	119,879

06 - Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 5 anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela administração fiscal reporta-se a 1988.

No entanto não é previsível qualquer liquidação adicional em relação aos exercício de 1988 a 1992. Do mesmo modo não é esperada qualquer responsabilidade com o imposto sobre o rendimento do exercício, devido a prejuízos fiscais de anos anteriores bem como a investimentos efectuados.

A afectar os impostos futuros existe um montante de 6,5 milhões de contos referente a investimentos efectuados em 1989, que pode ser deduzido à colecta até 1994.

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 17 837 empregados, não existindo assalariados.

08 - Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A rubrica *Despesas de Instalação* inclui essencialmente custos com estudos e projectos.

A rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não tem expressão na Empresa.

10 - Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de Instalação	3 531 235		0	0	384 662	3 915 897
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	189 811		60 658	0	0	250 469
Propriedade Industrial e Outros Direitos	30 256		0	0	0	30 256
Trespases	12 500		0	0	0	12 500
Diferenças de Câmbio	4 056		0	0	2 900	6 956
Total (1)	3 767 858		60 658	0	387 562	4 216 078
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	78 696 716		0	(4 684)	(6 075 873)	72 616 159
Subtotal (2.1)	78 696 716		0	(4 684)	(6 075 873)	72 616 159
Imobilizações Próprias EDP						
Terrenos e Recursos Naturais	7 122 812		27 263	(1 534)	23 463	7 172 004
Edifícios e Outras Construções	43 591 279		712 919	(639 430)	849 362	44 514 130
Equipamento Básico	2 983 633 457		5 332 640	(100 877 902)	256 785 447	3 144 873 642
Equipamento Técnico Específico	2 976 681 764		5 147 249	(100 806 818)	256 825 805	3 137 848 000
Produção de Electricidade	1 713 476 838		436 786	(100 784 569)	172 324 674	1 785 453 729
Produção Hidroeléctrica	974 519 555		68 100	(218 971)	71 340 835	1 045 709 519
Produção Termoeléctrica	734 879 537		368 686	(100 565 598)	100 980 522	735 663 147
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/ afecta)	4 077 746		0	0	3 317	4 081 063
Transporte de Electricidade	264 973 598		13 051	(3 603)	19 500 178	284 483 224
Distribuição de Electricidade	998 231 328		4 697 412	(18 646)	65 000 953	1 067 911 047
Outro Equipamento Básico	6 951 693		185 391	(71 084)	(40 358)	7 025 642
Equipamento de Transporte	8 629 621		1 235 764	(562 757)	10 817	9 313 445
Ferramentas e Utensílios	2 116 738		144 462	(193)	(11 213)	2 249 794
Equipamento Administrativo	17 205 441		4 484 693	(412 454)	2 942 435	24 220 115
Taras e Vasilhame	15		0	0	0	15
Diferenças de Câmbio	4 153 964		0	(2 125 347)	10 708 444	12 737 061
Outras Imobilizações Corpóreas	560 751		18 962	0	503	580 216
Subtotal (2.2)	3 067 014 078		11 956 703	(104 619 617)	271 309 258	3 245 660 422
Imobilizações em Curso	278 807 479		154 132 362	(43 856 661)	(279 078 052)	110 005 128
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/ afecta)	1 171 011		64 116	0	(3 314)	1 231 813
Adiantamentos p/c de Imobilizações em Curso	164 559		34 793	0	(4 559)	194 793
Subtotal (2.3)	280 143 049		154 231 271	(43 856 661)	(279 085 925)	111 431 734
Total (2)	3 425 853 843		166 187 974	(148 480 962)	(13 852 540)	3 429 708 315
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital	10 765 781	547 570	2 662 782	(150 617)	519 216	14 344 732
Investimentos em Imóveis	107 361		0	0	0	107 361
Outras Aplicações Financeiras	7 145		2 240 259	(463 212)	83 608	1 867 800
Total (3)	10 880 287	547 570	4 903 041	(613 829)	602 824	16 319 893
Total Geral (1) + (2) + (3)	3 440 501 988	547 570	171 151 673	(149 094 791)	(12 862 154)	3 450 244 286

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	3 212 217		168 814	0	3 381 031
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	40 842		39 262	0	80 104
Propriedade Industrial e Outros Direitos	750		0	0	750
Diferenças de Câmbio	2 413		718	0	3 131
Total (1)	3 256 222		208 794	0	3 465 016
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	55 741 721		2 290 175	(4 814 145)	53 217 751
Subtotal (2.1)	55 741 721		2 290 175	(4 814 145)	53 217 751
Imobilizações Próprias EDP					
Edifícios e Outras Construções	13 334 890		1 112 883	33 563	14 481 336
Equipamento Básico	1 152 460 910		97 041 776	4 665 568	1 254 168 254
Equipamento Técnico Específico	1 147 567 659		96 522 566	4 757 604	1 248 847 829
Produção de Electricidade	610 149 244		48 461 541	(3 025 111)	655 585 674
Produção Hidroeléctrica	379 054 952		20 514 490	(155 250)	399 414 192
Produção Termoeléctrica	231 094 292		27 947 051	(2 869 861)	256 171 482
Transporte de Electricidade	107 360 312		8 995 034	(3 604)	116 351 742
Distribuição de Electricidade	430 058 103		39 065 991	7 786 319	476 910 413
Outro Equipamento Básico	4 893 251		519 210	(92 036)	5 320 425
Equipamento de Transporte	6 265 851		985 076	(527 184)	6 723 743
Ferramentas e Utensílios	1 743 743		126 293	(1 349)	1 868 687
Equipamento Administrativo	10 241 568		2 160 537	(258 446)	12 143 659
Taras e Vasilhame	1		1	0	2
Diferenças de Câmbio	74 371		200 715	(58 070)	217 016
Outras Imobilizações Corpóreas	241 102		20 589	0	261 691
Subtotal (2.2)	1 184 362 436		101 647 870	3 854 082	1 289 864 388
Total (2)	1 240 104 157		103 938 045	(960 063)	1 343 082 139
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital	8 000 000		0	0	8 000 000
Investimentos em Imóveis	51 320		2 147	0	53 467
Total (3)	8 051 320		2 147	0	8 053 467
Total Geral (1) + (2) + (3)	1 251 411 699		104 148 986	(960 063)	1 354 600 622

c) Observações

i) Nas imobilizações próprias EDP o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Produção, Transporte e Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

ii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, que embora explorados pela EDP continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 1993:

Imobilizado	72 616 159
Amortizações	53 217 751
Valor líquido	19 398 408

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade da EDP para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos municípios (nota 48.e).

iii) Os valores inscritos nas colunas de Alienações do mapa de Activo Bruto e de Regularizações do mapa de Amortizações e Provisões, respeitantes a Produção termoeléctrica e a Imobilizações em curso respeitam à alienação da Central Termoeléctrica do Pego.

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.h, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Rubricas	Juros de financiamento	Diferenças de câmbio	Total
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO			
Edifícios e Outras Construções	113 398	45 785	159 183
Equipamento Básico	24 464 096	12 504 787	36 968 883
Equipamento Técnico Específico	24 464 096	12 504 787	36 968 883
Produção de Electricidade	20 017 000	10 445 929	30 462 929
Produção Hidroelétrica	11 491 917	6 554 764	18 046 681
Produção Termoelétrica	8 525 083	3 891 165	12 416 248
Transporte de Electricidade	1 512 780	696 630	2 209 410
Distribuição de Electricidade	2 564 478	1 166 967	3 731 445
Estudos e Projectos	369 838	195 261	565 099
TOTAL	24 577 494	12 550 572	37 128 066

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas e dos Investimentos Financeiros

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliadas ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 430/78	Decreto-Lei n.º 118-B/86
Decreto-Lei n.º 219/82	Decreto-Lei n.º 111/88
Decreto-Lei n.º 399-G/81	Decreto-Lei n.º 49/91
Decreto-Lei n.º 171/85	Decreto-Lei n.º 264/92

13 - Custo Histórico das Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, com os respectivos custos históricos é a seguinte:

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	7 448 810	11 949 598	19 398 408
Subtotal (1.1)	7 448 810	11 949 598	19 398 408
Imobilizações Próprias EDP			
Terrenos e Recursos Naturais	4 774 039	2 397 965	7 172 004
Edifícios e Outras Construções	15 319 888	14 712 906	30 032 794
Equipamento Básico	1 024 761 077	865 944 311	1 890 705 388
Equipamento Técnico Específico	1 023 485 653	865 514 518	1 889 000 171
Produção de Electricidade	546 145 255	583 722 800	1 129 868 055
Produção Hidroelétrica	305 946 987	340 348 340	646 295 327
Produção Termoelétrica	236 117 205	243 374 460	479 491 665
Aprov. Fins Múlt. (parte n/ afecta)	4 081 063		4 081 063
Transporte de Electricidade	101 280 031	66 851 451	168 131 482
Distribuição de Electricidade	376 060 367	214 940 267	591 000 634
Outro Equipamento Básico	1 275 424	429 793	1 705 217
Equipamento de Transporte	2 487 135	102 567	2 589 702
Ferramentas e Utensílios	336 910	44 197	381 107
Equipamento Administrativo	11 546 728	529 728	12 076 456
Taras e Vasilhame	13		13
Diferenças de Câmbio	12 520 045		12 520 045
Outras Imobilizações Corpóreas	238 081	80 444	318 525
Subtotal (1.2)	1 071 983 916	883 812 118	1 955 796 034
Total (1)	1 079 432 726	895 761 716	1 975 194 442
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Investimentos em Imóveis	2 354	51 540	53 894
Total (2)	2 354	51 540	53 894
Total Geral (1) + (2)	1 079 435 080	895 813 256	1 975 248 336

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

	1993	1992
Afectas à Produção de electricidade	1 214 307 598	1 347 207 035
Produção Hidroeléctrica	720 041 186	704 774 033
Produção Termoeléctrica	488 953 536	637 184 244
Aprov. fins múltiplos (parte n/ afecta).....	5 312 876	5 248 758
Afectas ao Transporte de electricidade.....	180 566 824	175 393 345
Afectas à Distribuição de electricidade.....	621 590 276	595 406 824
Não específicas	59 367 924	55 643 656
Implantadas em propriedade alheia	312 656	310 600
Reversíveis (*)	10 480 900	11 788 226

(*) As imobilizações reversíveis correspondem aos patrimónios afectos à Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão em regime de concessão transferidos das Autarquias Locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício.

	1993	1992
Juros de financiamento	24 577 494	40 074 825
Diferenças de câmbio.....	12 550 572	3 882 210
Total	37 128 066	43 957 035

16 - Investimentos Financeiros

Firma e Sede	Capital Detido (%)	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
			Ano	Valor
a) EMPRESAS DO GRUPO				
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	100,00	190 145	1992	44 716
SPE (Macau) - Sociedade de Assistência Técnica Empresarial, Lda. Avenida Dr. Mário Soares, 25, 1.º, compartimento 13 Macau	99,00	MOP 29 219 030	1992	MOP 15 829 045
EDALPRO - Imobiliária, Lda. Avenida José Malhoa, Lote A, 13, Lisboa	90,00	389	1992	(11)
INTERNEL - Electricidade de Portugal Internacional, S.A. Avenida Estados Unidos da América, 55, 10.º, Lisboa	75,00	116 673	1992	16 595
ENERNOVA - Novas Energias, S.A. Avenida José Malhoa, Lote A, 13, Lisboa	75,00	200 000		(*)
Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia Canas de Senhorim	70,00	318 006	1992	(643 896)
ECONOLER - Sociedade de Eficiência Energética, S.A. Rua do Bolhão, 85, 7.º, Porto	50,17	167 369	1992	37
b) EMPRESAS ASSOCIADAS				
EDEL - Empresa Editorial Electrotécnica, Lda. Rua D. Estefânia, 48, 3.º, Lisboa	47,77	495	1992	(209)
TRANSGÁS - Sociedade Portuguesa do Gás Natural, S.A. Avenida Marechal Gomes da Costa, Lisboa	29,00	5 000 000		(*)
TANQUIPOR - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, Lda. Parque Industrial da Quimiparque, Barreiro	28,89	589 825	1992	5 963
PORTSINES - Terminal Multipurpose de Sines, S.A. Largo do Depósito, 4, Sines	20,00	1 735 335	1992	(264 665)

(*) Empresas constituídas no exercício de 1993

A EDP não procede à consolidação das demonstrações financeiras, atendendo ao facto de que as empresas a incluir na consolidação de contas não apresentam um interesse de relevância material para o objectivo das contas consolidadas, que é o de dar uma imagem

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

fiel do património, da situação financeira, bem como dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação (conforme n.º 1 do artigo 13.º e n.º 3 do artigo 16.º da 7.ª Directiva, e n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho).

22 - Valor das Existências que se Encontram Fora da Empresa

	1993	1992
Combustíveis para a produção de electricidade.....	719 628	2 342 199
Materiais diversos	64 742	106 348
	784 370	2 448 547

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

	1993	1992
Autarquias - Dívida consolidada em 31/12/88	42 064 077	42 278 057
Autarquias - Dívida posterior a 31/12/88	9 483 790	6 062 500
Clientes de cobrança duvidosa	28 993 941	29 778 518
	80 541 808	78 119 075

25 - Dívidas de e ao Pessoal

	1993	1992
Valores a receber.....	201 044	154 578
Valores a pagar.....	8 714 572	8 079 944
	8 915 616	8 234 522

29 - Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	1993		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	101 135 000	25 050 000	126 185 000
Dívidas a instituições de crédito	510 212 549	133 052 458	643 265 007
Outros credores	17 547	11 899 278	11 916 825
Cauções recebidas de clientes		11 899 278	
Outras cauções recebidas	17 547		
Correcção de Hidraulicidade		8 184 439	8 184 439
Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos		3 957 418	3 957 418
Conta de Regulariz. (DL 344-B/82)	10 480 900	8 917 508	19 398 408
	621 845 996	191 061 101	812 907 097
	1992		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	100 340 000	45 000 000	145 340 000
Dívidas a instituições de crédito	522 343 388	159 845 359	682 188 747
Outros credores	837 413	10 670 418	11 507 831
Cauções recebidas de clientes		10 670 418	
Outras cauções recebidas	837 413		
Correcção de Hidraulicidade		10 000 000	10 000 000
Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos		3 957 418	3 957 418
Conta de Regulariz. (DL 344-B/82)	11 788 226	11 166 769	22 954 995
	635 309 027	240 639 964	875 948 991

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 - Compromissos Financeiros

a) De acordo com um estudo actuarial, a responsabilidade em 31 de Dezembro de 1993 não reflectida no Balanço referente a compromissos relativos a pensões de reforma, é a seguinte:

1. Responsabilidades totais

Para com o pessoal no activo	19 646 589	
Para com os reformados e pensionistas	91 025 749	110 672 338

2. Valor do Fundo em 93/12/31 (Responsabilidades já cobertas pelo Fundo)

Pagamentos efectuados ao Fundo	69 181 685	
Acréscimos gerados pela gestão do Fundo (líquido dos pagamentos efectuados aos reformados e pensionistas já a cargo do Fundo)	3 627 226	72 808 911

3. Responsabilidades a cobrir de 1993 a 1998

Para com os reformados e pensionistas		37 863 427
---	--	------------

b) De acordo com o Despacho n.º 42/93 de 12 de Maio do Ministro da Indústria e Energia, o nível de referência do saldo da conta de correcção de hidraulicidade, foi fixado em 69 milhões de contos a preços de 1992, assim:

Nível de referência da correcção de hidraulicidade	69 000 000	
Saldo da conta de correcção de hidraulicidade em 93/12/31	8 184 439	
Dotações para o nível de referência a efectuar de 1994 a 2000		60 815 561

c) Contrato de troca a termo certo (SWAP) entre a Empresa e o BPI - Banco Português de Investimento, S.A., por um período de 5 anos, com a data de vencimento da operação em 14 de Maio de 1995, e os seguintes montantes de moeda específica, e taxas de juro:

Montante a ceder pela Empresa	5 000 000 000 00	PTE
Montante a ceder pelo BPI	27 529 098 26	ECU
Taxa de juro a pagar pela Empresa	17,5 %	
Taxa de juro a pagar pelo BPI	a fixar semestralmente com base na taxa de juro em ECU equivalente à LIBOR praticada para operações em ECU no mercado interbancário.	

d) Financiamentos com contratos SWAP

A Empresa ao efectuar contratos de SWAP sobre empréstimos obtidos em moeda estrangeira, procede à conversão da sua moeda de responsabilidade, e é em relação a esta que efectua a actualização de saldos expressos em moeda estrangeira aos câmbios oficiais à data do Balanço.

Assim, encontra-se expressa no Balanço a responsabilidade (contrapartida em escudos e actualização cambial) derivada do contrato de SWAP e não a do empréstimo inicial.

Indicam-se de seguida os empréstimos com contrato de SWAP:

Identificação do Empréstimo inicial			Identificação do Contrato de SWAP		
Designação	Divisa	Montante	Designação	Divisa	Montante
DAI-ICHI	JPY	15 000 000 000	MERRYL LINCH	DEM	217 497 103 (a)
			MERRYL LINCH	USD	115 874 855 (b)
IBJ	JPY	3 300 000 000	IBJ/PARIBAS	USD	22 950 136
NIPPON/PARIBAS	JPY	10 000 000 000	CITIBANK/PARIBAS	PTE	11 000 000 000 (c)
NIPPON/PARIBAS	USD	75 244 545			
JLC/MERRYL LINCH	USD	38 640 000	BPI/MERRYL LINCH	PTE	5 583 480 000
JLC/MERRYL LINCH	USD	38 640 000	DBI/MERRYL LINCH	PTE	5 583 480 000
BOT	JPY	15 000 000 000	SWISS BANK CORP.	PTE	16 800 000 000
SUMITOMO	DEM	168 304 600	CITIBANK/SUMITOMO	PTE	17 287 911 903
SUMITOMO	DEM	150 000 000	CISF/SUMITOMO	PTE	15 439 500 000

(a) No contrato de SWAP a divisa DEM refere-se à amortização

(b) No contrato de SWAP a divisa USD refere-se aos juros

(c) CITIBANK paga USD a PARIBAS e EDP paga PTE a CITIBANK

e) Os compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado são à data do Balanço de 16 056 603.

32 – Responsabilidades Contingentes

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 338 176.

Estas garantias são constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cauções em dinheiro. Foram prestadas na sua quase totalidade a fornecedores, existindo ainda algumas prestadas a tribunais e alfândegas. Não existem garantias reais.

A responsabilidade por letras descontadas ascende a 3 391 427.

34 – Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para dívidas de clientes	78 091 017		2 039 276	76 051 741
Para outras dívidas de terceiros	161 926		2 023	159 903
Para riscos e encargos	755 165	498 524		1 253 689
Para investimentos financeiros	8 000 000			8 000 000
TOTAL	87 008 108	498 524	2 041 299	85 465 333

36 – Capital – N.º de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 250 000 000 acções escriturais nominativas de 1000\$00 cada, encontrando-se totalmente realizado.

37 – Capital – Detentores

O capital é detido a 100% pelo Estado Português.

39 – Movimento das Reservas de Reavaliação

A Empresa procede à reavaliação do seu imobilizado corpóreo e dos investimentos financeiros em imóveis (Notas 03.b.i e 03.c) com base nos respectivos diplomas legais, tendo procedido à última no exercício de 1992, em referência a valores de 31 de Dezembro de 1991.

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

	1993	1992
Saldo inicial	782 506 284	472 309 505
Aumento por reavaliação ao abrigo do DL 264/92	0	310 196 140
Regularização	74 582	639
Saldo final	782 580 866	782 506 284

Estas reservas só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos, se existirem, ou no aumento do capital social.

40 – Movimentos dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	250 000 000			250 000 000
Reservas de Reavaliação	782 506 284	74 582		782 580 866
Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas		547 570		547 570
Reservas				
Reserva Legal	2 543 359	1 678 709		4 222 068
Reserva para Investimentos	61 070 207	1 678 709	2 384 814	60 364 102
Reserva para Fins Sociais	591 322			591 322
Reserva - DL 46031 e DL 46917	21 260 223			21 260 223
Reserva por Actividades Transferidas para a EDP	25 063 850	605 741		25 669 591
Resultados Transitados	(1 626 344)	16 787 089	14 185 788	974 957
Resultado Líquido do Exercício	16 787 089	18 266 012	16 787 089	18 266 012
TOTAL	1 158 195 990	39 638 412	33 357 691	1 164 476 711

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- a) Em conformidade com os estatutos da EDP a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 10 % dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.
- b) Em conformidade com os estatutos da EDP enquanto Empresa Pública, a Reserva para Investimentos era obrigatoriamente dotada com um mínimo de 20 % dos lucros a apropriar.
Com apoio na legislação que estabeleceu as bases gerais das Empresas Públicas as participações no custo de instalações (linhas, ramais, postos de transformação, etc.) debitadas a terceiros foram até 1990 transferidas para esta reserva.
- c) De acordo com os estatutos da EDP enquanto Empresa Pública a Reserva para Fins Sociais era obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5 % dos lucros a apropriar, não podendo a mesma ser utilizada sem audição prévia dos trabalhadores através da respectiva estrutura representativa.
- d) As Reservas do DL 46031 e DL 46917 – para Autofinanciamento e para Complemento de Amortização Financeira – foram constituídas em conformidade com disposições contidas nos contratos dos empréstimos concedidos pelo International Bank of Reconstruction and Development, cujos capitais em dívida foram totalmente reembolsados no exercício de 1991.
- e) A Reserva por Actividades Transferidas para a EDP corresponde ao valor líquido dos imobilizados afectos ao aproveitamento hidroeléctrico do Lindoso, ao valor líquido do património da Empresa Industrial do Freixo S.A., extinta em 1992 e integrada no património da EDP, e ao montante de regularização dos patrimónios das entidades integradas na EDP. Para além disso, foi até 1990 reforçada com as amortizações dos imobilizados em regime de concessão.

f) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo inicial.....	(1 626 344)
Transferência do resultado do exercício de 1992.....	16 787 089
Por aplicação em:	
Reserva Legal	1 678 709
Reserva para Investimentos	1 678 709
Dividendos.....	8 000 000
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	23 740
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	2 771 000
	(14 152 158)
Regularizações diversas	(33 630)
Saldo final	974 957

g) A proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 1993 é a seguinte:

Dividendos	9 200 000
Reserva Legal	1 826 600
Reserva para Investimentos	1 826 600
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes.....	24 810
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	2 771 000
Resultados Transitados.....	2 617 002

41 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo		Total
		Combustíveis	Materiais Diversos	
Existências Iniciais		9 888 379	9 947 822	19 836 201
Compras e Produções Internas	9 222 561	56 400 559	24 098 964	89 722 084
Regularização de existências		(4 202 320)	(414 452)	(4 616 772)
Existências finais		9 274 574	6 638 139	15 912 713
Custo do exercício	9 222 561	52 812 044	26 994 195	89 028 800

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

42 - Variação da Produção

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

	1993	1992
Existências finais	289 302	266 242
Existências iniciais	266 242	210 944
Variação do exercício	23 060	55 298

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

	1993	1992
Conselho de Administração	85 274	84 582
Conselho Fiscal	4 648	4 042
Mesa da Assembleia Geral	220	520
Total	90 142	89 144

44 - Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados por actividades e por mercados (interno e externo):

	1993		1992	
a) Vendas				
a.1) de energia eléctrica				
- Mercado Interno				
em Alta Tensão	40 224 447		51 140 261	
em Média Tensão	137 041 608		133 522 317	
em Baixa Tensão (> 39,6 KVA)	34 424 182		30 507 331	
em Baixa Tensão	243 039 450		212 741 906	
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	9 572 578		8 530 668	
	464 302 265		436 442 483	
- Mercado Externo	25 357	464 327 622	0	436 442 483
a.2) Outras - Mercado Interno				
Vapor	443 816		511 957	
Cinzas	557 193		471 773	
Materiais Diversos	439 666	1 440 675	572 809	1 556 539
b) Prestações de Serviços - Mercado Interno				
de Electricidade	1 471 421		1 348 897	
de Outros	1 647 831	3 119 252	1 549 719	2 898 616
		468 887 549		440 897 638

45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1993	1992		1993	1992
Juros Suportados	115 698 273	138 038 179	Juros Obtidos	4 470 954	4 709 346
Amortizações de Investimentos em Imóveis	2 147	1 746	Rendimentos de Imóveis	36 962	38 494
Provisões para Aplicações Financeiras	0	1 000 000	Rendimentos de Participações de Capital	26 687	20 053
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	86 627 063	34 743 653	Diferenças de Câmbio Favoráveis	19 992 948	23 761 019
Outros Custos e Perdas Financeiras	3 001 257	5 071 714	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	471 400	340 075
Resultados Financeiros	(175 551 603)	(140 349 117)	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	5 563	373
	29 777 137	38 506 175	Outros proveitos e ganhos financeiros	4 772 623	9 636 815
				29 777 137	38 506 175

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Financeiros* inclui entre outros os seguintes montantes:

	1993	1992
Comissões de empréstimos	2 140 627	4 153 630
Juros sobre a correcção de hidraulicidade (Nota 48.d)	469 526	0

b) A rubrica de *Juros Obtidos* inclui o montante de 3 191 097 referente a juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE por motivo de atraso na liquidação de facturação (em 1992 o montante era de 3 921 365).

c) A rubrica de *Outros Proveitos e Ganhos Financeiros* inclui entre outros os seguintes montantes:

	1993	1992
Juros sobre o défice do ex-FAT (Nota 48.d)	2 746 618	6 392 863
Juros sobre a Correcção de Hidraulicidade (Nota 48.d)	0	1 484 983
Compensações debitadas a Clientes de BT/IP por motivo de atraso na liquidação de facturação	1 955 370	1 697 952

46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1993	1992		1993	1992
Donativos	163 063	67 659	Restituição de Impostos	6 685	33 263
Dívidas Incobráveis	1 374 526	34 560 060	Recuperação de Dívidas	13 723	17 546
Perdas em Existências	107 936	291 236	Ganhos em Existência	93 227	183 408
Perdas em Imobilizações	1 241 364	1 101 340	Ganhos em Imobilizações	3 821 664	435 795
Multas e Penalidades	1 381	1 457	Benefícios de Penalidades Contratuais	139 682	3 436
Aumentos de Amortizações e Provisões	12 944	5 601	Reduções de Amortizações e Provisões	2 066 006	7 890
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	2 426 195	616 884	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	1 085 721	346 191
Outros Custos e Perdas Extraordinários	38 504 286	20 589 833	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	7 554 790	7 295 426
Resultados Extraordinários	(29 050 197)	(48 911 115)			
	14 781 498	8 322 955		14 781 498	8 322 955

a) A rubrica de *Dívidas Incobráveis* inclui em 1992 o montante de 32 283 569 referente à redução de igual montante da rubrica *Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo - Autarquias locais - Dívida de 31/12/88*.

b) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Extraordinárias* inclui o montante de 33 797 595 referente a Prémios para Pensões (em 1992 o montante era de 16 206 201).

c) A rubrica de *Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários* inclui entre outros os seguintes montantes:

	1993	1992
Compensação de amortizações de imobilizações participadas (Nota 03.b.i)	4 744 892	3 867 186
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão (Nota 03.b.ii)	2 290 175	2 204 889

48 - Outras Informações

a) Clientes

O montante da rubrica *Autarquias - Dívida consolidada em 31/12/88* é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para a EDP (alínea e) desta mesma nota), e de rendas devidas pela Empresa naquela data.

O Decreto-Lei n.º 103-B/89 de 4 de Abril, publicado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/89, definiu as condições de regularização das dívidas das autarquias até 31 de Dezembro de 1988 e criou mecanismos de carácter financeiro destinados à sua recuperação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

	1993	1992
Acréscimos de proveitos		
Energia a facturar, por consumos ocorridos até à data do Balanço	12 025 820	13 568 084
Outros acréscimos de proveitos	156 962	564 661
	<u>12 182 782</u>	<u>14 114 745</u>
Custos diferidos		
Reparações e beneficiações do imobilizado (Nota 03.g)	2 995 361	3 598 818
Encargos com emissão de obrigações (Nota 03.g)	812 395	1 160 905
Importação de energia eléctrica (pagamentos antecipados)	8 790 619	7 550 956
Outros custos diferidos	420 609	657 387
	<u>13 018 984</u>	<u>12 968 066</u>
Acréscimos de custos		
Juros de empréstimos a liquidar	24 273 019	38 984 253
Férias e subsídios de férias	8 117 949	8 061 664
Outros acréscimos de custos	3 657 088	5 709 847
	<u>36 048 056</u>	<u>52 755 764</u>
Proveitos diferidos		
Subsídios para investimento	68 754 143	48 546 897
Outros proveitos diferidos	11 061	36 406
	<u>68 765 204</u>	<u>48 583 303</u>

i) Os movimentos na rubrica *Reparações e Beneficiações de Imobilizado* foram os seguintes:

	1993	1992
Saldo inicial	3 598 818	4 790 198
Acréscimos do exercício	795 701	841 695
Transferências para resultados	1 399 158	2 033 075
	<u>2 995 361</u>	<u>3 598 818</u>

ii) A rubrica *Subsídios para Investimento* representa os valores recebidos a partir do exercício de 1991 inclusivé, deduzido da amortização anual. Os subsídios recebidos até ao exercício de 1990 estão mostrados na rubrica *Reserva para Investimento* (Nota 40.b).

Os subsídios recebidos no exercício ascendem a 22 613 839, neles se incluindo 4 569 533 de fundos comunitários da CEE.

c) Outros Devedores e Outros Credores – Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	1993	1992
Outros devedores		
Devedores por fornecimento de outros bens e prestações de serviços	4 018 974	2 891 344
Tejo Energia – valores a regularizar	8 702 593	
Devedores diversos	3 844 960	741 552
Total	<u>16 566 527</u>	<u>3 632 896</u>
Outros credores		
Fornecedores de imobilizado com facturas em recepção e conferência	7 876 661	7 820 224
Obrigacionistas	692 748	1 057 213
RDP – taxas de radiodifusão	2 392 111	3 245 596
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores	1 778 024	1 135 894
Credores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços		1 978 109
Rendas de concessão	2 412 902	(*)
Credores diversos	2 393 971	2 346 465
Total	<u>17 546 417</u>	<u>17 583 501</u>

(*) Rubrica não individualizada em 1992.

d) Correção de Hidraulicidade e Défice do ex-FAT

i) Correção de Hidraulicidade

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

	1993	1992
Saldo inicial	10 000 000	1 462 793
Diferencial positivo debitado	7 355 886	22 423 866
Encargos financeiros debitados (Nota 45.c)	0	1 484 983
Encargos financeiros creditados (Nota 45.c)	469 526	0
Agravamento creditado (contribuição para o nível de referência do saldo da conta)	5 070 799	32 446 056
Saldo final	8 184 439	10 000 000

Os custos e proveitos movimentados nesta rubrica e propostos pela EDP, estão sujeitos à aprovação por despacho do ministro da Indústria e Energia.

ii) Défice do ex-FAT

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

	1993	1992
Saldo inicial	33 336 779	61 931 621
Encargos financeiros debitados (Nota 45.c)	2 746 618	6 392 863
Adicionais à tarifa creditados	28 508 289	34 987 705
Saldo final	7 575 108	33 336 779

e) Imobilizados em Integração Compensados

Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para imobilizações corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolo de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias (Nota 10.c.ii).

f) Provisão para Riscos e Encargos

Corresponde à provisão para seguros de conta própria (quota-parte do risco assumido pela Empresa).

g) Rendas de concessão e de centros electroprodutores

Incluem-se nesta rubrica os seguintes montantes:

	1993	1992
Rendas de concessões pagas às autarquias (Notas 00.c e 03.b.ii)	15 404 908	11 147 118
Rendas de centros electroprodutores pagas às autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica	1 270 287	1 058 546
Total	16 675 195	12 205 664

h) Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração referem-se a subsídios do Fundo Social Europeu e do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

i) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	1993	1992
Consumo de materiais	22 456 524	16 475 933
Encargos directos internos (Nota 03.i)	3 095 639	4 250 456
Encargos de Estrutura Central e Regional (Nota 03.i)	18 331 869	14 045 911
Encargos financeiros (Nota 03.h)	24 577 494	40 074 825
Diferenças de Câmbio (Nota 03.h)	12 550 572	3 882 210
Outros trabalhos para a própria Empresa	1 468 104	2 923 775
Total	82 480 202	81 653 110

j) Decomposição dos *Empréstimos* por Mercado e por Moeda (*)

	1993	1992
XEU	108 579 223	120 234 706
DEM	107 333 508	169 643 519
FRF	24 802 658	31 094 564
BEF	14 789 502	16 500 217
NLG	12 793 591	14 250 247
ESP	949 491	1 166 688
ITL	636 835	956 616
GBP	408 604	237 311
GRD	363 980	240 520
LUF	48 596	123 494
(1) Moedas CEE	270 705 988	354 447 882
USD	39 476 565	38 876 909
CHF	38 063 177	55 072 639
ESC	15 398 459	10 318 750
JPY	13 706 758	13 874 873
SEK	382 883	0
(2) Outras Moedas	107 027 842	118 143 171
(3) Mercado externo (1) + (2)	377 733 830	472 591 053
(4) Mercado interno	501 354 366	538 431 968
(5) Total (3) + (4)	879 088 196	1 011 023 021

(*) Esta rubrica encontra-se decomposta no Balanço em:
 - Empréstimo por obrigações - não convertíveis - médio e longo prazo
 - Dívidas a instituições de crédito - médio e longo prazo
 - Empréstimos por obrigações - não convertíveis - curto prazo
 - Dívidas a instituições de crédito - curto prazo

k) Custos com o pessoal

Para além dos encargos referidos na rubrica *Custo com o Pessoal*, os trabalhadores da Empresa beneficiam, em termos de contratação colectiva em vigor, de um contingente de energia eléctrica a preços reduzidos, a que corresponde um benefício total de 2084 milhares de contos.

l) Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do Art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro, encontra-se em fase de preparação o processo de reestruturação da Empresa, o qual conduzirá a que, por meio de cisões simples, se proceda à formação de novas sociedades anónimas, sendo o capital destas, nos termos do n.º 1 do Art.º 10.º do citado diploma, correspondente ao valor do activo, líquido do passivo, que para cada uma for destacado do património da EDP.

Em princípio, o capital social das novas sociedades será subscrito ou realizado exclusivamente pela EDP.

Prevê-se que este processo esteja concluído durante o 1.º semestre de 1994.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 1993

Actividades Operacionais

Resultado líquido do exercício	18 266 012
Ajustamentos:	
Amortizações	98 499 255
Provisões	(1 542 775)
Dívidas incobráveis	1 374 526
Correcção de hidráulicidade	(2 285 087)
Adicionais à tarifa para o ex-FAT	25 761 671
Distrib. p/ aplic. result. - corpos sociais e trabalhadores	(2 794 740)
Resultados financeiros	183 216 044
Variação das dívidas de terceiros a curto prazo	5 309 190
Variação das existências	3 985 530
Variação das dívidas a terceiros a curto prazo	9 835 644
Variação dos proveitos diferidos	(25 345)
Variação dos acréscimos de proveitos	1 931 963
Variação dos custos diferidos	(654 375)
Variação dos acréscimos de custos	(16 707 708)
Ganhos na alienação de imobilizações	(3 821 664)
Perdas na alienação de imobilizações	1 241 364
Variação das dívidas de terceiros a M/L prazo	(151 222)
Variação das dívidas a terceiros a M/L prazo	(3 556 587)
Fluxos das Actividades Operacionais (1)	317 881 696

Actividades de Investimento

Recebimentos provenientes de:

Investimentos financeiros	510 544	
Imobilizações corpóreas	143 133 271	
Subsídios ao investimento	17 980 354	
Juros e proveitos similares	211 039	
Dividendos	26 687	161 861 895

Pagamentos respeitantes a:

Investimentos financeiros	4 855 273	
Imobilizações corpóreas	161 554 489	
Imobilizações incorpóreas	60 658	
Grandes reparações	795 701	167 266 121

Fluxos das Actividades de Investimento (2)

(5 404 226)

Actividades de Financiamento

Recebimentos provenientes de:

Empréstimos obtidos	207 665 676	207 665 676
---------------------------	-------------	-------------

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos obtidos	366 283 788	
Juros e custos similares	138 514 526	
Dividendos	8 000 000	512 798 314

Fluxos das Actividades de Financiamento (3)

(305 132 638)

Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)

7 344 832

Efeito das diferenças de câmbio

22 166 543

Caixa e seus equivalentes no início do período

(6 723 503)

Caixa e seus equivalentes no fim do período

621 329

Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes

Rubricas	1993	1992
Numerário	2 796 796	7 643
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis equivalentes a caixa	(2 175 467)	(6 731 146)
Descobertos bancários	(2 775 467)	(6 731 146)
Outras aplicações de tesouraria	600 000	0
Caixa e seus equivalentes	621 329	(6 723 503)
Outras disponibilidades	0	0
Disponibilidades constantes do Balanço	621 329	(6 723 503)

Outras Informações

A rubrica *Correcção de Hidráulicidade* encontra-se definida na nota 03.l do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, e o seu movimento no exercício encontra-se discriminado na nota 48.d.i do citado anexo.

A rubrica *Adicionais à tarifa para o ex-FAT* encontra-se definida na nota 03.k do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, e o seu movimento no exercício encontra-se discriminado na nota 48.d.ii do citado anexo.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 1993

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Unidade: Contos

ORIGEM DE FUNDOS			APLICAÇÃO DE FUNDOS		
INTERNAS:			DISTRIBUIÇÕES:		
Resultados líquidos	18 266 012		Por aplicação de resultados	10 794 740	10 794 740
Amortizações e reintegrações do exercício	104 137 222				
Varição das provisões	(1 542 776)		MOVIMENTOS FINANCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO:		
Diferencial do Ex-FAT e corr. hidráulicidade	(4 562 179)		Aumentos de Investimentos Financeiros:		
Correcção de origens de exercícios anteriores	(33 630)	116 264 649	Partes de capital	2 615 014	
			Outras aplicações financeiras	2 240 259	4 855 273
EXTERNAS:			Diminuições das Dívidas a Terceiros a M/L Prazo:		
MOVIMENTOS FINANCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO:			Empréstimos bancários	38 923 739	
Diminuições de Investimentos Financeiros:			Empréstimos por obrigações	19 155 000	58 078 739
Partes de capital	150 617		Aumento das Dívidas de Terceiros a M/L Prazo:		
Outras aplicações financeiras	463 212	613 829	Accionistas	2 864 260	2 864 260
Diminuições das Dívidas de Terceiros M/L prazo:			AUMENTOS DE IMOBILIZAÇÕES:		
Autarquias - dívida em 31/12/88	2 713 038		Trabalhos da Empresa para ela Própria:		
Défiçe do Ex-FAT (adicionais)	28 508 289		Imobilizações em curso	43 882 891	
Défiçe do Ex-FAT	7 575 108		Conservação diferida	795 701	
Outras origens	6 716 748	45 513 183	Aquisições de Imobilizações:		
			Imobilizações corpóreas	11 956 703	
Aumentos das Dívidas a Terceiros a M/L Prazo:			Imobilizações Incorpóreas	60 658	
Outros credores	408 992	408 992	Imobilizações em curso	110 348 380	157 044 333
DIMINUIÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES:			ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Imobilizações corpóreas	148 070 895	148 070 895	Custos diferidos		654 449
ACRÉSCIMOS DE DIFERIMENTOS:			AUMENTO DOS FUNDOS CIRCULANTES		89 193 593
Proveitos diferidos - Subsídios p/ investimento		22 613 839			333 485 387
		333 485 387			

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

Unidade: Contos

ACTIVAS			PASSIVAS		
AUMENTOS DAS EXISTÊNCIAS			DIMINUIÇÕES DAS EXISTÊNCIAS		
Produtos e trabalhos em curso	23 060	23 060	Combustíveis p/ produção de electricidade	613 805	
			Materiais diversos	3 309 683	
AUMENTO DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO			Adiantamentos por conta de compras	85 102	4 008 590
Cientes - títulos a receber	100,764				
Estado e outros entes públicos	1 855 340		DIMINUIÇÕES DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO		
Défiçe do ex-FAT	7 575 108		Cientes c/ gerais	10 709 732	
Outros devedores	12 931 608	22 462 820	Cientes de cobrança duvidosa	784 577	11 494 309
DIMINUIÇÕES DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO			AUMENTO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO		
Depósitos à ordem	3 955 679		Fornecedores c/ gerais	19 828	
Empréstimos por obrigações não convertíveis	12 261 500		Fornecedores - Fact. em recepção e conferência	616 565	
Empréstimos bancários	57 638 907		Fornecedores de imobilizado c/c Estado e outros entes públicos	8 783 193	9 874 751
Adiantamentos por conta de vendas	241				
Adiantamentos de clientes	1 781		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Outros credores	37 085	73 895 193	Acréscimos de proveitos	1 931 963	
			Outros custos diferidos	13	1 932 036
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de custos	16 707 708		AUMENTO DOS FUNDOS CIRCULANTES		89 193 593
Proveitos diferidos	25 345	16 733 053			116 503 279
AUMENTOS DE DISPONIBILIDADES					
Títulos negociáveis e out. aplic. tesouraria	600 000				
Caixa	2 789 153	3 389 153			
		116 503 279			

VARIAÇÃO DOS ELEMENTOS DOS FUNDOS CIRCULANTES



ÍNDICE

Certificação Legal de Contas	79
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	80
Parecer dos Auditores Independentes	82
Parecer dos Auditores Externos	84
Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas	85

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1993, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 2247209989 contos e um total de capital próprio de 1164476711 contos, incluindo um resultado líquido de 18266012 contos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi executado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

— a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

— a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua

divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade.

— a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 1993 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASES

7. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

7.1 Consideram-se as demonstrações financeiras da EDP, em 31 de Dezembro de 1993, elaboradas em obediência ao princípio da continuidade das operações, na presunção de que as empresas resultantes da cisão, a realizar em 1994 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 7/91, de 8 de Janeiro, assumam todos os activos e passivos da actual empresa.

7.2 A contabilização da Correção de Hidraulicidade de acordo com o disposto em lei específica, não permite a obediência ao princípio de especialização de exercícios. Em consequência desta derrogação, os resultados do exercício de 1993 estão acrescidos de 1816 milhares de contos.

Lisboa, 14 de Março de 1994

António de Moura Rodrigues, em representação de
J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção, SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

Senhores Accionistas

Nos termos da lei e dos estatutos da Empresa apresentamos a V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão do Conselho de Administração da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., relativamente ao exercício de 1993.

1. Em 1993, este Conselho acompanhou com regularidade a gestão da Empresa através da participação em reuniões com o Conselho de Administração e da apreciação de relatórios periódicos, actas, documentos e informações contabilísticas e outras, emitindo-se relatórios e pareceres.

No final do ano, examinámos atentamente o balanço, a demonstração de resultados, o respectivo anexo e o relatório de gestão do Conselho de Administração, documentos que estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas legais e estatutárias, com legislação especificamente aplicável à EDP e com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

2. A evolução da actividade da Empresa em 1993 mostra que se confirmaram as perspectivas de bons resultados finais para a Empresa, tanto económicos como financeiros, característicos de uma gestão do Conselho de Administração, que nos merece elevado apreço, e da actuação eficiente e meritória dos seus colaboradores.

O relatório do Conselho de Administração descreve com clareza e desenvolvimento adequado as linhas estratégicas fundamentais, as políticas adoptadas, os esforços desenvolvidos, os factos mais significativos da vida da Empresa em 1993 e as perspectivas de evolução, merecendo realce, o seguinte:

- A Empresa cumpriu os objectivos económicos e financeiros, como tem acontecido nos últimos exercícios, apesar de sofrer directamente os efeitos da desvalorização do escudo e de um regime hidrológico inferior à média.

- Prosseguiu a política de investimentos, destacando-se o reforço do investimento na rede de distribuição e a continuação dos investimentos visando o aumento da capacidade produtiva.

Em 1993, a Empresa investiu, a custos totais, cerca de 162 milhões de contos, valor extremamente relevante no actual panorama empresarial nacional.

- Venda da Central Termoeléctrica do Pego, que permitiu significativo decréscimo do endividamento da Empresa, com repercussões futuras positivas no nível dos custos financeiros.

- Prioridade da Empresa na melhoria qualitativa dos serviços prestados aos clientes, esforço que engloba o desagravamento das tarifas, principalmente as do sector produtivo, de acordo com orientações da política energética, no sentido de o cliente final partilhar nos ganhos de produtividade da EDP.

- Melhoria continuada dos sistemas contabilísticos, administrativos e de controlo interno, apoiados em evoluídos sistemas informáticos.

- Iniciação e conclusão até final de Fevereiro de 1994, dos estudos internos da reestruturação da EDP, propostos pela Empresa para aprovação pelo accionista, trabalho extenso e complexo, cuja execução foi possível graças à competência e empenhamento do Conselho de Administração da Empresa e dos seus quadros e técnicos especializados.

3. Os resultados líquidos de 1993 (18,3 milhões de contos positivos) evidenciam um crescimento de 8,8%, relativamente ao ano anterior, e estão influenciados particularmente pelo seguinte:

- O Fundo de Pensões foi robustecido através de uma dotação extraordinária de 33 milhões de contos, reforço suficiente face ao estudo actuarial e aos prazos estabelecidos para cobertura integral do valor de carência do Fundo.

- Perdas cambiais excepcionalmente elevadas (com um saldo líquido final de 66,6 milhões de contos), atenuadas pela eficácia da gestão financeira e pela evolução favorável das taxas de juro.
 - Correção de Hidraulicidade: o regime hidrológico, em 1993, provocou um sobrecusto de 7,4 milhões de contos, tendo a Empresa contribuído para o nível de referência com 5,1 milhões de contos.
 - O valor líquido das vendas de energia eléctrica cresceu 6,4%, relativamente a 1992, consequência do ligeiríssimo acréscimo do consumo (0,2%), da variação tarifária (+4,8%) e de alterações na estrutura das vendas.
 - As amortizações do imobilizado cresceram em resultado fundamentalmente da reavaliação efectuada em 1992 e da entrada em exploração de novos investimentos.
 - Estabilidade do preço dos combustíveis.
 - Cobrança mais rigorosa da facturação corrente.
 - Continuação das políticas de empenhamento e envolvimento do pessoal na gestão, de racionalização de efectivos e de ajustamento das categorias profissionais de 346 para 128.
 - Evolução muito lenta da recuperação de dívida atrasada de algumas Autarquias, funcionando o mecanismo de retenção do Fundo de Equilíbrio Financeiro, enquanto não forem feitos acordos de pagamento. Considera este Conselho Fiscal que devem prosseguir as diligências necessárias à regularização desta dívida, dada a importância do seu valor.
4. Apreciamos a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no seu relatório, que, à luz do disposto no estatuto da Empresa e na lei comercial, é merecedora da nossa concordância.

5. Apreciamos o relatório de fiscalização anual elaborado pelo membro deste Conselho Fiscal, que fica fazendo parte deste parecer e a certificação legal de contas, que mereceu o nosso acordo.
6. O Conselho Fiscal manifesta o seu muito apreço por todos os esclarecimentos, informações e apoios necessários ao desempenho da sua actividade, recebidos do Conselho de Administração e de todos os órgãos e pessoal com quem contactou.
7. Tendo em conta o referido anteriormente, este Conselho Fiscal é de PARECER que:
- 1.º - Aproveis o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivo Anexo, relativos a 1993.
 - 2.º - Aproveis a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 17 de Março de 1994

O CONSELHO FISCAL

Dr. Sérgio Espadas, *Presidente*
 Eng.º Manuel Luís Norton Brandão, *Vogal*
 Dr. António de Moura Rodrigues, *Vogal (ROC)*,
em representação de J. Brandão, M. Rodrigues
& B. Assunção, SROC

ÂMBITO

Nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 341.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria das contas e da situação financeira que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas da empresa EDP - Electricidade de Portugal, S.A., os quais compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço em 31 de Dezembro de 1993, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivo Anexo.

RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a elaboração da informação financeira contida nos documentos de prestação de contas. A nossa responsabilidade como auditores externos consiste em verificar a informação financeira, designadamente no que respeita a suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, com o objectivo de expressar uma opinião independente sobre essa informação, baseada na auditoria.

EXAME EFECTUADO

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que planeemos e realizemos uma auditoria de forma a que se obtenha uma garantia razoável quanto a se a informação financeira contém, ou não, distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui, numa base de amostragem, a verificação das provas relevantes que suportam as quantias e as divulgações constantes da informação financeira, a avaliação das estimativas e julgamentos significativos do Conselho de Administração na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, a verificação de as políticas contabilísticas adoptadas serem adequadas, tendo em conta as circunstâncias, e serem

consistentemente aplicadas e apropriadamente divulgadas, e de ser válida a base da continuidade das operações.

A nossa opinião abrange o relatório de gestão, tendo o nosso trabalho incluído a verificação da consistência de tal relatório com a restante informação financeira constante dos documentos de prestação de contas. Face ao exame realizado entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião.

OUTROS ASPECTOS

Devido ao cumprimento das regras estabelecidas em legislação específica pela qual se rege, e tal como está referido no Anexo (Nota 3 alínea (1)), a Empresa derroga o princípio de especialização dos exercícios no que respeita à contabilização dos movimentos da Correção de Hidraulicidade. Assim, o saldo da Correção de Hidraulicidade mostrado no Passivo como dívidas de terceiros-médio e longo prazo, no montante de 8184 milhares de contos, destina-se efectivamente a compensar a eventual ocorrência futura da situação de hidraulicidade desfavorável. Em consequência deste critério específico os resultados do exercício são mostrados aumentados de um montante de 1816 milhares de contos (1992: 8537 milhares de contos de efeito negativo).

OPINIÃO SEM RESERVAS COM ÊNFASES

Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos de prestação de contas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de EDP - Electricidade de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 1993, bem como os resultados das suas operações e dos fluxos de caixa no exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites (derrogados como atrás referido) e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas na base da continuidade das operações, como indicado na Nota 1 do Anexo. Como referido na Nota 48 alínea 1) do Anexo, é previsível que, nos termos e em cumprimento do Decreto-Lei n.º 7/91, de 8 de Janeiro, durante o primeiro semestre de 1994 se desenvolva e concretize o processo de cisão da Sociedade, passando as empresas cinditárias a operar autonomamente no âmbito das actividades cometidas até então à EDP.

Consequentemente, a validade do princípio da continuidade das operações como base de preparação das demonstrações financeiras em referência a 31 de Dezembro de 1993 depende de as empresas cinditárias e de a empresa cindida assumirem em toda a extensão os actuais activos e passivos da Empresa.

Lisboa, 9 de Março de 1994

M. Oliveira Lima & R. Neves da Silva
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:
Rui Neves da Silva

**PARECER
DOS AUDITORES
EXTERNOS**

Auditámos o Balanço de EDP - Electricidade de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 1993, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Chamamos a atenção para o facto de que, devido ao cumprimento das regras estabelecidas em legislação específica pela qual se rege, e tal como está referido no Anexo (Nota 3 alínea (1)), a Empresa derroga o princípio de especialização dos exercícios no que respeita à contabilização dos movimentos da Correção de Hidraulicidade. Assim, o saldo da Correção de Hidraulicidade mostrado no Passivo como Dívidas de terceiros-médio e longo prazo, no montante de 8184 milhares de contos, destina-se efectivamente a compensar a eventual ocorrência futura da situação de hidraulicidade desfavorável. Em consequência deste critério específico os resultados do exercício são mostrados aumentados de um montante de 1816 milhares de contos (1992: 8537 milhares de contos de efeito negativo).

Em nossa opinião as demonstrações financeiras atrás mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação finan-

ceira de EDP - Electricidade de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 1993, bem como os resultados das suas operações e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (derrogados como atrás referido).

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas na base da continuidade das operações, como indicado na Nota 1 do Anexo. Como referido na Nota 48 alínea (1) do Anexo, é previsível que, nos termos e em cumprimento do Decreto-Lei n.º 7/91, de 8 de Janeiro, durante o primeiro semestre de 1994 se desenvolva e concretize o processo de cisão da Empresa, passando as empresas cinditárias a operar autonomamente no âmbito das actividades cometidas até então à EDP. Consequentemente, a validade do princípio da continuidade das operações como base de preparação das demonstrações financeiras em referência a 31 de Dezembro de 1993 depende de as empresas cinditárias e de a empresa cindida assumirem em toda a extensão os actuais activos e passivos da Empresa.

Lisboa, 9 de Março de 1994

ERNST & YOUNG E CIA.

Acta Número Nove

«(...) tendo o representante do Estado, accionista único da Empresa, em cumprimento do mandato que lhe foi conferido por Despacho Conjunto dos Secretários de Estado Adjunto e das Finanças e da Energia, anexo II a esta acta, declarado:

“Votar favoravelmente o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de mil novecentos e noventa e três, com as ênfases expressas na Certificação Legal de Contas”.

Passando imediatamente ao ponto DOIS da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao representante do Estado que, ainda de acordo com o mandato já referido ditou para a acta a seguinte declaração:

“Votar favoravelmente a seguinte proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração:

• Reserva legal 1 816 600 000\$00
(mil oitocentos e dezasseis milhões e seiscentos mil escudos)

• Distribuição de Resultados
aos Corpos Gerentes 24 810 000\$00
(vinte e quatro milhões oitocentos e dez mil escudos)

• Distribuição de Resultados
aos Trabalhadores 2 771 000 000\$00
(dois mil setecentos e setenta e um milhões de escudos)

• Reserva para Investimentos 1 826 600 000\$00
(mil oitocentos e vinte e seis milhões de escudos)

• Resultados Transitados 2 617 001 821\$00
(dois mil seiscentos e dezassete milhões mil oitocentos e vinte e um escudos)

• Dividendos 9 200 000 000\$00
(nove mil e duzentos milhões de escudos)

(...))».



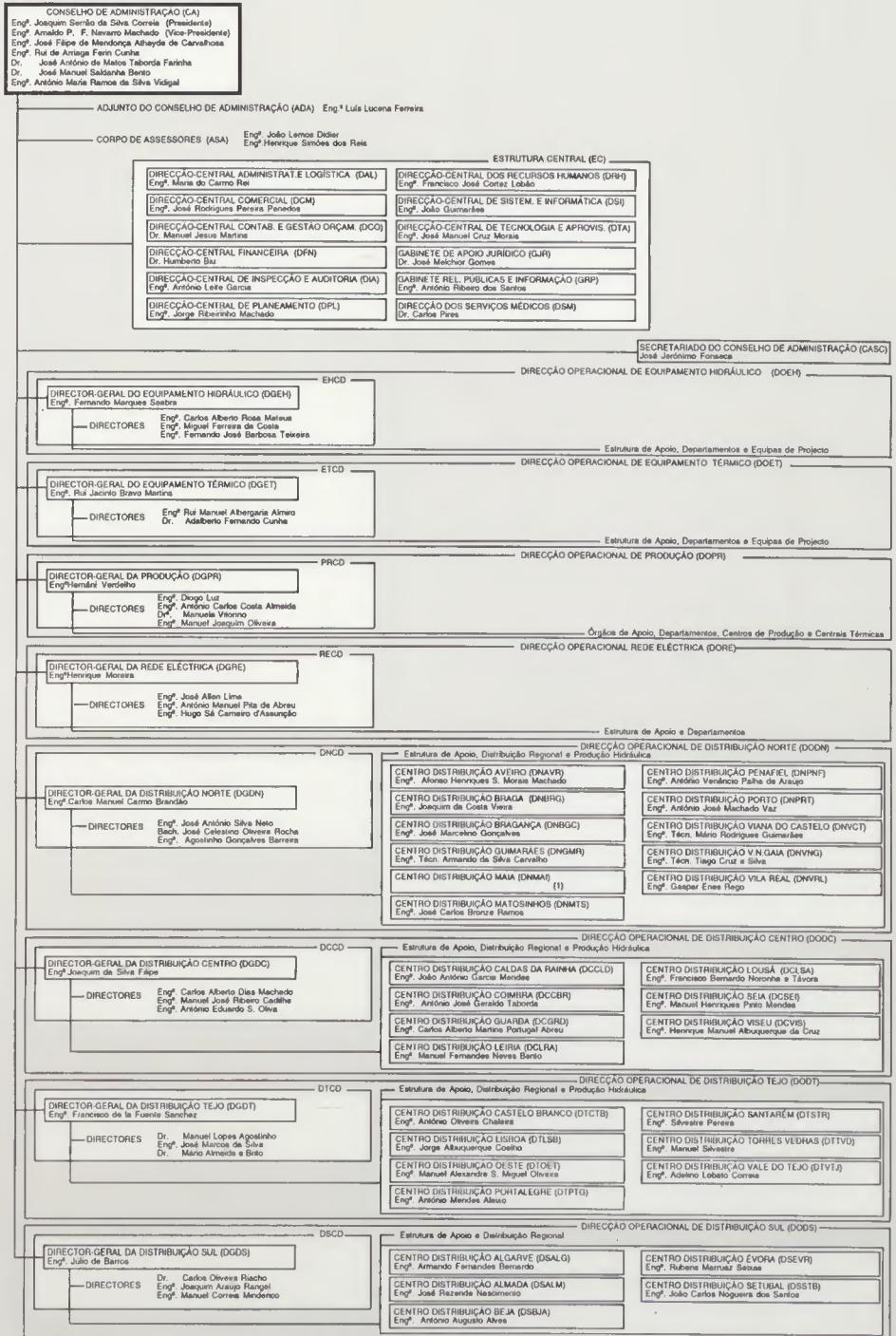
Vista geral do aproveitamento hidroeléctrico de Carrapateiro Rio Douro

Anexo Estatístico

ÍNDICE

Organigrama da EDP	88
Principais Elementos Estatísticos	89
Alguns Indicadores Relevantes	90
Evolução dos Investimentos Anuais	91
Financiamentos	91
Evolução dos Investimentos a Custos Técnicos	92
Combustíveis e Aquisição de Energia Eléctrica	93
Consumos de Electricidade Segundo os Destinos	93
Balço Anual da Energia Eléctrica	94
Consumos Industriais e Agrícolas	94
Distribuição	95

ORGANIGRAMA DA EDP - Dezembro 1993



SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 1993
EDP-45 DSI

(1) Chefia avocada pelo Director Eng.º Agostinho Gonçalves Barrera

PRINCIPAIS ELEMENTOS
ESTATÍSTICOS

	Unidades	1989	1990	1991	1992	1993 Provisório
ÍNDICE DE PRODUT. HIDROELÉCTRICA	—	0,62	0,78	0,83	0,41	0,73
PRODUÇÃO	GWh	23 945,3	26 467,2	27 564,1	27 584,9	27 916,6
Centrais hidroeléctricas	GWh	5 966,7	9 186,0	9 049,6	4 957,9	8 386,7
Centrais termoeléctricas	GWh	17 978,6	17 281,2	18 514,5	22 627,0	19 529,9
RECEPÇÃO DE OUTROS PRODUTORES VINCULADOS	GWh	—	—	—	—	105,9
SALDO DAS TROCAS COM O ESTRANGEIRO (a)	GWh	1 164,6	37,1	92,0	1 340,9	175,2
RECEPÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS (DL 189/88)	GWh	36,0	57,7	84,5	129,9	481,9
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	GWh	371,8	209,3	189,8	611,3	284,0
CONSUMOS E PERDAS NAS CENTRAIS	GWh	1 179,2	1 196,8	1 186,4	1 350,3	1 242,1
CONSUMOS REFERIDOS À EMISSÃO	GWh	23 594,9	25 156,0	26 364,4	27 094,1	27 153,5
VENDAS DE ENERGIA ELÉCTRICA	GWh	20 658,4	21 892,6	23 200,5	23 958,8	23 989,4
A outros distribuidores	GWh	1 104,1	1 142,5	1 200,0	594,8	80,4
A consumidores directos: AT/MT	GWh	10 699,0	11 153,9	11 379,6	11 554,2	11 069,9
A consumidores directos: BT	GWh	8 855,3	9 596,2	10 620,9	11 809,9	12 839,1
RECEITAS DA VENDA DE ELECTRICIDADE (b)	1000 contos	293 057	345 403	417 309	471 430	492 811
COMBUSTÍVEIS PARA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE	1000 contos	61 739	53 949	55 677	60 461	52 812
AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA	1000 contos	5 895	745	2 950	11 042	9 223
INVESTIMENTO TOTAL	1000 contos	96 777	126 915	159 120	179 909	161 847
INVESTIMENTO AFECTO À ELECTRICIDADE (c)	1000 contos	93 596	122 125	153 404	173 508	152 763
POT. INSTALADA NAS CENTRAIS (em 31 Dez.)	MW	6 599,8	6 623,8	6 621,3	6 923,2	7 589,4
Centrais hidroeléctricas da EDP	MW	3 065,1	3 069,1	3 066,6	3 368,5	3 727,1
Centrais termoeléctricas da EDP	MW	3 534,7	3 554,7	3 554,7	3 554,7	3 554,7
Centrais termoeléctricas de outros produtores vinculados	MW	—	—	—	—	307,6
POTÊNCIA MÁXIMA REFERIDA À PRODUÇÃO (d)	MW	4 474	4 965	5 109	5 316	5 167
INSTALAÇÕES EM SERVIÇO (em 31 Dez.)						
Rede de Transporte						
Subestações - Potência de transformação	MVA	11 635	12 148	13 165	13 930	14 535
Comprimento das linhas	km	5 778	5 832	5 670	5 822	5 864
Distribuição						
Subestações - Potência de transformação	MVA	9 317	9 879	10 112	10 964	11 257
Comprimento das linhas AT/MT	km	44 191	46 136	47 996	49 564	50 551
Cabos subterrâneos AT/MT	km	5 511	5 829	6 142	7 064	7 445
Postos de transformação - Potência instalada	MVA	6 722	7 191	7 622	8 600	9 011
Comprimento das linhas BT	km	74 505	77 138	79 069	80 294	81 131
Cabos subterrâneos BT	km	11 228	12 211	13 053	15 663	16 503
Contadores	Milhares	4 022	4 129	4 246	4 513	4 611
NÚMERO DE CONSUMIDORES (em 31 Dez.)	Milhares	4 017,0	4 122,0	4 233,1	4 504,4	4 587,6
Em Alta e Média tensão	Milhares	12,8	13,3	13,8	14,7	15,2
Em Baixa Tensão	Milhares	4 004,2	4 108,7	4 219,3	4 489,8	4 572,4
EFFECTIVOS DE PESSOAL (em 31 Dez.)	—	21 704	20 485	19 078	18 229	17 152

(a) Saldo das trocas com o estrangeiro: Importação - Exportação.

(b) Com FAT e sem *Permuta de energia eléctrica com o estrangeiro (saldo)*.

(c) Deduzido o valor dos investimentos em aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos (Aguieira/Raiva e Alqueva), na parte não afectada à electricidade.

(d) Ponta referente apenas às quartas-feiras até ao ano de 1990 inclusive.

ANEXO ESTATÍSTICO

ALGUNS INDICADORES
RELEVANTES

	1989	1990	1991	1992	1993
Rendabilidade dos Capitais Próprios					
Result. Líquidos / Capitais Próprios (%)	0,0	1,2	1,7	1,4	1,6
Rendabilidade Económica Líquida					
Result. Oper. + Prov. Financeiros / Activo (%)	8,1	7,1	9,6	8,4	9,7
Rendabilidade Económica Bruta					
Resultado Bruto / Activo (%)	10,1	10,1	11,9	10,5	12,9
Rotação do Activo					
Vendas / Activo (%)	17,0	16,2	19,3	18,7	21,0
Autonomia Financeira					
Capital Próprio / Activo (%)	29,5	41,9	41,7	49,0	51,8
Liquidez Geral					
Capitais Circul. / Passivo Curto Prazo (%)	62,6	48,5	60,7	49,4	54,7
Estrutura Financeira					
Passivo MLP / Capitais Próprios (%)	188,3	102,1	112,5	81,0	70,9
Capacidade de Autofinanciamento					
Cash Flow / Investimento Custos Técnicos (%)	99,8	80,8	102,4	77,5	96,9
Cobertura do Imobilizado					
Capitais Permanentes / Activo Fixo (%)	111,7	101,5	102,1	95,1	94,4
Solvabilidade Total					
Activo / Passivo (%)	141,8	172,2	171,5	196,3	207,8
Prazo Médio de Recebimentos					
Cred. Correntes Clientes / Vendas x 12	4,2	3,1	2,0	1,3	1,3
Taxa de Cobertura das Existências Totais (meses)					
Existências / Consumos x 12	3,6	4,6	3,7	2,9	2,4
Taxa de Cobertura de Comb. para Produção (meses)					
Existências / Consumos x 12	2,1	3,1	2,4	2,0	2,1
Taxa de Cobertura de Mat. Diver. (meses)					
Existências / Consumos x 12	8,1	8,4	6,5	5,6	3,0
V.A.B. Per-Capita (Milhares contos)					
V.A.B. / Efectivos	10,3	13,2	17,1	18,8	22,8
Vendas Per-Capita (Milhares contos)					
Vendas / Efectivos	12,6	15,8	20,3	22,5	27,3

Milhares de contos			Composição (%)		
Ano	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Custo Total	Custos Técnicos	Encargos Financeiros
1984	52 616	65 180	117 796	44,7	55,3
1985	61 712	67 237	128 949	47,9	52,1
1986	65 344	44 538	109 882	59,5	40,5
1987	73 300	34 994	108 294	67,7	32,3
1988	73 961	32 998	106 959	69,1	30,9
1989	73 799	22 978	96 777	76,3	23,7
1990	105 328	21 587	126 915	83,0	17,0
1991	125 238	33 882	159 120	78,7	21,3
1992	135 952	43 957	179 909	75,6	24,4
1993	124 719	37 128	161 847	77,1	22,9

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS ANUAIS

Designação	Saldo no início do ano (câmbio de utilização)	Movimento no exercício		Saldo no fim do exercício		Diferenças de câmbio
		Utilizações	Amortizações	Ao câmbio de utilização	Ao câmbio de 92/12/31	
Contos						
MERCADO INTERNO						
Médio e Longo Prazo						
Obrigações	153 761 500	0	32 511 500	121 250 000	121 250 000	
Créditos Financeiros	340 659 323	40 727 412	78 308 760	303 077 974	303 077 974	
	494 420 823	40 727 412	110 820 260	424 327 974	424 327 974	0
Curto Prazo						
Créditos Financeiros Bilateral	37 280 000	99 640 000	135 920 000	1 000 000	1 000 000	
	531 700 823	140 367 412	246 740 260	425 327 974	425 327 974	0
MERCADO EXTERNO						
Médio e Longo Prazo						
Créditos Financeiros	436 278 773	(9 936 298)	57 775 622	341 257 882	409 095 487	(67 837 605)
Crédito ao Equipamento	14 341 697	3 444 473	2 575 371	14 112 193	17 010 172	(2 897 979)
Obrigações	9 090 000			8 351 900	10 185 000	(1 833 100)
	459 710 470	(6 491 825)	60 350 993	363 721 975	436 290 659	(72 568 684)
Curto Prazo						
Créditos Financeiros	8 758 760	35 787 377	44 391 254			0
Créditos Fornecedores	4 121 823	38 002 710	27 932 386	14 011 855	14 694 095	(682 241)
	12 880 583	73 790 087	72 323 640	14 011 855	14 694 095	(682 241)
	472 591 053	67 298 262	132 674 633	377 733 830	450 984 754	(73 250 925)
TOTAL	1 004 291 876	207 665 674	379 414 893	803 061 804	876 312 728	(73 250 925)

FINANCIAMENTOS

ANEXO ESTATÍSTICO

Milhares de contos

**EVOLUÇÃO DOS
INVESTIMENTOS
A CUSTOS TÉCNICOS**

Preços Correntes					
Ano	Total	Investimento afecto a electricidade			
		Produção	Transporte	Distribuição	Total
1984	52 616	29 203	5 064	15 282	49 549
1985	61 712	32 939	7 490	18 228	58 657
1986	65 334	35 709	8 238	18 774	62 721
1987	73 300	36 190	7 600	25 562	69 352
1988	73 961	33 079	5 379	32 090	70 548
1989	73 799	26 132	5 458	39 293	70 883
1990	105 238	44 337	7 447	49 005	100 789
1991	125 238	57 252	10 517	52 000	119 769
1992	135 952	71 624	10 549	47 378	129 551
1993	124 719	46 069	11 965	57 758	115 792
Investimento médio anual	89 187	41 253	7 971	35 537	84 761
Preços de 1993					
1984	171 948	95 435	16 549	49 941	161 925
1985	166 340	88 784	20 189	49 132	158 105
1986	146 161	79 886	18 429	42 000	140 315
1987	147 189	72 671	15 261	51 329	139 261
1988	133 263	59 602	9 692	57 820	127 114
1989	117 328	41 546	8 677	62 469	112 692
1990	146 164	61 579	10 343	68 063	139 985
1991	152 358	69 650	12 794	63 260	145 704
1992	145 871	76 850	11 318	50 835	139 003
1993	124 719	46 069	11 965	57 758	115 792
Investimento médio anual	145 134	69 207	13 522	55 261	137 990

	Unidades	1989	1990	1991	1992	1993
COMBUSTÍVEIS						
Quantidades						
Fuelóleo	1000 t	2 457,6 (c)	1 901,1	2 019,0	2 810,2	1 993,4
Gasóleo	1000 kl	1,3	0,7	0,4	1,0	0,0
Carvão Nacional	1000 t	318,2	258,6	277,0	207,0	72,7
Carvão Estrangeiro	1000 t	2 400,7 (c)	2 999,9	3 155,0	3 333,0	3 777,5
Valores						
	1000 contos	61 582,9	53 406,7	55 677,1	60 039,2	25 146,3
Fuelóleo (a)		37 189,6 (c)	26 966,7	27 421,4	33 551,9	22 723,9 (d)
Gasóleo		31,4	18	11,5	16,7	29,1
Carvão Nacional		2 209,3	1 400	1 653,6	1 691,3	552,2
Carvão Estrangeiro		22 152,6	25 022	26 590,6	24 779,3	24 565,0
AQUISIÇÃO DE ENERGIA						
ELÉCTRICA (Import.) (b)	1000 contos	5 577,3	237,8	1 272,9	9 035,0	1 046,2
Preços Médios						
Fuelóleo (a)	ESC/t	15 133	14 187,7	13 581,7	11 939,3	0,0
Gasóleo	ESC/kl	25 022	25 714,3	—	16 700,0	0,0
Carvão Nacional	ESC/t	6 942	6 717,3 (e)	5 969,7	8 170,5	7 595,6
Carvão Estrangeiro	ESC/t	9 228	8 340,9	8 428,1	7 434,5	6 503,0
AQUISIÇÃO DE ENERGIA						
ELÉCTRICA (Import.) (b)	ESC/kWh	4,6	4,98	5,24	6,74	5,97

(a) Não inclui o consumo para produção do vapor na Central do Barreiro.

(b) Apenas inclui electricidade paga em divisas.

(c) Inclui o consumo em ensaios em Sines.

(d) Inclui o consumo em ensaios no Pego.

(e) O preço médio está influenciado por + 337,1 milhares de contos de consumos que não foram contabilizados em 1990.

CONSUMOS FINAIS

Rubricas	1992	1993 Provisório	Variação 1993/92	
			Valor absoluto	%
NÚMERO DE CONSUMIDORES	4 504 444	4 587 565	83 121	1,8
Em alta tensão	71	76	5	7,0
Em média tensão	14 611	15 078	467	3,2
Em baixa tensão	4 489 762	4 572 411	84 649	1,8
CONSUMO DE ELECTRICIDADE (GWh)	23 490,0	24 032,7	542,7	2,3
Iluminação e outros usos	10 894,8	11 679,0	784,2	7,2
Domésticos	6 470,5	6 906,3	435,8	6,7
Não domésticos	4 424,3	4 772,7	348,4	7,9
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	876,8	995,2	118,4	13,5
Cozinha e aquecimento	8,8	18,6	9,8	111,4
Usos industriais	10 213,2	9 874,3	-338,9	-3,3
Usos agrícolas	380,8	379,6	-1,1	-0,3
Tração	243,0	205,7	-37,2	-15,3
Electroquímica e electrometalurgia	210,8	172,5	-38,3	-18,2
Iluminação pública	661,9	707,8	45,9	6,9

**COMBUSTÍVEIS
E AQUISIÇÃO DE
ENERGIA ELÉCTRICA****CONSUMOS
DE ELECTRICIDADE
SEGUNDO OS DESTINOS**

ANEXO ESTATÍSTICO

GWh

**BALANÇO ANUAL
DA ENERGIA ELÉCTRICA**

Rubricas	1992	1993 Provisório
PRODUÇÃO	27 584,9	27 916,6
Centrais hidroeléctricas	4 957,9	8 386,7
Centrais termoeléctricas	22 627,0	19 529,9
CONSUMOS E PERDAS NAS CENTRAIS	1 350,3	1 242,1
ENERGIA ENTRADA NA REDE	28 903,0	29 339,8
Emissão própria	26 234,6	26 674,5
Recepção de outros produtores vinculados	—	105,9
Importação	2 538,5	2 077,5
Outras recepções (DL 189/88)	129,9	481,9
ENERGIA SAÍDA DA REDE (1 + 2 + 3)	25 943,1	26 344,8
1 - Venda de Energia	23 958,8	23 989,4
DISTRIBUIDORES	594,8	80,4
Autarquias locais	518,8	0,6
Outros distribuidores	76,0	79,8
FORNECIMENTO DIRECTO A CONSUMIDORES	23 364,1	23 909,0
Alta e Média Tensão	11 554,2	11 069,9
Baixa Tensão	11 809,9	12 839,1
2 - Exportação	1 197,5	1 902,4
3 - Sem Receita	786,7	453,0
Bombagem hidroeléctrica	611,3	284,0
Compensação síncrona	49,5	45,2
Consumos próprios + fornecimentos gratuitos dos quais Iluminação Pública	125,9	123,8
	61,0	75,9
PERDAS NO TRANSPORTE E NA DISTRIBUIÇÃO	2 960,0	2 995,0

**CONSUMOS INDUSTRIAIS
E AGRÍCOLAS**

Classes de Indústrias	1992 (GWh)			1993 - Provisório (GWh)			Variações em % 1993/92		
	AT/MT	BT	TOTAL	AT/MT	BT	TOTAL	AT/MT	BT	TOTAL
20 - Indústrias extractivas	340,4	7,5	347,9	316,8	7,7	324,5	-6,9	2,5	-6,7
31 - Indústrias de alimentação bebidas e tabaco	839,9	197,0	1 036,9	893,5	231,0	1 124,5	6,4	17,2	8,4
32 - Indústrias têxteis, do vestuário e do couro	1 921,2	212,0	2 133,1	1 744,9	215,6	1 960,4	-9,2	1,7	-8,1
33 - Indústrias da madeira e da cortiça	470,3	98,0	568,4	447,8	95,5	543,3	-4,8	-2,6	-4,4
34 - Ind. do papel, artes gráf. e edição de publicações	613,0	26,1	639,1	521,2	34,9	556,1	-15,0	33,7	-13,0
35 - Ind. químicas, dos deriv. do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico	1 420,9	60,7	1 481,7	1 306,4	66,5	1 372,9	-8,1	9,5	-7,3
36 - Ind. dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão	1 603,1	57,4	1 660,5	1 569,2	59,0	1 628,2	-2,1	2,8	-1,9
37 - Ind. metalúrgicas de base	634,6	14,2	648,8	617,4	14,8	632,3	-2,7	4,5	-2,5
38 - Fabric. de prod. metálicos e de máquinas, equipam. e material de transporte	852,2	117,8	970,0	843,2	127,9	971,1	-1,1	8,6	0,1
39 - Out. ind. transformadoras - Elevação de água para usos municipais - Construção e obras públicas	112,1	137,8	249,9	72,1	102,1	174,2	-35,7	-25,9	-30,3
	357,0	75,7	432,7	346,7	106,0	452,7	-2,9	40,0	4,6
	82,5	172,6	255,1	88,4	218,1	306,5	7,2	26,4	20,2
TOTAL	9 247,1	1 176,9	10 424,0	8 767,5	1 279,3	10 046,8	-5,2	8,7	-3,6
Consumos agrícolas	156,6	224,2	380,8	145,8	233,9	379,6	-6,9	4,3	-0,3
TOTAL GERAL	9 403,7	1 401,1	10 804,8	8 913,3	1 513,2	10 426,5	-5,2	8,0	-3,5

INSTALAÇÕES EM SERVIÇO EM 93/12/31 (Valores provisórios)

Rubrica	Direcções				Total Global
	DODN	DODC	DODT	DODS	
SUBESTAÇÕES					
Número de Subestações	97	76	98	75	346
Número de Transformadores	191	131	177	125	624
Potência instalada (MVA)	4 433,3	2 062,9	2 644,5	2 116,3	11 257,0
LINHAS					
(incluindo ramais em km)					
Aéreas					
AT (60/130 kV)	1 747,9	1 361,1	1 361,0	1 262,3	5 732,2
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	12 895,8	12 625,1	9 173,5	10 124,8	44 819,2
Cabos Subterrâneos					
AT (60 kV)	40,8	—	211,5	44,6	297,0
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	1 478,8	489,2	3 706,5	1 473,2	7 147,7
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO					
Unidades	12 679	9 117	8 134	7 055	36 985
Potência instalada (MVA)	3 582,1	1 316,9	2 423,5	1 688,2	9 010,6
REDES BT (km)					
Aéreas	34 690,2	20 489,0	11 964,8	13 986,9	81 130,9
Subterrâneas	6 194,8	858,2	5 927,4	3 522,4	16 502,8
CONTADORES (unidades)					
	1 613 263	893 404	1 311 810(*)	792 923	4 611 400
AT + MT	6 003	2 861	4 633	2 314	15 811
BT + BTE	1 607 260	890 543	1 307 177	790 609	4 595 589

(*) Número de consumidores.

RESUMO DAS INSTALAÇÕES CONCLUÍDAS EM 1993 (Valores provisórios)

Rubrica	Direcções				Total Global
	DODN	DODC	DODT	DODS	
SUBESTAÇÕES					
Número de Subestações	2	—	2	2	6
Número de Transformadores	5	3	4	10	22
Potência instalada (MVA)	129,5	80,0	60,0	256,0	525,5
LINHAS					
(incluindo ramais em km)					
Aéreas					
AT (60/130 kV)	83,3	21,2	99,9	14,7	219,1
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	442,5	432,0	309,4	303,6	1 487,5
Cabos Subterrâneos					
AT (60 kV)	—	—	3,6	8,6	12,2
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	116,3	71,2	150,2	100,5	438,2
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO					
Unidades	413	410	237	360	1 420
Potência instalada (MVA)	147,6	71,1	108,0	83,7	410,4
REDES BT (km)					
Aéreas	1 047,0	789,7	350,4	638,9	2 826,0
Subterrâneas	272,0	64,2	276,5	297,6	910,3
CONTADORES (unidades)					
	129 772	72 992	— 798(*) (**)	64 790	266 756

(*) Variação do número de consumidores.

(**) Houve alteração ao termo de referência utilizado na estatística do número de contadores.

Edição:
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Gabinete de Relações Públicas e Informação
Av. José Malhoa, Lote A - 13 · 1000 Lisboa

•
Fotografia:
Fototeca EDP
Fontes Rodrigues
Imagem Total
Adelino Oliveira

•
Seleção de cores:
Euro-scanner

•
Impressão:
Novotipo, S.A.

•
6000 exemplares

•
ISSN: 0872-7732
Depósito Legal n.º 77282/94

•
Abril de 1994

